



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretária Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 31 de agosto de 2020, de 08:00hs às 13h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

• **Pauta:**

- Registro dos membros
- Adoção da pauta da 12ª RE;

- **Horário do início do ponto de pauta:** 08:56.

- **Condução:** Presidente e Coordenação Geral de Combate à Tortura.

- **Quórum para abertura:** Sem quórum para abertura, a Presidência do CNPCT sugere dar início a reunião sem quórum.

Como não houve manifestação dos presentes contrária a sugestão da Presidência, a reunião se iniciou às 08:56.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. MS	3. Conectas DH
4. MRE *	4. JG
	5. RENILA
	6. EDUCAFRO
	7. MNU
	8. SOMOS
	9. UFRN
Soma RG: 3	Soma SC: 9
Total: 12	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

A Presidência sugeriu se iniciar a reunião pelo ponto temático, e os informes passaria para outro momento, até que se estabelecesse o quórum. Sem manifestação contrária dos presentes, o próximo ponto da pauta foi a Pauta Temática, com a apresentação do MNPCT.

2. Temática

• Pauta:

- Monitoramento do Mecanismo sobre a situação da covid no espaço de privação de liberdade
- Apresentação do Relatório de reentrada do MNPCT
 - Foi apresentado pelo perito José Ribamar o Monitoramento realizado pelo Mecanismo sobre a situação da covid no espaço de privação de liberdade, e um breve relato sobre o protocolo de reentrada. Justificou a ausência da coordenadora do MNPCT, e apresentou o GT de monitoramento do Mecanismo. Falou na importância da missão emergencial do Mecanismo, Comitê e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Apresentação no número de casos de COVID, óbitos e testagem, informes sobre os motins e rebeliões, apresentação do número de mortos e vítimas de tortura.
 - Apresentação do monitoramento dos casos de incomunicabilidade, alternativas a visitas e inspeções.
 - Apresentando pela perita Adriana as situações de maus tratos e violação de direitos, ocasionados pela portaria que proíbe a visita de familiares e advogados no Estado do Pará.

3. Administrativa

* Contagem e instalação de quórum.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SEGOV/PR 4. MS 5. MD 6. Ministério da Cidadania MRE *	1. CFOAB 2. CFP 3. Conectas DH 4. JG 5. RENILA 6. EDUCAFRO 7. MNU 8. SOMOS 9. UFRN
Soma RG: 6	Soma SC: 9
Total: 15	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

3.1 - O quórum foi instalado às 09:50hs.

3.2 - Votação para aprovação da pauta com a inclusão de pauta solicitada pela OAB, com prerrogativas do MNPCT no Distrito Federal.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SEGOV/PR	3. Conectas DH
4. Ministério da Cidadania	4. JG
5. MS	5. RENILA
6. MD	6. EDUCAFRO
7. MJ	7. MNU
8. SNPIR/MMFDH	8. SOMOS
9. MEC	9. UFRN
MRE *	10. UBM
Soma RG: 9	Soma SC: 10
Total: 19	
Todos os presentes votaram pela aprovação da pauta com a inclusão de pauta.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	
*Solicitado pela OAB a inclusão de pauta solicitada pela coordenação do MNPCT	

3.3 – Informe da Coordenação de Apoio do CNPCT

- Andamento do 5º Processo de Seleção para peritos do MNPCT. A Coordenação informou das aberturas do período de inscrição.
- Relativo aos encaminhamentos da 28ª RO, a coordenação informa que os ofícios foram expedidos pela presidência e enviado aos tribunais de justiça dos estados, secretarias de estado, CNJ, CNMP, MS, conforme deliberação da última reunião.
- Feita a primeira reunião do conjunto das cinco reuniões dos comitês estaduais, sendo a primeira reunião ocorrida dia 28 de agosto com os estados da Região Norte, com exceção do Estado do Pará, tendo em vista que o Comitê ainda não foi instalado.

4. Pauta Temática

- O debate foi retomado após os informes dados pela Coordenação de Apoio.
- Apresentado pelo Convidado Permanente, Alexandre Kraiser, representante da DPU, sugestão de encaminhamento relacionado a ação civil pública que foi feita ao Estado do Pará referente a Portaria que restringe o direito de visitas antes da pandemia.
- Sávio, sugere a adequação das comunicações a serem enviadas ao Judiciário.
- Fica deliberado que o Mecanismo finalizará a apresentação, e ao final serão apresentados os encaminhamentos e colocados para votação do plenário.

- Daniel, perito do Mecanismo continua a apresentação e trata da omissão no cuidado da saúde das pessoas privadas de liberdade. Aborda também o tema sobre o uso abusivo e progressivo da força; Abordou também o tema do Sinase, quanto ao ingresso no sistema no momento da Pandemia, trazendo a importância da participação da coordenação do Sinase nos diálogos com o CNPCT e MNPCT;
- Apresentado pela perita Tarsila, o acompanhamento realizado ao Estado do Amazonas, Paraná, Espírito Santo e Acre. Informou sobre a situação do Estado Acre.
- Após apresentação, a representante da Justiça Global solicitou que fosse retomado o encaminhamento da 24 e 25ªRo relacionados ao Estado do Pará.
- Renila apontou a necessidade da coordenação de apoio apresentar o monitoramento dos ofícios enviados, bem como os que responderam as solicitações do CNPCT e os órgãos que não encaminharam nenhum posicionamento;

5. Encaminhamentos

Encaminhamento 1 – votação em bloco: administrativa

5.1 - Coordenação de Apoio CNPCT encaminhará aos membros do CNPCT planilha de acompanhamento dos encaminhamentos das reuniões do colegiado, bem como apresentará Informe ao colegiado a cada 15 dias.

5.2 - Coordenação de Apoio CNPCT deve retomar o envio dos ofícios e marcação de reuniões decorrentes da apresentação do Relatório do Pará.

5.3 - Mesa Diretora apresenta minuta de Resolução relacionada aos fluxos e procedimentos de monitoramento dos atos do CNPCT na próxima reunião ordinária;

Votação em bloco

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CPF
3. SNPPIR/MMFDH	3. Conectas DH
4. SEGOV/PR	4. JG
5. MJSP	5. RENILA
6. MCidadania	6. UBM
7. MS	7. EDUCAFRO
8. MEC	8. MNU
9. MD	9. SOMOS
MRE*	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade os encaminhamentos administrativos.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 2 - votação em bloco: temática

5.4 - Ofício do CNPCT ao Governo do Estado do Pará RECOMENDANDO a revogação dos pontos específicos da portaria 771/2020 de 26 de agosto de 2020, a fim de que sejam retomadas as visitas no sistema prisional estadual, salvo eventuais restrições específicas devidamente fundamentadas; bem como RECOMENDANDO que o Estado se abstenha de editar novas Portarias que determinem a restrição geral e abstrata do direito a visitas, e sem prazo determinado.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. MJSP	5. UBM
6. MCidadania	6. EDUCAFRO
7. MS	7. MNU
8. MEC	8. SOMOS
9. MD	9. CUT
MRE*	10. UFRN
	11. COADE
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 3 - votação em bloco: temática

5.5 - Ofício do CNPCT ao Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Belém – PA, em razão da pendência da Ação Civil Pública nº 0808540-12.2020.8.14.0301, a fim de comunicar a posição do Comitê, aprovada na 12 RE, que reconheceu a ilegalidade das portarias que suspendem geral e abstratamente o direito a visitas em todo o Estado do Pará, editadas em face de problemas disciplinares pontuais de determinados presos / determinadas unidades prisionais; e encaminhar cópia do ofício XXX que dispõe sobre o assunto.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. SEGOV/PR 5. MJSP 6. MCidadania 7. MS 8. MEC 9. MD MRE*	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. RENILA 5. UBM 6. EDUCAFRO 7. MNU 8. SOMOS 9. CUT 10. UFRN 11. COADE
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 4 - votação em bloco: temática

5.6 - Ofícios do CNPCT aos 26 Estados e ao Distrito Federal, esboçando preocupação com o uso da força, em especial com o emprego de armamentos menos letais, e requisitando cópia dos atos normativos em vigor que disciplinem o protocolo de uso da força pelos Policiais Penais e demais agentes de segurança no sistema prisional, em especial quanto ao que dispõe o Item nº 9 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. SEGOV/PR 5. MJSP 6. MCidadania 7. MS 8. MEC 9. MD MRE*	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. CONECTAS 5. RENILA 6. UBM 7. EDUCAFRO 8. MNU 9. SOMOS 10. CUT 11. UFRN 12. COADE
Soma RG: 9	Soma SC: 12
Total: 21	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 5 - votação em bloco: temática

5.7 – Encaminhamento proposto pelo Ribamar

1. Proposta de solicitação de informações por ofício para o executivo e sistema de justiça estadual (cc/CEPCTs):

A) Comunicação de casos de conflitos, tumultos, motins e rebeliões desde março 2020 (COVID-19);

B) Casos de violações, relação de envolvidos/vítimas com laudo de IML;

C) Apuração da Corregedoria; agentes e grupos especiais envolvidos. Os respectivos exames de corpo delito e medidas de apuração;

D) Protocolo de uso progressivo da força; normativas regem o funcionamento das forças especiais de Intervenção (FTIP, DPOE, GOE); armamentos utilizados;

E) avaliação das visitas e inspeções virtuais: quantos pessoas fizeram visita virtual; quantos familiares atendidos; Cronograma, Protocolos sanitários e metodologia de regularização de inspeções e visita familiar presencial;

F) Dados sobre óbitos: 1. óbitos de pessoas privadas de liberdade no 1º semestre de 2020 e de 2019 com causa morte, especificando, se por COVID ou não.

2. Ofício CNPCT ao Depen solicitando informações e promovendo o acesso a documentos específicos sobre ao Depen sobre Protocolo de uso progressivo da força; normativas regem o funcionamento das forças especiais de Intervenção (FTIP) e armamentos utilizados, em especial quanto ao que dispõe o Item nº 9 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010.

Votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. CONECTAS
5. MJSP	5. RENILA
6. MCidadania	6. UBM
7. MS	7. EDUCAFRO
8. MEC	8. MNU
9. MD	9. SOMOS
MRE*	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 6 - sem votação: Coordenação de Apoio reiterar ofícios 28RO, encaminhando ao MPE e aos CEPCTs:

1. Regularização do fornecimento de água e kit de higiene e medicamentos pelo poder público (reiterar);
2. Medidas Adotadas em cumprimento das Recomendação 62 CNJ e Nota Técnica 05 do MNPCT; (Mesa Diretora acompanha e monitora).

Encaminhamento 6 - votação em bloco: temática

5.8 - Ofício do CNPCT para Procurador da República no Estado do Pará; DPE; Procurador Geral de Justiça; Desembargador Supervisor do GMF; 5 Vara Federal do Pará, reiterando ofícios do MNPCT referentes a rebelião do dia 26 de agosto, em especial a necessidade de atenção aos presos feridos, familiares daqueles que vieram à óbito e integridade física e psicológica daqueles que permanecem nos estabelecimentos prisionais.

Votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. CONECTAS
5. MJSP	5. RENILA
6. MCidadania	6. UBM
7. MS	7. EDUCAFRO
8. MEC	8. MNU
9. MD	9. SOMOS
MRE*	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

Encaminhamento 7: prerrogativas do MNPCT no Distrito Federal

5.9 - Ofício do CNPCT para (TJDFT/Vara de execuções penais e DMF (Corregedoria)) reafirmando a Lei federal XXXX, que aponta as prerrogativas do MNPCT, em especial no tocante à obstacularização de registro audiovisuais, durante visita ao sistema prisional do DF do MNPCT entre os dias 24 e 29 de agosto.

- Sobre o assunto, a Coordenação de Apoio marcará audiência da Ministra, enquanto Presidente do CNPCT, e membros voluntários CNPCT e MNPCT com a Juíza da Vara de Execuções Penais.

Votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. CONECTAS
5. MJSP	5. RENILA
6. MCidadania	6. UBM
7. MS	7. EDUCAFRO
8. MEC	8. MNU
9. MD	9. SOMOS
MRE*	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 11
Total: 20	
Aprovado por unanimidade o encaminhamento.	
*Representação do MRE estava presente, mas como o Decreto de nomeação ainda não foi publicado pela Presidência da República, sua presença não pode ser registrada para quórum, conforme Regimento Interno do CNPCT.	

6. Encerramento

**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO
12ª Reunião Ordinária do Comitê
Nacional de Prevenção e Combate à
Tortura (12ªRECNPCT)

Dia: 31/08/2020

(Realizada por videoconferência)



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

12ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (12ªRECNPCT)

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na
1. compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que
não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo,
impossibilitando a compreensão;

1 **Sra. Luciana** – Bem lembrado Caio, só depois da instalação do quórum que eu
2 coloco para gravar, então, conforme apontado pelo Caio, até se precisar fazer a
3 de gravação, esta reunião está sendo gravada. Assim, em não tendo mais questões
4 específicas, vou passar a palavra para o perito Ribamar. Um instante Ribamar, vou
5 te transformar anfitrião.

6 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Bom dia a todas e a todos, na
7 qualidade de anfitrião, eu queria saldar a todos que aqui responderam esse pedido,
8 também pela ausência, sobretudo de uma apresentação, significativa do poder
9 público, alguns dos quais ministérios estratégicos, os quais nós queríamos tratar
10 diversos dos temas, que haveremos de pontuar nesse monitoramento. Na verdade,
11 eu queria de início, justificar a ausência da nossa coordenadora Bárbara, que
12 também, junto comigo participa, integra entre diversos GTs existentes, grupo de
13 trabalhos, e cursos permanentes dentro do mecanismo, e elas integram o GT de
14 monitoramento. E esse GT de monitoramento, é o que hoje apresenta um resumo,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

15 vocês não se assombrem quando eu postar aqui os slides, nós vamos trabalhar com
16 diversos slides, mas não vamos usar todos, porque verdadeiramente, nós
17 subdividimos os oito que existem, sempre passando, para que o processo seletivo
18 avance, e a gente possa compor o grupo 11, mas nós os oito que existimos, e
19 resistimos, nos subdividimos para fazer o monitoramento de todo o território
20 nacional. Nos subdividindo em média de três a quatro Estados, e eu costumo dizer
21 que nunca trabalhamos tanto. Porque na verdade, é como se nós estivéssemos em
22 processo de missão, cada um de nós em três, quatro Estados, em diálogos
23 institucionais permanentes, que vão de grupo de familiares ao sistema de justiça em
24 algum lugar com maior abrangência, em outro lugar com menor abrangência, mas
25 que tem produzido verdadeiramente um monitoramento que é uma missão que a
26 gente sempre exerce depois de feita as inspeções nos Estados, e agora nós
27 estamos fazendo de forma permanente mesmo nos Estados que ainda não tivemos
28 e que contribuíram decisivamente para preparar o processo de reentrada, o
29 protocolo de retomada das missões, o que inauguramos na semana passada, muito
30 êxito e uma participação decisiva do sistema de justiça, sobretudo do Ministério
31 Público da Vara de Execuções Penais e do PRDC, Procurador Regional do Direito
32 do Cidadão, lá no Acre, que nesse caso em específico, acompanharam
33 diuturnamente a nossa missão. Eu passo então, fazendo esta justificativa, e
34 agradecendo sobretudo, a contribuição dos meus colegas peritos e peritas que
35 contribuíram para a formulação desse slide, vamos ver se a gente consegue, eu vou
36 trabalhar com uma série deles, mas vou pular muito rapidamente, para q a gente
37 priorize aqueles que efetivamente vão ilustrar aquilo que eu estou querendo falar. A
38 primeira constatação que nós fazemos, é da pertinência de um serviço estratégico,
39 o do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, e que na sua missão
40 de monitoramento, ativou o sistema. Diversos de vocês aqui, dignamente
41 representados, puderam ser pontos focais interlocutores nos Estados em que
42 moram, nos Estados em que atuam os comitês, toda vez que a gente registra o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

43 nome de alguns, a gente injustiça outros, mas eu estou vendo aqui, entre outros
44 tantos, a Cândida que assim fez no Rio Grande do Norte, a Márcia que assim fez
45 conosco lá no Ceará, vou esquecer talvez de alguns, o Mateus Mouros na sua
46 missão específica em São Paulo, ou a Fernanda em sua missão institucional no
47 Goiás, e talvez eu estou injustiçando tantos outros que aqui não estão, e que
48 interagiram naquela lógica de ativar o sistema. O que nós pudemos perceber de
49 pronto? Primeiro, a missão estratégica do Mecanismo quando o Sistema Nacional
50 de Prevenção e Combate a Tortura, ela é uma missão emergencial, e como tal, ela
51 deve atuar mesmo em, aliás, ela atua geralmente, e deve continuar atuando em
52 regime emergencial, como é o da (ininteligível), e isso nós pudemos perceber que
53 sendo os tratamentos breves, humano, degradante e tortura, um crime de
54 oportunidade, ele fez avançar na ausência do controle externo, na ausência das
55 missões e inspeções quer seja do Mecanismo, quer seja das instituições de
56 fiscalização ou mesmo dos familiares, que é um grave ponto que nós percebemos.
57 Eu, então dou sequência a esses slides para mostrar, vou contar com a ajuda de
58 alguns, em alguns momentos aqui, vou acelerar outros tantos, mas a primeira coisa
59 que nós pudemos constatar, é que houve graves casos de subnotificação, seja
60 subnotificação do processo de adoecimento, trago aqui o painel do DEPEN que nem
61 sempre é tão atualizado, porque os Estados não suprem com a velocidade que
62 devia, e as autoridades, sejam as autoridades do Ministério da Saúde nos Estados,
63 sejam as autoridades do Executivo Estadual, sejam as autoridades do Sistema de
64 Justiça, também não dialogam como deveriam, contínua, permanente,
65 cotidianamente com esses números. Mas aqui está o quadro atualizado de ontem
66 do Sistema Prisional, nós temos aí 4.254 suspeitos, 18.521 detectados, nesse
67 quadro é considerado 17.109 recuperados, 101 mortos. E o número testado é de
68 7% de testes realizados em torno de 6 mil, aqui está errado, corrijo de imediato, era
69 para ver se vocês estavam atentos, 6.998, que representa basicamente em torno
70 de 7%. Pudemos perceber ali, entre a população encarcerada que nós apuramos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

71 em 30 de abril, e a população encarcerada apurada no dia de ontem, um hiato de
72 pouco mais de 7 mil pessoas que foi reduzido, pelos números informados pelo
73 DEPEN, aqui por dados oficiais, o que pode ser questionado o encruamento que a
74 gente sempre faz esse cruzamento com os números do CNJ, mas o fato é que aqui
75 se simbolicamente está demonstrado que nós que tanto saudamos, e monitoramos
76 a recomendação 62 do CNJ, pudemos perceber que houve uma redução muito
77 residual do número de encarcerados. E as notícias se confirmam na triangulação
78 que fazemos com os familiares e autoridades de justiça dos Estados, de que de fato
79 sejam as medidas profiláticas previstas na recomendação 62, sejam as medidas de
80 desencarceramento, não andaram com a velocidade devida. E já na primeira
81 inspeção que fizemos no Acre, pudemos confirmar isso, porque nós encontramos
82 ali, poderia confirmar melhor a Bárbara que conosco participou dessa missão, o
83 Otacílio que aqui está, que participou também naquela missão, e que nós
84 encontramos pessoas de 70 anos que não tinham só a COVID, mas tinham
85 tuberculose, e estavam isoladas em uma cela com 27 pessoas. Encontramos celas
86 com 25 pessoas, e 3 pessoas em tratamento de tuberculose. Encontramos mães
87 gestantes, que não haviam cometido, conforme o perfil delineado na recomendação
88 62, crime com grave ameaça, nem contra a família e que eram ou gestantes, ou
89 mães de filhos menores de 12 anos, portanto, titulares do direito da prisão domiciliar,
90 e isso pode então, mostrar isso. Lembro também que em sintonia com a
91 recomendação 62, o Mecanismo, logo em final de março, início de abril, lançou a
92 nota técnica nº 5, com um alcance maior do que a recomendação 62, porque a
93 recomendação 62 restringe as suas medidas, as suas recomendações ao sistema
94 prisional e socioeducativo. Uma missão do Mecanismo, por força de lei nº 12.847
95 de 2013, alcança todos os espaços de privação de liberdade, nunca é demais
96 repetir, faço questão de insistir com aqueles que aqui estejam chegando, e tomando
97 contato por primeira vez com a missão do Mecanismo, que o Mecanismo tem uma
98 responsabilidade de monitoramento de todo o espaço de privação de liberdade,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

99 onde as pessoas não possam ir e vir por sua própria vontade, seja por força de
100 decisão judicial, por isso os sistema prisional e socioeducativo, seja por condições
101 de saúde, seja nos hospitais psiquiátricos, seja nas unidades terapêuticas que
102 trabalham com pessoas dependentes de uso abusivo de álcool e drogas, seja por
103 condições de idade, as instituições de longa permanência para idosos, e as
104 instituições, abrigo de crianças. Todas aquelas que não podem ir e vir são, por esse
105 mesmo sujeito, mais vulneráveis aos tratamentos cruel, desumano, degradante e
106 tortura. Como também, o nosso alcance sendo maior, a nossa nota técnica alcançou
107 recomendações para além daquelas previstas na recomendação 62, e monitorar
108 isso foi o nosso grande desafio, coisa que fizemos assim, e eu trago aqui breves
109 extratos disso. Pudemos perceber que existe graves quadros de descumprimento
110 dessas medidas, seja nos Estados que visitamos, seja nos Estados que
111 pretendemos visitar, uma missão se aproxima, agora mesmo na segunda quinzena
112 de Setembro no Estados do Amapá, onde já se fez, a exemplo que fez no Acre, todo
113 o monitoramento que é a fase preparatória da missão, temos aí sob a coordenação
114 de Adrielle que participa aqui conosco, junto com outra equipe, iremos fazer como
115 queríamos ter feito no Distrito Federal, mas sobre o Distrito Federal, voltaremos a
116 falar mais a frente, porque precisamos de fato, enfrentar os graves problemas que
117 se prenunciaram no Distrito Federal, e os problemas que se agravaram, uma vez
118 que nós tivemos por reiterada vez a obstrução de nossa prerrogativa, coisa que
119 poderia, e poderá causar inclusive incidente dicromático, a depender das medidas
120 que eu espero que este comitê como órgão monitorador da missão do Mecanismo,
121 possa tomar uma posição política acertada, e em articulação com o sistema
122 interamericana com o sistema nacional, possa dirimir essa interpretação sobre a
123 qual falaremos mais para frente. Houve, como a gente disse, o crime, a tortura é um
124 crime de oportunidades, dizia Nigel Rodley, um dos relatores anteriores da ONU
125 para a tortura, e se no crime de oportunidade, onde não tem monitoramento, eles
126 não tem família, cresce o grau de violações, e por isso chegam de todo o território



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

127 nacional, o agravamento, seja de problema de saúde, seja das violações. Aqui, nós
128 vamos pular rapidamente para mostrar que além do número de casos que nós ainda
129 não temos muita subnotificação, eu tenho dificuldade, apesar de ter poder de
130 requisição, tenho dificuldades de ter informações, queria falares sobre um caso,
131 uma situação grave que muitos de vocês acompanharam, seja pela imprensa, mas
132 mais do que pela imprensa, nós pudemos acompanhar nesse processo de
133 monitoramento, e pudemos ver que são casos graves de motins, rebeliões, e
134 consequentemente violações de tratamento cruel, desumano, degradante e tortura.
135 Eu começo de novo pelo Acre, porque no Acre nós pudemos entrevistar, sempre
136 fazemos isso por amostragem, é preciso lembrar que o Mecanismo aprovou o
137 protocolo de reentrada que preserva todo o protocolo sanitário, e segundo as
138 afirmações da ONU, tivemos aí, ainda com certa dificuldade, em um e outro
139 equipamento, coisas que fomos vencendo, que eles devem ser fornecidos pelo
140 Ministério, nós tivemos uma série de equipamentos que nos possibilitou com
141 distanciamento, fazer essas entrevistas. Entre os entrevistados, simbolicamente
142 estava um dízimo, 10% daqueles 61 que sofreram violações durante um bate grade,
143 bate grade nem chega a ser uma rebelião, o que foi o bate grade acontecido no
144 Acre dia 22 de abril? A exemplo do que houve em outros Estados, trago esse
145 exemplo bem a baía. Foi nada mais, nada menos que a insatisfação com o
146 racionamento de um item essencialíssimo, se ele é essencial e vital para uma
147 planta, para um ser humano, quanto mais em um dia de pandemia. Era nada mais,
148 nada menos que a falta de água durante três dias no Presídio Francisco de Oliveira
149 Conde, o FOC, onde houve 61 feridos, e volta à baila o velho problema que nós
150 precisamos enfrentar de uma vez por todas, que no Pará, no Ceará, em Alcaçuz foi
151 a FTP, reproduzindo o modo de operando da FTP, que aliás, foi exportado do
152 Distrito Federal, é sempre assim, a impunidade é a mãe de todas as criminalidades,
153 como eles não foram enquadrados, sequer eles responderam até hoje, pedido que
154 não quer calar, e que reiteramos junto do DEPEN, cadê o regimento que rege a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

155 FTP? Cadê o protocolo de uso da força da FTP? Como ele sequer foi apurado pelos
156 excessos cometidos em Alcaçuz, o novo Governo do Rio Grande do Norte repeliu,
157 mas o Governo do Ceará, adotou eles com carta branca, o Governo do Pará adotou
158 eles com carta branca, e aquilo que a gente viu no Distrito Federal em Alcaçuz,
159 podia até dar as datas, não é? O Distrito Federal, em 2016, em Alcaçuz 2017, Rio
160 Grande do Norte, não é? No Ceará em 2019, no Pará em 2019, exportou norral, ou
161 modos operantes de violação, e nós encontramos no Acre o GPOE, e nos
162 assombramos de ver que eles são formados segundo essa mesma doutrina. E o
163 que aconteceu? No bate grade, na solicitação que faziam de água houve uma
164 entrada, onde não tem protocolo de usar força, cujo não tem regimento, como eles
165 não tem a sanção devida, graves violações, entre 61 feridos, nós pudemos
166 entrevistar seis, seis que tiveram perdas permanentes de sentido, de visão, por bala
167 de eletrônico, ah, ela é armamento menos letal financiado na contramão das nossas
168 recomendações por recurso (ininteligível), mas cegueira permanente, o outro
169 perdeu a orelha e audição permanente, outro perdeu dedos da mão, e tudo isso
170 sem a inspeção, sem a devida apuração, sem a devida, tem outros exemplos do
171 gênero, mas eu aqui vou aproveitar da presença das colegas Adriana que monitora
172 o Pará, Tarcila que monitora o Amazonas, o Daniel que monitora, ele monitora mais
173 de um, eu estou simbolizando aquele que sobre os quais ele poderia falar, o Daniel
174 que monitora São Paulo, e entre outros, que possa nos trazer exemplos desse tipo.
175 Indo adiante. Então, houveram diversas rebeliões em todo o território nacional,
176 muitas delas reprimidas com fortes violações, e exigem de nós também uma tomada
177 de posição para saber que tipo de apuração está sendo feita. Primeiro, quais os
178 protocolos de usar força, que é um pedido antigo, e trazendo diversos desses casos
179 emblemáticos. Houve crises também de outros níveis de adoecimento, como por
180 exemplo, no Piauí, que não bastasse o problema da pandemia, do corona vírus,
181 houve uma síndrome de lambarri, que foi investigada, na verdade, tinha como
182 motivação, o processo de infecção que vitimou 22 pessoas...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

183 **Sra. Luciana** – Ribamar, desculpa Ribamar. É só porque algumas pessoas estão
184 pedindo para entrar na sala, como você está como anfitrião, para poder compartilhar
185 a tela, aí eu pediria, se você pudesse só aceitar, e aí dar continuidade.

186 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Mas não chegou nenhuma
187 mensagem nesse sentido.

188 **Sra. Luciana** – É bem do lado direito.

189 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Se se eu confessar que eu sou
190 analfabético?

191 **Sra. Luciana** – Está bem do lado direito, participantes, se você colocar lá:
192 participantes, vão está lá na lista, só aceitar.

193 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Tem 24, é isso?

194 **Sra. Luciana** – Tem 24, e tem alguns que estão tentando entrar.

195 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu vou clicar em 20? Como é?

196 **Sra. Luciana** – Não, você clica em participantes.

197 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu vou clicar de um por um.

198 **Sra. Luciana** – Isso, tem que admitir um por um, exatamente.

199 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Estou fazendo. Mas até o Frei, e a
200 Rita estão aqui nessa lista?

201 **Sra. Luciana** – É porque algumas pessoas caem a reunião.

202 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Ah, verdade, perdão.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

203 **Sra. Luciana** – Aí, como você está como anfitrião, eu pediria que você sempre
204 desse uma olhada aí rapidinho. Sei você está apresentando. Obrigada.

205 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Nunca fui tão péssimo anfitrião.

206 **Sra. Luciana** – Desculpa atrapalhar Ribamar.

207 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu vou também avançando no tempo.
208 Então, tem diversos casos emblemáticos, não é? E muitos casos de agravamento
209 de pessoas que, perdão, de um abuso de prisão provisórias, a ausência de
210 audiência de custódia, ou as audiências de custódia sendo realizadas de forma
211 virtual, motivou uma série de mobilizações que vocês devem ter acompanhado,
212 muitos de vocês participaram, muitas das entidades aqui representadas puderam
213 ingressar, e fortalecer essas iniciativas, que dizem respeito a tortura não se vê na
214 TV, a audiência da custódia, além de dar alternativas penais a prisão preventiva,
215 em casos bem graves, vocês sabem disso melhor do que eu, e ela também afere
216 situações de tortura, e por isso elas não a vendo, ou a vendo só virtualmente, elas
217 sacrificam uma dimensão estratégica fundamental. Finalmente, estão aqui
218 propostos, é bom lembrar que no Acre também, além dos 60 feridos, houve uma
219 pessoa que foi morta, e também nas mortes, a gente tem subnotificações, as
220 situações que, antes toda rebelião tinham como justificativa, aceita por muitas
221 autoridades, e por toda a sociedade como guerra de facção, como nós pudemos
222 ver, as vezes ela é potencializada por coisas, como racionamento de água, e
223 também agora...

224 **Sra. Luciana** – Ribamar desculpa, estou entrando de novo e te atrapalhando, mas
225 é porque o compartilhamento de tela não está acontecendo, não sei se todos os
226 outros participantes estão vendo, mas a minha equipe, ninguém consegue ver. Isso,
227 ok, obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

228 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Queria dar uma sugestão Ribamar, ali em
229 apresentação de slides, coloca iniciar apresentação, porque aí você vai conseguir
230 ir passando os slides aí, você está no *power point*, talvez fique melhor para, isso,
231 clica aí. Cadê? No começo do slide atual, isso. Pronto. Só sugestão.

232 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Obrigado, sempre aprendendo muito
233 com você Dr. Caio. Então, houve uma série de rebeliões, de manifestações de
234 motim, que resultaram em mortes, desaparecido, em fugas, houve também, e nós
235 não temos todo esse número apurado, mas aqui do Acre, três mortes em instituições
236 de longa permanência, as pessoas idosas, aqui no Distrito Federal, uma das
237 características fundamental, e disso podem falar melhor aqui presentes o Daniel e
238 a Adrielle, que compõem o núcleo de acompanhamento das instituições de longa
239 permanência, que temos muitas notícias de falecimentos de idosos que já viviam,
240 de certa forma abandonados por sua família em instituições de longa permanência,
241 e que nós temos a responsabilidade de monitorar e não fazendo só temos notícia
242 como tivemos no Acre, e aqui no Distrito Federal temos diversos casos apontados,
243 uma das perspectivas do condão da nossa missão no Distrito Federal era para
244 inspecionar esse espaço, iniciativa que vimos frustrada na semana passada, mas
245 como bem lembrou uma interlocutora nossa da frente de desencarceramento do
246 Distrito Federal, a nossa missão não foi adiada, ela foi ressignificada, e haveremos
247 de fazer proximamente cumprindo o uso das nossas prerrogativas, porque o diálogo
248 que fizemos com o Federal de Justiça do Estado, onde uma Portaria se impunha
249 contra as hierarquias das normas, uma Portaria do PJDF da vara de execução
250 penal, se sublevava a nossa Lei Federal, e foi preciso muito diálogo para que eles
251 dissessem que concederiam que fizessem as inspeções. Nós nos recusamos a
252 fazer com concessão àquilo que é nosso dever, nosso direito, nossa prerrogativa.
253 Nós não negociamos prerrogativa, então por isso, avanço diálogo para que a gente
254 possa vencer essa dificuldade, e voltaremos a fazer isso também. Essa ausência
255 de visita dos familiares, de inspeção das autoridades, elas iniciam uma dimensão



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

256 da tortura, não é? Que é a tortura psicológica, expressa na incomunicabilidade. A
257 maioria de nós é de um tempo da luta contra a ditadura e tudo o que ela representou
258 de tortura que procurava tortura somente entre os ferimentos, entre os hematomas,
259 como tudo se sofisticava, também a tortura se sofisticava, e a incomunicabilidade, aqui
260 nos assessorava com mais propriedade os psicólogos, sejam os da nossa equipe, falo
261 do Daniel ou do Lúcio ou da Tarcila aqui presente (ininteligível), falo também do
262 CFP aqui dignamente representado pelo Pedro Paulo Ricardo, e pela Célia Zenaide,
263 que nos ensina, que a incomunicabilidade, que a tortura tem diversas dimensões. A
264 ausência de informação para quem viveu esse drama da COVID, que eu
265 infelizmente tive a experiência de viver na minha família, sabe que não saber sequer
266 que seu parente está doente, ou está incomunicável com o parente com COVID, ou
267 grau de COVID que afetou o seu parente, a incomunicabilidade, é uma dimensão
268 da tortura psicológica, como a ausência de itens essenciais como alimentação, que
269 infelizmente é uma tradição que nós precisamos romper com ela, que muitas vezes
270 a única chance de uma alimentação de qualidade na dieta balanceada, ou remédio,
271 medicamento ou kit de higiene chegar a pessoa que está em privação de liberdade,
272 é a sua família, se a família não vem, o malote não vem, o combo não vem, a cesta
273 não vem, não vindo, a pessoa fica privada de itens essenciais. Nós mesmos
274 aprovamos, porque nós temos assento também na Comissão Permanente de
275 Direito Humano na Alimentação Adequada do CNDH, uma recomendação que nós
276 devemos aqui nesse comitê fazê-la cumprir mais e mais, e que pudesse ser
277 fornecida uma alimentação suplementar porque em muitos lugares, às vezes até o
278 contrato está previsto três, quatro, perdão, quatro, cinco, seis refeições, só chegam
279 três, café, almoço e janta, com intervalo médio de seis horas entre elas. Então quem
280 é pré-diabético como eu, ou diabético, se tomou a última refeição do dia seis horas
281 da noite, e só vai tomar outra às seis da manhã, da janta ao café, ele entra em
282 hipoglicemia, e entrando em hipoglicemia, a chance que ele teria, é aquela reserva
283 que a família traz. Quando não tem família, em muitos lugares eles são deslocados



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

284 para longe das suas famílias, ocorre que a alimentação é um rigor de tortura. E
285 assim sendo, a gente precisa vencer isso, porque isso, uma incomunicabilidade são
286 dimensões fundamentais da tortura. Podemos falar de que essas visitas estão
287 sendo já reestabelecidas normalidade em diversos Estados. Nós só tivemos hoje
288 de madrugada, por isso eu não trago aqui uma apuração atual, mas está sendo
289 reestabelecida progressivamente, seja inspeção das autoridades, queremos louvar
290 aqui no Distrito Federal, por exemplo, que a Defensoria Pública Estadual está
291 regularizando essa inspeção, e não só regularizando essa inspeção, ela está
292 gravando áudios e vídeos e distribuindo para os familiares, para amenizar o
293 problema, porque em muitos Estados não foram adotadas estratégias de superação
294 desse problema da incomunicabilidade, como por exemplo, simplesmente gravar
295 um áudio, vídeo, como é feito em outros Estados, como Rondônia, por exemplo.
296 Vou acelerar um pouquinho aqui, mas isso continua sendo um grave problema, e
297 retomar, e regularizar as visitas, esse é um grande desafio, coisa que alguns
298 Estados já estão fazendo progressivamente, sem violar, sem desconsiderar a
299 necessidade de toda o protocolo sanitário necessário. Falando também de
300 socioeducativo, em muitos lugares, como vocês sabem, e a gente evita de dizer
301 isso, mas infelizmente é a lógica da prática, o socioeducativo, embora tenha uma
302 lei específica que rege, e nem de longe pudesse ser comparado ao sistema
303 prisional, em muitos lugares, o socioeducativo, eles não só, funciona como uma
304 condenação de antessala do sistema prisional. E as graves violações que a gente
305 nem poderia admitir e não admitimos no sistema prisional, elas também se
306 perpetuam dentro do sistema socioeducativo. Um estado ou outro precisa se
307 registrar, concedeu medidas liberatórias e medidas de meio aberto que favoreceram
308 o sistema socioeducativo. Eu vou interromper um minuto, conforme está previsto na
309 nossa programação para franquear a palavra aos meus colegas peritas e peritos
310 aqui dignamente representados, não sei se chegou mais gente, não sei se a Bárbara
311 conseguiu entrar, mas aqui estão Adriana, Daniel e Tarcila, que junto conosco



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

312 integram não só esse GT monitoramento, mas essa estratégia de monitoramento.
313 Eu queria franquear eles a palavra, cinco minutos talvez a cada um deles, para
314 gente poder voltar ao capítulo final e fundamental que é as recomendações que nós
315 fazemos a esse pleno, para que eles sejam adotadas junto aos Estados e às
316 autoridades aqui dignamente representadas, como por exemplo, o Ministério da
317 Saúde, o Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos, eu não sei se chegou o
318 Ministério da Justiça e o DEPEN, e o CNJ a quem nós, na missão precípua, nós
319 aqui reunidos do CNPCT, precisamos estar para ver cumprir uma série da nossa
320 recomendação. Congelo aqui tudo o que diz respeito ao Distrito Federal, como foi
321 bem lembrado de início, merece uma discussão específica, aliás, eu tenho a honra
322 e o desafio de monitorar o Distrito Federal, e sobre o Distrito Federal temos um
323 capítulo a parte a falar. Então, se estamos de acordo, eu podia franquear agora a
324 palavra a Adriana, Daniel, Tarcila, não sei se a Bárbara conseguiu, ela disse que
325 assim que possível, ela entraria.

326 **Sra. Luciana** – Ribamar, vocês vão precisar ainda compartilhar alguma...

327 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – A última é aquela de proposta, eu
328 posso deixá-la já aberta, e aí você me exclui da condição de anfitrião, pode ser? Ou
329 não funciona assim?

330 **Sra. Luciana** – Não funciona assim, se você se excluir da condição de anfitrião,
331 ficaria assim, mas de todo jeito, eu posso devolver para você a condição de anfitrião
332 bem rapidamente, é só para eu poder ir admitindo as pessoas que estão entrando.

333 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Então está bom, eu te devolvo, e eu
334 não sei como fazer, mas você vai me ensinar.

335 **Sra. Luciana** – Vou sim, aí a direita, onde está, CJCTMMFDH, tem uma setinha de
336 mais, em português, eu não sei como está em inglês, se o seu uso estiver em inglês.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

337 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu estou localizando o CJTCMMFDH,
338 mas não estou achando...

339 **Sra. Luciana** – Isso, dentro de participantes, sabe ali participantes? Que tem 28, à
340 direita.

341 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Sei, 31.

342 **Sra. Luciana** – Agora está com 31, ok, tem mais. Do lado do meu login, que é
343 CGCT, tem uma possibilidade a mais, que é torna anfitrião, aí você teria que me
344 colocar, mais, e me tornar anfitrião da reunião.

345 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Ribamar, põe o mouse em cima do nome
346 da Luciana, CGCT. E vai aparecer a opção mais, escrito mesmo, não no sinal de
347 mais.

348 **Sra. Luciana** – Isso, obrigada Vitória.

349 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Não estou localizando o da Luciana,
350 ah, perdão. Aqui tem *mutch*, *more*, não achei mais.

351 **Sra. Luciana** – É, deve ser isso.

352 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – É *more*.

353 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Deu?

354 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Mudou Luciana?

355 **Sra. Luciana** – Não, ainda não. No *more*, tem uma setinha para baixo, clica nela.

356 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – *Remove*, será que é?

357 **Sra. Luciana** – Isso.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

358 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** –Ribamar, põe no *more*, e me diz o que
359 está escrito, o que aparece escrito.

360 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – (ininteligível)

361 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Põe nessa opção do *houst*.

362 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – É, yes. Deu?

363 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Pronto.

364 **Sra. Luciana** – Deu, deu sim, estou como anfitriã agora. Ribamar, se você quiser
365 me mandar essa apresentação por *email*, eu posso colocar aqui enquanto as
366 colegas falam, eu posso colocar os slides finais.

367 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Está bom, mas como eu te disse, ela
368 está, eu vou precisar apresentar mesmo, é só mais uma página.

369 **Sra. Luciana** – Está joia.

370 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, não tem como deixar em
371 coanfitrião?

372 **Sra. Luciana** – Não tem, eu coloquei aqui, mas ele não conseguiu, essa foi a forma
373 que eu tive dele apresentar, mas eu estou tentando colocar aqui. Ribamar, quem
374 que você chamou? A Tarcila? Ou?

375 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Adriana, e Daniel. Tarcila, Adriana e
376 Daniel.

377 **Sra. Luciana** – Ok. Quem falará primeiro? Tarcila, Adriana ou Daniel?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

378 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Bom dia, posso
379 falar.

380 **Sra. Luciana** – Ok.

381 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Bom dia a cada
382 um, cada uma. Eu quero cumprimentar inicialmente a Presidência do Comitê
383 Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e todos os demais representantes e
384 convidados desse colegiado. Nesse processo de monitoramento, eu estou
385 acompanhando de forma mais próxima os Estados do Maranhão, Amapá e Pará,
386 mas eu estou entendendo que o foco aqui pelo sentido do Ribamar de
387 complementação seria o Pará. Mas só para falar muito rapidamente, também uma
388 atualização rápida, na semana passada, o Amapá, também teve uma...

389 **Interlocutor não identificado** – Adriana, fala mais um pouquinho mais alto.

390 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Melhorou agora?
391 Então, eu estava dizendo que a pedido do Ribamar, eu vou centrar no Pará, mas
392 eu estou acompanhando nesse período, o Maranhão, o Amapá, e o Pará, e no
393 Amapá na semana passada, houve um dia de greve de fome, no presídio do IAPEN,
394 e junto a isso, os presos caminharam um pedido de averiguação para defensoria
395 pública estadual, de situações de maus tratos, tortura e outros tratamento cruéis,
396 desumanos e degradantes, e que inclusive foi o que motivou a recusa da
397 alimentação por um dia. Nós estamos em contato permanente com o Juiz do GMF
398 lá e a defensoria pública do Estado que tem nos passado essas informações. Mas
399 voltando ao Pará, o Estado estava desde o mês de março, do dia 18 de março, com
400 as visitas familiares suspensas, aliás, não só as visitas familiares, mas todas, os
401 órgãos de fiscalização, advogados, enfim, estava completamente incomunicável, o
402 sistema prisional, é tanto que o Ministério Público Federal, logo no início sob
403 alegação de que esse tipo de experiência de restringir de forma absoluta as visitas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

404 acabaria por agravar conflitos internos, e ocorrência inclusive de rebelião, fuga seria
405 uma consequência disso. Essa consideração do Ministério Público Federal não
406 surtiu efeito, inclusive a SEAP requisitou à VEP a suspensão das saídas
407 temporárias dos custodiados beneficiados enquanto medidas de prevenção e
408 proteção a saúde, com esse argumento, o Juiz da VEP, da região metropolitana
409 suspendeu as saídas temporárias, adotando uma posição diversa daquelas de
410 outros Estados, que deferiram manter as saídas temporárias, deferindo prisão
411 domiciliar para evitar o retorno durante a pandemia. E frente a essa situação, nós
412 encaminhamos ofício à defensoria pública do estado, perguntando se haviam
413 decorrido da decisão, e não tivemos retorno, não tivemos resposta. A defensoria
414 pública da união, e aí o Dr. Kaiser presente na reunião pode falar melhor que eu,
415 mas também elaborou uma reclamação focada na aplicação da (ininteligível)
416 vinculante 56, que tratava da concessão da progressão de regime e livramento
417 condicional, à 732 presos, considerando que o estabelecimento não oferece
418 nenhuma condição de cumprimento da pena em regime semiaberto e também não
419 teve êxito com essa ação, nesse período de pandemia, e esse processo de
420 monitoramento, nos fez ter contato com diversas informações, muitas delas
421 extraoficiais, por meio da rede de sistema de direitos humanos do Estado, que fala
422 um pouco, revela uma verdade, as condições em que tem ocorrido o cumprimento
423 da pena nas unidades prisionais do Estado do Pará. Algumas dessas informações,
424 como essas informações em sua totalidade chegaram por mensagens de *whatsapp*,
425 áudios pelo *whatsapp*, nós fizemos o encaminhamento inicial, pedindo averiguação
426 ao Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e ao núcleo
427 de execuções penais, a defensoria pública estadual, também não tivemos retorno.
428 Na última semana aconteceram, na verdade houve algumas situações que
429 merecem bastante atenção, e eu acredito que encaminhamento também após essa
430 reunião, que diz respeito a, não sei se vocês tiveram contato com essa informação,
431 mas uma advogada de um preso foi agredida fisicamente por agentes penitenciários



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

432 na Colônia Agrícola, no complexo prisional de Americano, segundo a comissão de
433 prerrogativas da OAB foi feito o registro de ocorrência em delegacia, e a solicitação
434 de providência das autoridades locais. No dia 26, na última quarta-feira à tarde, no
435 complexo prisional de Americano, o CRPP2, houve um início de rebelião...

436 **Interlocutor não identificado** – Adriana, quando foi a agressão da advogada?

437 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – No dia 20 de
438 agosto, essa informação, nós tivemos acesso pelos meios de comunicação, e
439 comissão de direitos humanos da OAB do Pará. Não chegou oficialmente para o
440 Mecanismo.

441 **Interlocutor não identificado** – Ok.

442 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Pode continuar?

443 **Interlocutor não identificado** – Pode, pode sim.

444 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Então, e na última
445 quarta-feira, no CRPP2, no complexo prisional de Americano, houve o início de
446 rebelião, foi contido logo no início da tarde, assim que a gente soube, ficamos em
447 contato com o representante da sociedade civil, e a Juíza do GMF do Estado do
448 Pará, para buscar mais informações, e pedir providências por parte da Juíza e da
449 Defensoria Pública, esse início de rebelião foi contido logo no início da tarde, não
450 durou muito tempo. No entanto, houve o infeliz resultado de dois óbitos e cinco
451 feridos, todos presos, e teve uma agente prisional, pelo que eu acompanhei das
452 informações que também ficou ferida. Diante desse fato, a SEAP novamente baixou
453 uma Portaria, impedindo o contato da unidade com o mundo externo, inclusive o
454 acesso de advogados, familiares e órgãos de fiscalização. Essa é uma situação que
455 preocupa muito quando o Mecanismo esteve no Estado, a última visita era a mesma
456 situação de incomunicabilidade, de as pessoas no sistema prisional, esse é um dos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

457 pontos que a gente destacou da missão. Então, a gente tem ali ainda o
458 agravamento, quer dizer, não sei se ainda, mas eu sei que são muitas situações
459 graves que estão ocorrendo de forma simultânea, mas só para chamar atenção de
460 vocês que o fato ocorreu em uma unidade no presídio, em Americano, e essa
461 Portaria, ela é estendida como uma punição coletiva às 49 unidades do Estado do
462 Pará, todas as unidades do Pará hoje, estão incomunicáveis, desde o dia 26,
463 quando foi publicada em diário oficial do Estado a Portaria, e sem data prevista para
464 a finalização. No dia 27, logo um dia depois desse evento, nós tivemos também
465 informação de uma manifestação em frente ao complexo, das famílias, e pelo que
466 a gente sabe não teve nenhuma incidência e nenhuma repercussão. O Mecanismo
467 no dia 28, sexta-feira passada, encaminhou um ofício às autoridades que atuam no
468 Estado do Pará. E aí, nesse ofício, nós destacamos a nossa preocupação com o
469 agravamento das condições preexistentes ao contexto de pandemia, sob o
470 argumento de cuidado, se ampliou a incomunicabilidade, e também solicitamos
471 tomada de providências dessas autoridades para que sejam feitos todos os
472 encaminhamentos necessários em relação aos presos que ficaram feridos, em
473 relação a assistência, as famílias daqueles que foram à óbito, e também observação
474 das situações dentro dos presídios nesse momento, considerando a necessidade
475 de preservação da integridade física, dos que permanecem presos. Esses ofícios,
476 nós encaminhamos para o Procurador da República do Estado do Pará, Defensor
477 Público Geral, Procurador Geral do Estado, Desembargador Supervisor do GNF, 5ª
478 Vara Federal do Pará. Também nós chamamos atenção de forma bem particular
479 em destaque...

480 **Sra. Luciana – Adriana.**

481 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT) – Oi Luciana.**

482 **Sra. Luciana – Não, me desculpa.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

483 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Tempo, não é?

484 **Sra. Luciana** – Não, não, não é isso, é só para avisar que temos quórum. Acabamos
485 de ter quórum para avisar a Presidência que se quiser pode instalar a reunião, e dar
486 continuidade.

487 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Está bem. Eu vou
488 tentar ser mais objetiva e acelerar um pouco. Então, nesse ofício também, nós
489 destacamos alertando para o risco dessa Portaria, que foi na verdade reeditada,
490 que no...

491 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, licença, pela ordem. Eu peço
492 que a gente delibere sobre a instauração do quórum, antes que mais alguém saia
493 da reunião, e depois a Adriana dá continuidade a apresentação dela.

494 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok, vamos instalar a
495 reunião Luciana.

496 **Sra. Luciana** – Ok, somente deliberando. Eu entendo Vitória que não é necessário
497 fazer nenhuma votação, somente apontando que está instalado o quórum da
498 reunião, e a reunião está formalmente instalada.

499 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Em questão da aprovação da pauta, aquela
500 sequência, seria interessante formalmente a gente aprovar a pauta e tudo, não é
501 isso? Só para que a gente cumpra os protocolos para na sequência poder continuar
502 a exposição de uma maneira oficial.

503 **Sra. Luciana** – Eu passo a palavra para a Presidência.

504 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Olha, para Adriana não
505 perder o raciocínio, a gente podia só terminar a apresentação da Adriana, e a gente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

506 volta e faz a aprovação da pauta, pode ser assim? Eu acho que ela já está quase
507 no final da apresentação dela.

508 **Sra. Luciana** – Ok. Adriana, você tem a palavra.

509 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Obrigada. Então,
510 já concluindo, então nesse ofício nós também chamamos atenção para essa
511 Portaria do dia 26 de agosto, os riscos que ela representa na verdade, nesse
512 contexto de maior fechamos nas unidades penais, e da intencional
513 incomunicabilidade, porque isso é colocado de forma expressa na Portaria, essa
514 Portaria, ela é totalmente violadora de direitos e eu considero até, não sei se é
515 errado dizer que ela é inconstitucional, considerando a sanção coletiva, mas ela
516 fecha a possibilidade inclusive de fiscalização dos espaços, então ninguém sabe o
517 ocorreu a partir dessa rebelião, como está a situação dos presos, adicionalmente
518 ainda nesse mesmo ofício, nós aproveitamos para registrar todas as informações
519 que nós tivemos recentes, que chegaram no extraoficial, e pedindo averiguação
520 também por essas autoridades. E aí, são várias, tratam de algumas alegações,
521 como casas penais que não estão liberando banho de sol durante a pandemia, os
522 presos ficam o tempo inteiro trancados, isso contribui para a proliferação de
523 doenças, à medida que ficam em um local úmido, escuro que a gente bem conhece.
524 Tem situações críticas também no CRPP3, além do sofrimento do COVID, os presos
525 reclamam que estão apanhando muito, a mesma pressão que viviam no período de
526 atuação da FTIP, isso vale dizer, a Força de Intervenção Federal que o Ribamar já
527 fez menção anteriormente, ela esteve no presídio todo esse tempo quando a gente
528 teve em 2019, estava sobre a direção da FTIP, todo o sistema prisional, a partir do
529 nosso relatório de denúncia de outros órgãos fiscalizadores, uma das pessoas, dos
530 agentes que estavam na condução das operações da FTIP foi afastado pela 5ª
531 Vara, e nós ficamos sabemos que essa pessoa que foi afastada naquele momento,
532 ela retornou como assessora do Secretário da SEAP, e além disso nós já tínhamos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

533 informação também disso oficialmente quando nós estivemos lá, no final de 2019
534 que a força de intervenção estava fazendo o processo de formação dos novos
535 agentes penitenciários. Então mantém-se o mesmo modo operante, apesar da FTIP
536 oficialmente não estar no comando do sistema prisional como aconteceu
537 anteriormente. Então são muitos os relatos de que os maus tratos e as situações
538 cruéis, desumanas e degradantes se mantêm, apesar da FTIP ter se afastado, e
539 alguns dias em que reproduz até de forma mais intensa o que ocorria antes. Isso, a
540 gente tem informação de várias instituições, vários estabelecimentos penais.
541 CRPP3, CPJA, na Colônia, enfim, são vários. Então essas informações todas, a
542 gente juntou pedindo averiguação, porque também não temos provas, mas
543 importante que as autoridades tomem ciência e busquem averiguação disso, e
544 eventuais responsabilizações. Eu vou ficando por aqui também para abrir para os
545 outros colegas que vão seguir, mas a partir desses relatos do Pará, eu entendo que
546 três pontos são importantes como pensar como encaminhamento. Um é manter
547 esse esforço do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e contribuir
548 para o monitoramento da implementação das recomendações do Mecanismo
549 Nacional, considerando inclusive os últimos relatórios de missão. No último relatório
550 apresentado de missão do Pará de 2019, algumas deliberações foram definidas,
551 então talvez valesse a pena resgatar essas deliberações e dar encaminhamento.
552 Eu acredito também que seria importante uma manifestação do comitê sobre essa
553 Portaria editada em vigor no Pará desde quarta-feira passada referente a essa
554 rebelião e que faz uma extensão de sanção coletiva, e por fim, talvez que o comitê
555 também pudesse reiterar a necessidade de atenção aos presos feridos e familiares
556 dos que vieram a óbito, e destacar a responsabilidade dos gestores e do sistema
557 de justiça em relação a integridade física, psicológica das pessoas que permanecem
558 nos estabelecimentos prisionais do Pará nesse momento. É isso, desculpem aí,
559 porque eu me estendi demais, e agradeço a participação e presença, e paciência
560 de todos. Obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

561 **Sra. Luciana** – Obrigada Adriana. Passo a palavra a Presidência.

562 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Luciana, na sequência
563 querida, vamos fazer o registro dos meios a adoção da pauta, e tu podes fazer a
564 parte administrativa, e a gente na sequência continua a exposição da temática, ok?
565 Só para a gente organizar a nossa pauta.

566 **Sra. Luciana** – Ok, está presente para quórum agora às 09:50, o Ministério da
567 Mulher da Família e Direitos Humanos, por meio do gabinete, e da Secretaria
568 Nacional de Proteção Global, CEGOV, Ministério da Cidadania, Ministério da
569 Saúde, Ministério da Defesa, CF, OAB, CFP, CONECTAS, Justiça Global, RENILA,
570 EDUCAFRO, MNU, SOMOS, URFN. Então temos 15 membros e já com quórum
571 para a instalação da reunião. Em relação a adoção da pauta, vou fazer a votação
572 para adoção da pauta. Segue a votação nominal para a pauta como está. Ministério
573 da Mulher da Família Direitos Humanos.

574 **Sra. Damares Regina Alves (Ministério da Mulher, da Família Direitos**
575 **Humanos)** – Sim.

576 **Sra. Luciana** – SNTG.

577 **SNTG** – Presente.

578 **Sra. Luciana** – CEGOV.

579 **CEGOV** – Sim.

580 **Sra. Luciana** – Ministério da Cidadania.

581 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Sim.

582 **Sra. Luciana** – Ministério da Saúde.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

583 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.

584 **Sra. Luciana** – Ministério da Defesa.

585 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.

586 **Sra. Luciana** – Eu acredito que entrou também agora o Sandro do DEPEN. DEPEN.

587 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Sim.

588 **Sra. Luciana** – SNPIR, MEC.

589 **MEC** – Sim.

590 **Sra. Luciana** – Ok, MEC também está presente. MRE não está em votação hoje,
591 mas está representado pelo Suplente, o Mateus Moreira. SG Presidência? Não.
592 Sociedade Civil. CFOAB.

593 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu tenho um pedido de inclusão de
594 assunto extra pauta Luciana, em relação a vulneração das prerrogativas do
595 Mecanismo aqui em Brasília, para que isso entre na nossa pauta da reunião.

596 **Sra. Máira de Paula Barreto Miranda (Poder Executivo)** – Não é a pauta que vai
597 estar nos informes Vitória?

598 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Máira, pelo que eu entendi, foi feito o
599 pedido para que fosse incluso na nossa pauta da reunião, e aí isso não foi, não sei
600 se isso não foi deliberado pela mesa, até você pode me explicar melhor. Pelo que
601 me informaram, houve apenas uma negativa por parte da nossa Secretaria
602 Executiva, acho que você consegue até me explicar melhor ou os demais membros
603 da mesa...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

604 **Sra. Luciana** – Não houve negativa, isso foi solicitado, a Bárbara solicitou, nós
605 encaminhamos aos membros da mesa, e a decisão na mesa foi de que o
606 Mecanismo seria uma reunião temática, que era de um tema específico que dá base
607 para a reunião extraordinária de enfrentamento ao COVID, e se o tema fosse
608 pertinente a questão da reentrada que poderia ser colocado como um informe, mas
609 se o tema for algo mais estruturante, que seria algo para a reunião ordinária, isso
610 foi deliberado na mesa e foi encaminhado em resposta a Bárbara Coloniese.

611 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Entendi. Então foi deliberação da mesa,
612 Luciana?

613 **Sra. Luciana** – Assim entendo, está tudo registrado no grupo de *whatsapp*.

614 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bem, entendi. Eu acho que pediria
615 então manifestação de alguém do Mecanismo para que explique para gente se em
616 formato de informe ficaria suficiente ou não.

617 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – De nossa parte é importante que
618 fosse um ponto de pauta, porque ele sugere deliberação, aliás, deliberação da mais
619 alta e urgente importância. Só que no informe ele não deriva necessariamente, ele
620 não deriva para uma deliberação.

621 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bem. Então mantenho meu pedido
622 de inclusão de ponto de pauta.

623 **Sra. Luciana** – Ok. Eu passo a palavra para a Presidência, se a gente segue na
624 votação, ou encaminha votação com pedido para inclusão de ponto de pauta.

625 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pode incluir Luciana, como
626 pauta, a sugestão dela, vamos voltar com a inclusão.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

627 **Sra. Luciana** – Ok. A inclusão de pauta relativa a prerrogativas do MNPCT no
628 Distrito Federal. Votação, vou recomençar a votação. Votação para pauta com
629 inclusão das prerrogativas do MNPCT no Distrito Federal. Ministério da Mulher
630 Família e Direitos Humanos, gabinete.

631 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim, pode incluir.

632 **Sra. Luciana** – SNPG.

633 **SNPG** – Sim

634 **Sra. Luciana** – SNPIR. Acredito que o Ezequiel acabou de chegar na reunião
635 também. CEGOV.

636 **CEGOV** – CEGOV sim.

637 **Sra. Luciana** – DEPEN.

638 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Sim.

639 **Sra. Luciana** – Ministério da Cidadania.

640 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Sim.

641 **Luciana** – Ministério da Saúde.

642 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.

643 **Sra. Luciana** – MEC.

644 **MEC** – Sim.

645 **Sra. Luciana** – Ministério da Defesa.

646 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 647 **Sra. Luciana** – Secretaria Geral da Presidência. SNPIR.
- 648 **SNPIR** – Sim.
- 649 **Sra. Luciana** – CFOAB.
- 650 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim.
- 651 **Sra. Luciana** – CFP.
- 652 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 653 **Sra. Luciana** – CONECTAS.
- 654 **Sr. Rafael Carlsson Gaudio Custodio (CONECTAS)** – Sim.
- 655 **Sra. Luciana** – Justiça Global.
- 656 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.
- 657 **Luciana** – RENILA.
- 658 **Sra. Márcia (RENILA)** – Sim.
- 659 **Sra. Luciana** – UBM. EDUCAFRO.
- 660 **EDUCAFRO** – Sim.
- 661 **Sra. Luciana** – MNU.
- 662 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Sim.
- 663 **Sra. Luciana** – SOMOS.
- 664 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – De acordo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

665 **Sra. Luciana** – COAD, CUT, UFRN.

666 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim.

667 **Sra. Luciana** – Ok, passou a pauta com inclusão das prerrogativas do MNPCT no
668 Distrito Federal, se a Ministra como Presidente assim entender, passaremos então
669 para a parte temática ou seria administrativa ao final Ministra?

670 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos para a parte
671 administrativa, aí de acordo, cumpre essa parte da pauta, e depois a gente volta
672 para a temática, porque eu sei que vai ter essa votação na temática, e pode gastar
673 muito tempo lá.

674 **Sra. Luciana** – Ok, eu tentarei ser o mais breve possível na parte administrativa,
675 em relação a parte administrativa dos informes da coordenação de apoio, eu
676 ressalto três pontos principais, que é o andamento do 5º processo seletivo para os
677 peritos do MNPCT, e encaminhamentos da reunião da mesa diretora do dia 17 de
678 agosto, e encaminhamentos da 28ª reunião ordinária. Em relação ao primeiro ponto
679 destaco que foram feitas três aberturas para inscrições é de 18 a cinco de junho, 1
680 a 15 de julho e 14 a 20 de agosto.

681 **Interlocutora não identificada** – Desculpe Luciana.

682 **Sra. Luciana** – Oi.

683 **Interlocutora não identificada** – Desculpe Luciana, mas é porque esse nosso
684 trabalho de apresentação de monitoramento não concluiu ainda, não sei se eu
685 entendi, mas você já está passando para outro ponto.

686 **Sra. Luciana** – Foi solicitada a adoção da pauta, a pauta foi acatada com inclusão
687 do ponto, e aí ficou somente de *standby* para que seguisse a pauta com ela está,
688 fizesse a pauta administrativa e retornasse para o monitoramento do MNPCT.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

689 **Interlocutora não identificada** – Perdão, perdão. Eu que não entendi então.

690 **Sra. Luciana** – Isso. Vou tentar ser o mais breve possível na parte administrativa,
691 e retornaremos para a parte temática, ok? Em relação, então tivemos três aberturas,
692 o período de inscrição, dessas três aberturas do período de inscrição, a última
693 abertura foi de 14 a 20 de agosto que cumpriu o que foi decidido na 28ª reunião
694 ordinária, em que foi feita uma republicação na íntegra do Edital nº 20, sendo o
695 Edital nº 3 de 13 de agosto de 2020. Retificamos itens apontados, incluindo outros
696 para cumprimento dos termos da decisão judicial. Eu pediria a todos que não
697 estejam, mas que coloquem, desativassem o som, isso. Assim sendo, foi publicado
698 o novo edital no dia 14, edital do dia 13, e reabrindo as inscrições de 14 a 20 com
699 os novos pontos decididos por meio dessa plenária relativo a remuneração e relativo
700 a reserva de vagas. Nesse sentido, as novas inscrições que tivemos foram, nesse
701 segundo período, foram de 119 novas inscrições, sendo facultado aqueles que já
702 estavam inscritos de se candidatar em alguma reserva de vaga. Nesse sentido o
703 total foi de 387 inscrições, sendo que a lista de deferidos e indeferidos saiu no site
704 do Ministério do dia 26 de agosto, quarta-feira passada, sendo 96 casos deferidos,
705 283 casos indeferidos, relativo à documentação incompleta, e oito casos invalidados
706 relativo à documentação enviada fora do prazo. Nesse sentido, tivemos nesses três
707 períodos de inscrições, 29 candidatos repetidos, e o total, sendo 387 candidatos
708 para esse processo seletivo com reabertura por três vezes. Nessa última reabertura
709 tivemos então para ampla concorrência 87 pessoas, 24 solicitaram reserva de vagas
710 para negros e pardos, e oito para PCD. Nesse sentido a porcentagem geral de
711 reserva de vagas foram: Ampla concorrência: 91,8% da solicitação de inscrição,
712 negros e pardos: 6,2%, PCD: 2%. A comissão de seleção se reuniu nos dias 22/06,
713 24/07 e 24/08, e se reunirá hoje pela tarde no dia 31/08. Para deliberação dos casos
714 em recurso da lista preliminar, e apresentação da lista final com solicitação de
715 entrevistas dos deferidos. Relativo aos encaminhamentos 28ª RO, em relação a
716 pauta temática do monitoramento do MPCT que está sendo discutida inclusive aqui



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

717 com mais detalhe, relativo ao COVID, enfrentamento ao COVID-2019, foram
718 expedidos todos os ofícios, diversos ofícios pela presidência do CPCT, enviados
719 aos tribunais de justiça dos Estados, secretarias de justiça dos Estados, secretaria
720 de direitos humanos dos Estados, a depender de como é configurada as secretarias
721 estaduais, Ministério da Saúde, DEPEN, CNJ, CNMP, e sendo enviado assim as
722 recomendações, a solicitação de informações, e o pedido de relatórios de
723 monitoramento referente às ações tomadas durante o período da pandemia nos
724 espaços de privação de liberdade. Então os ofícios foram enviados, e estamos
725 monitorando. Em relação ao caminhamento da reunião da mesa diretora do dia
726 17/08, importante pontuar que foi feita a primeira reunião do conjunto de cinco
727 reuniões com os comitês estaduais, foram cinco reuniões com as macrorregiões,
728 então norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste, sendo a primeira reunião ocorrida
729 na sexta-feira agora, no dia 28 pelo período da tarde, tendo presença dos comitês
730 do Amapá, Acre, Rondônia e Amazonas, não tendo presença do comitê do Pará,
731 que ainda não está instalado efetivamente, apesar de ter. nesse sentido, as
732 próximas reuniões serão: Nordeste: dia 18/09, Centro-Oeste dia 02/10, Sudeste dia
733 23/10 e Sul dia 13/11. A reunião transcorreu muito bem, e com intenção, com o
734 objetivo de fortalecer o diálogo e cooperação entre os níveis Federal e Estadual
735 para avanço dos comitês locais de prevenção e combate a tortura, sendo
736 encaminhado alguns pontos específicos com a participação dos membros, pelo
737 CNPCT, dos membros da mesa diretora, bem como a Vice-Presidência e alguns
738 outros voluntários que foram o Caio e a Cândida, e o Sávio também. Enfim, esses
739 são os pontos a pontuar aqui nessa, em relação aos informes, fico a disposição para
740 questionamentos, ou algum tipo de monitoramento específico.

741 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Luciana, eu acho que não
742 tem muito o que a gente conversar, eu só queria chamar a atenção de todo o comitê,
743 essas reuniões dos comitês estaduais, a gente tem a expectativa de que elas sejam
744 instrumentos muito bons para fortalecimento da nossa relação com os comitês



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

745 estaduais, e sempre que possível participem dessas reuniões. Eu não pude estar
746 na primeira, mas estou me organizando para estar em todas as demais, então fica
747 o convite, é para todos, é extensivo a todos, se organizem, tentem estar com a gente
748 nessas reuniões com os comitês estaduais. Eu acho que a gente não tem muito o
749 que avançar nesse momento da administrativa, se não tiver mais nenhuma
750 observação, nenhuma pergunta, nenhum encaminhamento, já podemos voltar para
751 a parte temática.

752 **Sra. Luciana** – Obrigada Ministra, só informando que no link dessa reunião, que
753 inclusive a gente colocou no chat, estão todos os ofícios assinados pela Ministra
754 enquanto Presidente do CNPCT, convidando com as datas e horários definidos para
755 as reuniões com os comitês estaduais. Então fica o convite para todos os membros
756 de participação, e se quiserem participar, o link, inclusive o horário estão nos ofícios
757 que estão disponibilizado a todos no meio link dos documentos que estão aí, está
758 bom? Passando então para, retornando à pauta temática, eu retorno então para o
759 Ribamar para que apresente o que entender, ou passe para seus colegas. Ribamar,
760 tem a palavra.

761 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Então, gostaria de passar
762 respectivamente para Tarcila e o Daniel para que acrescentem ou acentuem algo
763 Estados que eles estão monitorando, por favor.

764 **Sr. Alexandre Kaiser** – Sem querer interromper Ribamar, eu tenho algo a falar
765 sobre o que a Adriana expôs sobre o estado do Pará, posso falar ao final também,
766 ou agora, como entenderem melhor, só para, é porque é pertinente ao Estado...

767 **Interlocutor não identificado** – Então vejo que para fazer o link, é melhor falar
768 logo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

769 **Sr. Alexandre Kaiser** – Está bem. Então eu vou expor logo, é uma situação, porque
770 feita uma proposta inclusive de encaminhamento aqui pela Adriana, no sentido de
771 que o comitê adote alguma providência com relação a suspensão geral e restrita
772 das visitas no Estado do Pará, como uma medida de sanção coletiva naquele
773 Estado. E o informe que eu gostaria de trazer, é que a defensoria pública da união,
774 e as defensorias públicas de todo o Brasil, estiveram no mutirão do programa
775 defensoria sem fronteiras no Estado do Pará no final de janeiro, início de fevereiro
776 desse ano, portanto, logo antes do início da pandemia, e nesse mutirão do programa
777 defensoria sem fronteiras, nós constatamos naquela época já que o Estado do Pará
778 havia adotado uma medida semelhante que foi a edição de uma Portaria
779 restringindo as visitas em todo o Estado, e naquela época, nós já consideramos
780 ilegal essa medida. Então assim, nós naquele mutirão, nós propusemos uma ação
781 civil pública que está em trâmite na 5ª Vara de Fazenda Pública da comarca de
782 Belém, eu posso disponibilizar o número desse processo aqui no *chat*. Logo após o
783 ajuizamento dessa ação civil pública, houve então o advento aí da pandemia que
784 mudou, claro, a perspectiva sobre a questão das visitas e de tal forma que em abril,
785 a liminar que nós pedimos para o reestabelecimento das visitas, ela foi indeferida,
786 sob o argumento inclusive de que naquele momento a questão sanitária
787 prevaleceria, não obstante, eu entendo que essa ação civil pública, ela não perdeu
788 o objeto porque ela questionava o imediato reestabelecimento das visitas, mas
789 também a condenação do Estado do Pará abster-se de promover novas
790 suspensões gerais e abstratas ao direito de visitas, conforme nós ponderamos
791 exatamente essa questão de se tratar de uma sanção coletiva, e de que a medida
792 era desproporcional em relação a finalidade de controle de uma determinada
793 unidade, ou enfim, em razão de atos de determinados interno, atos de indisciplina
794 de determinados internos, não poderia restringir as visitas de uma forma geral em
795 todo o Estado. Então se houver consenso enfim, do comitê, mas uma sugestão, a
796 defensoria não é membro com direito a voto aqui, mas como convidado permanente,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

797 uma sugestão de encaminhamento, seria a expedição de um visto para esse Juiz lá
798 da 5ª Vara de Fazenda Pública da COMARCA de Belém, para que naquele
799 processo que já está instruído, amadurecido, enfim, já está inclusive com réplica,
800 fosse expedido um ofício para que naquele processo, solicitando que naquele
801 processo o Juiz o deferisse alguma medida, seja cautelar, ou já sentenciando o
802 processo no sentido de condenar o Estado do Pará deixe de promover essas
803 restrições abstratas, gerais e abstratas ao direito de visita. Era só esse o ponto de
804 pauta que eu queria trazer, eu vou incluir agora na sequência, no chat, o número do
805 processo.

806 **Sra. Luciana** – Obrigada Alexandre. Passarei então agora para o Ribamar para...

807 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Luciana, a gente deixa a
808 sugestão do Alexandre para voltar no final? Ou a gente já podia se manifestar com
809 relação a decisão do Alexandre. Eu apoio a proposta do Alexandre, acho oportuna,
810 e a gente deixar para votar no final, junto com possivelmente o encaminhamento
811 que o comitê vai dar, o Mecanismo vai dar com relação ao Distrito Federal, ou a
812 gente já separa por pontos?

813 **Sra. Luciana** – Como o plenário entender, eu acredito que seria mais pertinente
814 talvez, separar por pontos, se tiver alguma questão a ser discutida nos
815 encaminhamentos finais. Mas fica sugestão de ou colocar junto no final, ou o que
816 podemos fazer também é esperar a toda apresentação e ao final demos os
817 encaminhamentos total, ou separamos.

818 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok, vamos esperar o final,
819 mas já colhendo a sugestão do Dr. Alexandre, me parece que a Adriana falou
820 alguma coisa também de uma manifestação sobre a Portaria, que o comitê se
821 manifestasse sobre a Portaria, e a gente volta depois a perguntar a Adriana se era



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

822 exatamente isso que ela queria, mas a gente, então vamos continuar, vamos
823 continuar, e no final a gente faz a votação sobre essa sugestão do Dr. Alexandre.

824 **Sra. Luciana** – Alexandre, eu pediria que você colocasse a sugestão bem
825 específica para votação no chat, por favor, nesse sentido...

826 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu posso fazer uma
827 observação só, antes de o Alexandre até consignar. O Alexandre sempre tem umas
828 ponderações muito boas, viu Alexandre? Acho que muito objetivas, eu acho que
829 agrega bastante o nosso trabalho no CNPCT. Você disse, a DPU não tem o direito
830 a voto, mas a voz, com certeza, ela agrega bastante. Eu tenho só uma preocupação
831 com relação a comunicação direta com o judiciário, ainda mais em um caso
832 concreto, tem uma ação aberta, o colegiado não conhece bem essa ação. Então a
833 minha sugestão, apenas uma adequação, que essa comunicação fosse feita para o
834 Governo do Estado, não por processo direto para o Juiz, porque a Portaria com
835 certeza, ela é mais ampla, ela trata de segurança orgânica, vai tratar de outros
836 pontos. Então como nós estamos restringindo aqui a questão da limitação geral de
837 visita, em decorrência de um fato, e uma unidade específica. Então a minha
838 sugestão é que essa comunicação seja direta para o Governo do Estado tratando
839 dessa restrição geral no Estado de visita. Essa é minha observação.

840 **Sra. Luciana** – Ok, Alexandre?

841 **Sr. Alexandre Kaiser** – É claro, é claro que está aberto para debate, o
842 encaminhamento é o comitê que vai deliberar, qual é o melhor encaminhamento
843 possível. Mas eu diria até que talvez os dois, é porque o que acontece? O Estado
844 do Pará, ele é reincidente na elaboração desse tipo de Portaria. Então quando nós
845 ajuizamos aquela CP, eu posso compartilhar inclusive com os Senhores aqui, a
846 minuta dessa CP, quem quiser ler com cuidado, enfim, talvez aí durante a, não sei
847 se é possível também, é um pouco extensa, mas já havia anteriormente uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

848 Portaria nesse sentido. Então aquela Portaria que nós incumbíamos na CP, ela não
849 era a primeira, ela já era a segunda, então agora nós temos mais um. Ou seja, o
850 Estado do Pará adota isso como um procedimento regular, houve alguma rebelião
851 no Estado, ou algum princípio de indisciplina, alguma situação, o Estado adota essa
852 questão da proibição de visitas em todo o Estado, e que é uma coisa inclusive,
853 peculiar, porque a gente não vê isso acontecer em outras unidades federativas,
854 dessa forma assim tão geral e abstratamente. Então assim, eu acho pertinente o
855 encaminhamento para o Poder Executivo, inclusive porque é uma comunicação
856 direta, Poder Executivo, Poder Executivo, tudo bem, mas o encaminhamento para
857 o poder judiciário, considerando que já foi proposta uma CP também entendo
858 pertinente, evidente que o Juiz o vai julgar segundo a sua independência funcional,
859 de acordo inclusive com as provas que estão no processo, as manifestações que
860 foram juntadas, mas eu acho que a opinião do comitê, ela agrega para que o juízo
861 delibere sobre a legalidade desse tipo de restrição geral e abstrata. Então, eu vou
862 inserir no chat a proposta de encaminhamento, mas conforme então ficou
863 combinado, a gente deixa para votar ao final. Eu fico aqui com a sugestão de
864 encaminhamento, e ao final a gente, depois da exposição a gente, os membros
865 podem votar sobre o que seria mais pertinente.

866 **Sra. Luciana** – Ok, obrigada Alexandre, obrigada Sávio. Passo a palavra então para
867 o Ribamar para continuidade da apresentação junto aos colegas do Mecanismo.

868 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Obrigado Luciana. Na verdade,
869 agora, na sequência falaria o Daniel, e a Tarcila.

870 **Sr. Daniel Melo (MNPCT)** – Bom dia a todos e todas, para mim é um prazer estar
871 aqui falando com vocês.

872 **Sra. Luciana** – Daniel, está muito baixo. Se puder aumentar um pouco.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

873 **Sr. Daniel Melo (MNPCT)** – Me ouve melhor?

874 **Sra. Luciana** – Melhor.

875 **Sr. Daniel Melo (MNPCT)** – Comprimento a todas e todos em nome da Ministra,
876 Presidente aqui do Comitê. Vou tentar ser o mais breve possível porque acredito
877 que o Ribamar trouxe a visão geral do que a gente tem levantado de informações
878 nesse período de monitoramento, e Adriana traz um caso muito específico, e
879 recente com solicitações muito urgentes de encaminhamento. Mas dentro do
880 Mecanismo eu estive acompanhando os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul,
881 Minas Gerais e São Paulo. E nesses Estados, assim como nos outros, como foi bem
882 apresentado pelo Ribamar, o que a gente percebe é que houve uma baixa
883 implementação dos protocolos de biossegurança, não é? Então, de fato, as medidas
884 adotadas no primeiro início da pandemia de evitar entrada de COVID, disseminação
885 no interior das unidades, em especial prisionais, elas não foram tão efetivas, e a
886 medida mais gravosa e restritiva adotada, foi em relação aos familiares, com o
887 intuito de impedir a entrada também da contaminação do novo corona vírus, e na
888 verdade isso acabou sendo um pouco frustrado. A segunda questão, é a falta de
889 uma avaliação epidemiológica, a gente percebe que não efetuam um estudo
890 aprofundado sobre as populações existentes nas unidades prisionais, e a
891 necessidade da testagem em massa dessa população, haja visto responsabilidade
892 objetiva do Estado na execução e na custódia dessas pessoas. Então, o que implica
893 no mínimo, uma omissão enquanto a saúde e o cuidado das pessoas ali privadas
894 de liberdade. No que tange o uso da força, acho que é um capítulo a parte, Dr.
895 Alexandre tem dialogado bastante com a gente, assim como a justiça global, e
896 CONECTAS, sobre essa preocupação da falta de uma regulamentação em relação
897 ao uso da força em registro, não sei se a gente pode chamar de uma cadeia de
898 custódia interna dentro das unidades para se pensar quando, quem, e como será
899 feito o uso e ressaltado todas as medidas de uso progressivo da força. Então diante



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

900 desse cenário, o que a gente percebe, pelo menos nos Estados que eu acompanhei
901 em especial Goiás e Minas Gerais, um uso excessivo da força, chegando em Goiás,
902 chegando a resultar em uma morte, no começo de abril, no próprio espaço onde era
903 feita a triagem e separação das pessoas que estão ingressando no sistema nesse
904 momento de pandemia. O espaço não era adequado para fazer essa triagem. Para
905 vocês terem uma ideia, as mulheres detidas no período da pandemia, ficavam todas
906 compartilhando uma mesma cela, sem que houvesse separação de período de
907 entrada, para que fosse feita uma quarentena efetiva e adequada, o que aponta de
908 fato a falta de um protocolo de biossegurança. E nesse caso, a situação veio à óbito
909 um dos presos que estavam lá na colônia agroindustrial, vítima de uma arma de
910 fogo, que aponta mais uma irregularidade no uso de arma dentro do espaço de
911 privação de liberdade, arma de fogo é recomendada tanto pelas regras de Mandela,
912 como enfim, por todo o trabalho já feito pelo subcomitê de prevenção e combate à
913 tortura como algo inadequado para o espaço de privação de liberdade. Em São
914 Paulo houve esse mesmo processo no início da pandemia em virtude das restrições,
915 e destaque Uberlândia em Minas Gerais, aonde já tem um histórico de uso abusivo
916 da força desde 2017, e agora 2020 ficou mais agravado, em virtude da situação de
917 pandemia, como diz o Ribamar, é um bate grade à maneira de poder fazer com que
918 as reivindicações da população presa chegue de fato tal conhecimento das direções
919 do própria gestão do sistema, e em uma dessas situações houve o uso abusivo, em
920 especial de bombas com efeito moral e (ininteligível) e os sprays de pimenta, o que
921 se a gente pensa no dano causado nas vias respiratórias em ambiente fechado, só
922 agrava ainda mais a condição clínica de saúde das pessoas diante de uma
923 pandemia que se instala especialmente pelas vias respiratórias. Então, a todos
924 esses casos, o Mecanismo fez encaminhamento, fez diálogo com o Sistema de
925 Justiça, com o Poder Executivo de fato há uma dificuldade, uma refração do Poder
926 Executivo em atender o Mecanismo, mas tendo justiça, todos se mobilizam através
927 das nossas provocações, não é? Dentro da competência de cada área que foi



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

928 acionada. Eu gostaria de fazer um destaque do socioeducativo, porque a gente
929 acaba falando muito pouco dele, e nesse cenário de pandemia, parece que foi o
930 lugar onde houve o maior número de liberação de adolescentes em um momento
931 inicial da pandemia, a gente percebe depois é que esse número, ele foi bastante
932 relativo, porque houve a continuidade da entrada de adolescentes no sistema
933 socioeducativo. Então você não tem uma redução objetiva da população
934 socioeducativa privada de liberdade e virtude da própria reentrada, ou melhor,
935 reentrada não, do próprio ingresso dentro do sistema por uma medida provisória,
936 ou uma sanção. É interessante também destacar que agora a gente já vive no
937 socioeducativo, um momento de retomada do cumprimento das medidas, o que traz
938 mais um fator de preocupação vista a possibilidade de aumento do contágio dentro
939 das instituições socioeducativas, visto que até então é bastante baixa a partir do
940 levantamento do CNJ quando a gente compara com o sistema prisional. Mas a partir
941 do momento que volta essa execução das medidas socioeducativas, você tem
942 favorecimento da pandemia entrar mais efetivamente dentro do sistema, e como
943 ainda falta muito conhecimento sobre esse novo vírus, a gente sabe que populações
944 jovens, ou mesmo jovens adultos, ou que não tenham comorbidade, não sejam
945 grupo de risco, podem ter uma complicação grave, e vir à óbito. E reforçando mais
946 uma vez, a responsabilidade objetiva do Estado, que é responsável pela custódia
947 desses adolescentes, em uma situação em que a falta de cuidado, de protocolos de
948 biossegurança ou de avaliação epidemiológica pode resultar na morte. Uma outra
949 situação que nos preocupa bastante, a questão da, não vou dizer uma aprovação,
950 mas uma orientação do CNJ, em relação às audiências virtuais para os
951 adolescentes, numa perspectiva muito mais agravada do que para população
952 adulta, visto que para o adulto, essa possibilidade foi vetada, mas para o
953 adolescente foi mantida. Então, essa é uma preocupação do Mecanismo que traz
954 aqui para vocês do CNPCT. E por fim, gostaria de trazer só um caso bem pontual
955 para esses dois casos pontuais, sobre o adolescente, que chamou atenção dessa



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

956 falta de olhar, de cuidado, de transparência, a importância de observar a tortura
957 como crime de oportunidade como bem reforçou o Ribamar. Em São Paulo, houve
958 o caso de um adolescente, que apresentando sintomas, ele foi mantido isolado em
959 um banheiro desativado da instituição, uma situação completamente irregular, e que
960 fere todos os princípios estabelecidos na proteção integral pelo Estatuto da Criança
961 e do Adolescente, e recentemente, uma informação que Minas Gerais, no aumento
962 dos casos de pessoas, como de adolescentes contaminados, um adolescente foi
963 mantido durante aquele período recente de frente fria que assolou quase todo o
964 Brasil, inclusive o Acre, os companheiros que estavam no Acre podem relatar um
965 pouco isso, mas de qualquer maneira, nesse cenário, o adolescentes sendo
966 colocados no pátio, na noite fria para que a redução da temperatura abaixasse, e
967 não fosse feito o encaminhamento adequado de saúde. Então a gente fala de
968 situações muito graves, a gente sabe que dentro do Ministério se encontra com
969 hidratação do SINASE, que tem um papel muito importante para poder atuar no
970 sentido de favorecer os direitos dessas crianças, desses adolescentes privados de
971 liberdade, e o que a gente percebe é que há uma falta de movimentação da própria
972 coordenação vinculada ao Ministério, o que também é importante alertar para o
973 comitê para que possa ser construído algum diálogo nesse sentido também,
974 pensando que a gente está falando de um órgão dentro do Ministério. Em relação
975 aos ILPIs e fecho por aí, a gente tem o relato de mortes, então a gente parte também
976 da falta de recursos, que muitas instituições vivem nesse cenário de cuidado, e essa
977 falta de recursos, ela insiste também na falta de manutenção do protocolo de
978 biossegurança. Mas eu acho que é por aí, eu não vou me delongar muito, e fico
979 disponível para o debate. Muito obrigado.

980 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Tarcila então, por favor.

981 **Sra. Tarcila Flores (MNPCT)** – Bom dia a todas e todos. Me ouvem? Eu agradeço
982 a oportunidade de estar aqui fazendo esse relato no momento, saúdo a presença



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

983 da Ministra, e de todos e todas representantes do CNPCT, e demais participantes
984 dessa reunião. Eu me sinto contemplada pela fala dos peritos, e da perita Adriana.
985 Acho que a apresentação do Ribamar contempla a maior parte das situações
986 acompanhadas. Eu fui responsável pelo acompanhamento dos Estados do
987 Amazonas, Paraná e Espírito Santo ao longo desse período anterior a retomada
988 das inspeções presenciais do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à
989 Tortura, estivemos recentemente no Acre como Ribamar também mencionou. E a
990 situação que encontramos no Acre, ela é muito semelhante às dos Estados que eu
991 também acompanhei, e dos demais Estados identificados pelo Mecanismo nacional,
992 abordando todo o território nacional, e das questões principais que a gente observa
993 é a ausência de testagem da população carcerária, como já foi dito também
994 anteriormente. Agora, essa ausência de testagem, ela é muito significativa, porque
995 grande parte das instituições de privação de liberdade do sistema prisional
996 receberam testes do DEPEN. E esses testes, a gestão desses testes é que nos faz
997 muito preocupados com relação ao uso desse material, porque, por exemplo, no
998 caso do Amazonas, a gente teve relatos e observando também os dados informados
999 pela Secretaria SEAP, de Execução e Administração Penitenciária, esses testes,
1000 eles foram inicialmente utilizados junto aos agentes, ao corpo de agentes, policiais
1001 penais, por assim dizer. E agora no mês de agosto, é que se iniciou a testagem da
1002 massa da população carcerária. Isso se faz muito grave porque eles receberam
1003 1.200 testes para fazer essa triagem das pessoas, e o que a gente observa lá,
1004 também se observa no Acre, também se observa no Espírito Santo e no Paraná,
1005 com uma ausência de testagem para triagem. Então quando a pessoa chega, ela já
1006 não é testada em função da justificativa da unidade prisional de que ela não
1007 apresenta sintomas, e nós todos e todas sabemos que muitas das pessoas já com
1008 o corona vírus não apresentam sintomatologia. Então seria de extrema importância
1009 que as unidades penitenciárias fizessem a testagem a priori, aguardasse o tempo
1010 de resultado, numa situação de separação da população carcerária, para que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1011 depois então ela fosse encaminhada. Uma recomendação também importante seria
1012 a separação das pessoas de acordo com as comunidades para que não houvesse
1013 a mistura de pacientes com certas questões de vulnerabilidade à doença, também
1014 em função de outras doenças mais graves anteriores. A questão que a gente
1015 observou tanto no Acre, quanto em outras unidades, e aí também, Amazonas,
1016 Espírito Santo e Paraná, é que a gestão da água tem sido um problema recorrente,
1017 como sempre foi no sistema prisional, mas agora, mais intencionalmente grave, em
1018 função da situação da COVID-19, a gente sabe que é muito pertinente que o uso da
1019 água, do sabão seja feito com larga escala, principalmente nas unidades prisionais,
1020 onde não se tem acesso constante ao álcool gel, obviamente, é necessária que a
1021 gestão da água seja feita de forma maior do que 15 minutos por dia, três vezes ao
1022 dia. A gente entende que isso é o um número, um período de tempo mínimo para
1023 que se haja uma higienização necessária, tanto dos corpos, quanto das celas,
1024 quanto do material das roupas que tem que ser lavadas dentro das unidades, e isso
1025 tudo é gestão preventiva, o que não tem acontecido na maior parte dos casos. A
1026 ausência de kits de higiene, e de materiais de limpeza, também se faz gravosa em
1027 função da ausência de visitação, as pessoas não tem recebido as sacolas como de
1028 costume, e isso impede que tenham acesso ao material básico de higiene que o
1029 Estado deveria fornecer. Então nesse sentido, a gente entende que essa ausência
1030 de gestão da higiene, ela traz inúmeros problemas, e diversas complexidades que
1031 tem haver também com o acúmulo de sujeira nas unidades. No Acre nós estivemos
1032 em todas as alas, existe um acúmulo de sujeira imenso, e isso para questão de
1033 saúde pública, e dentro da situação prisional ainda mais, é preciso que mude. Então
1034 todas essas recomendações serão feitas ao Acre, têm sido acompanhadas nesse
1035 sentido nos outros Estados, e a gente observa que é importantíssimo que essa
1036 realidade prisional mude, e principalmente em função da COVID-19 nesse
1037 momento. Reiterando o que o Daniel falou, a importância, o que a gente observou,
1038 é que os planos de contingência não foram cumpridos em sua totalidade, existiu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1039 sempre um plano muito bem elaborado para divulgação nacional, mas não houve
1040 realmente cumprimento *ipsis litteris* daquilo que estava sendo publicado enquanto
1041 planos de contingência, e agora não há construção de planos epidemiológicos.
1042 Então a gente entende também de imensa importância que se faça a avaliação de
1043 como se procede agora em meados de pandemia. Era isso que eu queria contribuir.
1044 Muito obrigada.

1045 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Então, eu precisaria voltar a
1046 compartilhar a tela.

1047 **Sra. Luciana** – Já está compartilhada Ribamar. Como você não desabilitou, eu
1048 entendo que está compartilhada.

1049 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Todos estão vendo?

1050 **Sra. Luciana** – Sim.

1051 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Então, agora voltemos então a uma
1052 temática fundamental. Nós tínhamos por lei, obrigado não só a fazer um diagnóstico,
1053 mas um prognóstico, e nós produzimos recomendações. E nesse sentido, o
1054 empoderamento que nós fizemos no processo de formulação da lei, eu me lembro
1055 que a época eu era coordenador do fórum nacional de ouvidores de polícia de
1056 sistema penitenciário e pude participar modestamente do processo de formulação
1057 da lei. Algumas coisas nós conseguimos avançar, e esse capítulo das nossas
1058 recomendações expresso, é um dos poucos artigos que eu lembro da Lei 2.847, o
1059 Artigo 9º, § 3º, que diversa sobre o que eu chamo de condicionalidade, eu costumo
1060 dizer, já dizia lá a época, se quem recebe R\$ 100,00 R\$ 200,00 R\$ 300,00, o bolsa
1061 família precisa cumprir condicionalidade, tanto mais quem recebe dezenas de
1062 milhões do FUNTEN, ou do Fundo Nacional do Idoso, da Criança e do Adolescente.
1063 E por isso, as nossas recomendações tem que ser levadas em consideração



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1064 quando da aplicação dos recursos desse fundo, e o que a gente monitora, é que na
1065 contramão disso, muitas vezes armamento, a arquitetura prisional é financiada na
1066 contramão de nossas recomendações. Por isso aqui nós queremos voltar à baila
1067 disso, saudando aí a presença do Sandro Abel que dignamente representa
1068 FUNTEN. Isso aqui vale também para o FUNTEN, mas nós queremos propor um
1069 exercício de nossas prerrogativas que versam sobre o poder de requisição, que o
1070 comitê pudesse, primeiro, requisitar algumas informações fundamentais de que nos
1071 seja comunicado formalmente, e aí diversos são os (ininteligível) que a gente
1072 precisa acionar, porque sempre tem aquela coisa, que aliás, o Dr. Caio
1073 simbolicamente disse aqui nessa discussão, muitas vezes o sistema de justiça
1074 interfere sobre as ações do Executivo, mas quando se trata de prestar informações,
1075 devolve ao Executivo informações que seriam pertinentes ao sistema de justiça.
1076 Então nunca é demais que esses ofícios fossem aos Executivos dos Estados, e aí
1077 todos os Estados, o Distrito Federal, e ao Sistema de Justiça, judiciário, Ministério
1078 Público, e a Defensoria Pública no que lhe diz respeito. Primeiro, o que é uma forma
1079 de ativar o sistema, importa ter um balanço formal que comunique os casos conflito,
1080 tumulto, motins, rebeliões desde março de 2020 no contexto da pandemia. É
1081 importante termos registro de casos de violação, a reação de envolvidos, vítimas,
1082 com o laudo de IML, a apuração das corregedorias, os agentes de grupos especiais
1083 envolvidos, os respectivos exames de corpo de delito, e que me diga se adotou na
1084 apuração desses casos. Como de novo, voltar a baila, talvez por isso,
1085 simbolicamente é uma falha ali de CC, é insistir de novo sobre uma coisa que tem
1086 nos pedido insistentemente, aliás, CNPCT já fez a sua solicitação ao FUNTEN mais
1087 de uma vez, eu acho que formalmente. Reiterando, o protocolo da força, como
1088 normativa que rege o funcionamento das forças especiais de intervenção, isso para
1089 o Ministério de Justiça também, da FTIP, (ininteligível), em alguns Estados ou GOE.
1090 Mas esses grupos de intervenção, que muitas vezes deviam ser intervenção rápida,
1091 pontual, e muitas vezes se alongam sem prazo, sem protocolo bem definido, e que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1092 tipo de armamentos está sendo utilizados. A avaliação das visitas e inspeções
1093 virtuais, onde elas houverdes, quantas pessoas fizeram visita virtual, que
1094 autoridades, quantos familiares foram atendidos, o cronograma, o protocolo
1095 sanitário, e a metodologia, isso aqui é fundamental de regularização de inspeções
1096 e visita familiar presencial, além de tudo nesse capítulo, dados sob um óbito das
1097 pessoas privadas de liberdade do primeiro semestre de 2020, e 2019, de 2019 para
1098 2020 dando causa da morte e especificando se por COVID, ou não. Isso é
1099 importante, esse contraste, essa triangulação para vermos a evolução do quadro.
1100 Finalmente isso, a regularização do fornecimento de água, isso parece o óbvio do
1101 óbvio, mas em muitos lugares ela está sendo racionada, e de kit de higiene,
1102 medicamentos pelo Poder Público. A gente sabe que por trás do cerceamento,
1103 existe o fenômeno de criminalização pobreza, são os pobres mais pobres que estão
1104 no sistema prisional, no socioeducativo, e as famílias estão sendo, muitas vezes
1105 sobrecarregadas pelo fornecimento desses medicamentos, desse ki de higiene,
1106 então precisa regularizar. Ficou um pouco apagado e prejudicado nesse slide, que
1107 depois eu vou corrigir todo para enviar para todos vocês, devendo informações que
1108 chegaram agora também do DEPEN sobre quantos Estados estão regularizando a
1109 visita. Mas terceiro, e fundamental que diz respeito ao drama que estamos vivendo
1110 aqui no Distrito Federal, mas em todo o território nacional, que medidas
1111 efetivamente foram adotadas em cumprimento das recomendações do CNJ, e da
1112 (ininteligível) nº 5 do Mecanismo. Nesse rol de entidades a serem acionadas,
1113 algumas vinculadas ao Ministério da Família Mulher e Direitos Humanos ou do
1114 Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, é importante que se agregasse também
1115 pela sugestão feita pelo Dr. Alexandre Kaiser, além daquelas que porventura se
1116 possam acrescentar, e esquecendo o pontapé inicial e o rol de requisições que a
1117 gente precisa nos empoderar a fazer, como nós temos feito, mais que fazer ter
1118 resposta e monitorar o efetivo cumprimento delas. Muito obrigado, desculpe se
1119 abusei do tempo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1120 **Sra. Luciana** – Obrigada Ribamar. Eu solicitaria Ribamar, que os encaminhamentos
1121 específicos solicitados, se você puder copiar e colar no chat, nos slides, os
1122 encaminhamentos pontuais, se puder copiar e colar no chat, para gente fica mais
1123 fácil depois, para votação. Nesse sentido...

1124 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Luciana, eu vou ter uma dificuldade
1125 agora, eu acho que não vou conseguir colar do PDF.

1126 **Sra. Luciana** – Entendi. Se você quiser me mandar por *email*, o PDF por *email*, fica
1127 mais fácil.

1128 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Vou mandar na sequência, porque
1129 tem umas alterações que preciso corrigir aqui, pode ser? Ou teria que ser agora?

1130 **Sra. Luciana** – Não não, pode ser na sequência, pode mandar para
1131 cnpct@mdh.gov.br. Porque fica mais fácil. Obrigada Ribamar. Ribamar, finalizamos
1132 a apresentação do Mecanismo.

1133 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Sim.

1134 **Sra. Luciana** – Ok. Nesse sentido eu passo a palavra para o Pedro Paulo da CFP
1135 que está inscrito logo após.

1136 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Bom dia. Primeiro eu queria
1137 parabenizar ao Mecanismo por essa apresentação, entendo que é da maior
1138 importância nós acompanharmos o modo como o COVID-19 no sistema prisional
1139 tem se apresentado haja vista, as condições de tortura que são evidenciadas pelos
1140 dados que foram apresentados aqui. Bom, queria também lembrar que o CNPCT
1141 junto com o Mecanismo e o CNDH, nós através da nota pública, 01 de 2020, nós
1142 reconhecemos a relevância da Portaria 62 do CNJ, lá no início da pandemia. E é
1143 importante também lembrar que nesses cinco meses de pandemia, nós também já



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1144 acompanhamos toda a disfunção relacionada ao ofício 864 do DEPEN, que foi
1145 enviada ao CNPCT, uma proposta de alteração da discussão sobre arquitetura
1146 prisional na questão sobre os contêineres de uma forma bastante, indo de encontro
1147 à resolução 9 de 2011 do CNPCT, sabemos também do resultado dessa discussão,
1148 os conselheiros do CNPCT não concordaram com a proposta, também é importante
1149 evidenciar que aqui no Rio de Janeiro nós temos acompanhado as audiências de
1150 custódia, para vocês terem uma ideia, nesses cinco meses de pandemia, as
1151 liberdades provisórias, a conversão em liberdades provisórias que era antes da
1152 pandemia, uma taxa de 32%, hoje ela é de 37%, o que significa que a Portaria 62,
1153 ela apesar de ser reconhecida por nós como de grande relevância, ela efetivamente
1154 não teve muita efetividade no enfrentamento ao encarceramento entendendo que o
1155 encarceramento, ele é, a superlotação, ela aumenta, ela potencializa a
1156 vulnerabilidade aos riscos de COVID-19. Uma outra, um dado que o Ribamar, ele
1157 apresenta para nós, que de 30 de abril a 30 de agosto, nós tivemos uma redução
1158 irrisória da quantidade de pessoas em privação de liberdade no Brasil, o que
1159 significa mais uma vez que a resolução 62, ela não foi de fato compreendida tal
1160 qual, nós nos manifestávamos lá no início da pandemia em relação a sua
1161 importância. E é bom lembrar que quando nós falamos sobre COVID-19, sobretudo
1162 na América Latina, nós discordamos efetivamente do filósofo Slavoj Zizek, que
1163 apresenta o vírus, como um vírus democrático. Na América Latina, ele de fato não
1164 é um vírus democrático, haja vista aos graus de letalidade. Aqui no Rio de Janeiro,
1165 por exemplo, a taxa de letalidade entre pessoas contaminadas no COVID-19, é de
1166 30,8% na Maré, e de 2,4% no Leblon, o que significa então que as pessoas morrem
1167 muito mais quando estão em situações de vulnerabilidade social, o que portanto me
1168 parece que falar sobre sistema prisional é o tempo todo lembrar que a não
1169 democracia do vírus que atinge corpos de maneiras diferentes, ela é completamente
1170 desigual e assimétrica. Então nesse sentido, eu proponho que neste momento, nós
1171 possamos mais uma vez nos manifestar tal qual nós nos manifestamos em nota



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1172 pública 01 de 2020, evidenciando que apesar do reconhecimento da relevância da
1173 Portaria 62 de 2020 no CNJ, nós também reconhecemos a pouca adesão a essa
1174 Portaria daqueles que deveriam de fato entender que nós passamos por um
1175 processo que deveria ser cuidado com muito mais relevância e se nós aqui estamos
1176 evidenciando nosso compromisso com a prevenção do combate a tortura, me
1177 parece que evidencia o pouco uso de uma Portaria de tamanha relevância, me
1178 parece ser importante aqui para esse comitê. Obrigado.

1179 **Sra. Luciana** – Obrigada Pedro Paulo. O próximo inscrito está Alexandre Kaiser.

1180 **Sr. Alexandre Kaiser** – Obrigado também ao Mecanismo aí pela exposição. Antes,
1181 eu esqueci de agradecer inclusive quando eu fiz a minha outra intervenção. Eu
1182 acredito que o Dr. Pedro Paulo do CFP fez um encaminhamento pontual aí com
1183 relação a manifestação pública, seria o entendimento do comitê no sentido, vamos
1184 dizer, questionando a baixa adesão à recomendação 62 do CNJ. O meu ponto ainda
1185 está dentro do mesmo tema, mas é porque as inspeções do Mecanismo, elas
1186 despertam muitos questionamentos para o nosso trabalho aqui no comitê, e um dos
1187 pontos que foi tocado pelo Ribamar, que é a questão do uso da força, dos protocolos
1188 de uso da força, de armamentos menos letais, inclusive com indícios de que talvez
1189 durante esse período da pandemia em razão da suspensão de algumas inspeções
1190 ou até da suspensão de visitas, enfim, pelo fato de que o sistema penitenciário ficou
1191 mais fechado durante esse período, e como diz o Ribamar, o crime de tortura é um
1192 crime de oportunidade. Então, indícios de que talvez o uso da força esteja sendo
1193 feito de forma abusiva nos Estados. Essa é uma questão que a gente já vinha
1194 acompanhando desde o ano passado na Defensoria Pública da União, e que nos
1195 preocupava, é que nós resolvemos esse ano tentar dar um encaminhamento um
1196 pouco mais incisivo que é com relação ao uso dos armamentos menos letais. Eu
1197 instaurei um processo administrativo no âmbito da minha secretaria que visa
1198 exatamente a avaliar a política de uso de armamentos menos letal no Sistema



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1199 Penitenciário Brasileiro, e de que forma ela pode melhorar para que esses
1200 armamentos não se convertam em instrumentos para práticas de tortura. Eu, na
1201 minha experiência como Defensor Público, já tive acesso à diversas denúncias de
1202 tortura, como o emprego abusivo de itens como munições de borracha, bala de
1203 borracha, spray de pimenta, esse principalmente tem se convertido em um
1204 instrumento de uso recorrente pelas forças de segurança prisional. E acredito que
1205 a regulamentação brasileira, ainda sobre o uso desse tipo de armamento, ela é
1206 pouco detalhada, e ela, de alguma forma, ela dá margem, dá ensejo, viabiliza o
1207 anonimato de um torturador, e a dificuldade de registro do emprego abusivo desses
1208 instrumentos. Nós temos a Lei 13.060 de 2014, que ela estabelece o uso dos
1209 armamentos menos letais com prioridade sobre os letais, o que é positivo, afinal a
1210 ideia é que as forças de segurança tenham esses instrumentos menos letais à
1211 disposição para evitar uma morte, ou alguma coisa, e dentro do sistema prisional,
1212 inclusive a entrada com armamentos na parte dos locais de internação, ela é
1213 inclusive não recomendada, pelo próprio risco à segurança dos agentes de
1214 segurança também, sem falar na questão dos internos. Mas de outro modo, a gente
1215 não tem uma regulamentação amiúde que diga, vamos dizer de uma maneira geral,
1216 para todas as forças de segurança, para todos os policiais penais, por exemplo,
1217 quais os tipos de armamentos que podem ser utilizados em cada ambiente. Então,
1218 se eu sou, por exemplo, um policial penal, estou trabalhando aqui no raio, nas celas,
1219 no controle imediato da população prisional, eu posso usar de repente ali, uma
1220 bomba de dispersão de gás lacrimogênio? Faz sentido eu usar isso em um espaço
1221 fechado, em que se eu soltar aquela bomba, eu vou provavelmente gerar um nível
1222 de contaminação por aquele gás irritante superior ao que o fabricante considera
1223 como seguro para evitar lesões significativas, ou até a morte de pessoas. A mesma
1224 coisa em relação à munição de elastômero, existe algum normativo que diga quais
1225 os tipos de munição que podem ou não podem ser utilizados em função do calibre
1226 ou da densidade, enfim da munição, e qual a distância mínima que os agentes



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1227 devem observar quando dispararem esse tipo de armamento. E mais grave do que
1228 isso, eu entendo é a questão da exigência de registros do uso desses
1229 equipamentos. Nós temos a Portaria interministerial nº 4226 que hoje ela exige o
1230 registro do uso de armamento menos letal apenas quando ele provocar lesão
1231 corporal ou morte. E é uma provocação que eu tenho feito inclusive para o
1232 Departamento Penitenciário Nacional, o Dr. Sandro Abel está presente, se bem que
1233 essa área lá dentro quem cuida, na verdade é o Diretor do Sistema Penitenciário
1234 Federal, Dr. Marcelo Stona. Mas de qualquer forma, a provocação que eu tenho
1235 feito ao DEPEN, no sentido, por exemplo de que a FTIP, ela ainda não dispõe de
1236 um regramento específico sobre esses pontos, com relação ao uso da força, um
1237 regramento que ele é exigido pela Portaria nº 4226 no item 9, ele delega para as
1238 próprias forças de segurança, a elaboração desses regulamentos sobre o uso dos
1239 armamentos menos letais. No outro ponto também uma questão que nos tem
1240 preocupado é que a própria Portaria 4226 só exige o emprego, como eu falei a
1241 pouco, só exige o registro do emprego de armamento mais letal quando gera lesão
1242 corporal ou morte. E aí nós estivemos lá no Pará, por ocasião do Defensoria sem
1243 Fronteiras, fizemos uma inspeção para Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel que
1244 é precisamente esse estabelecimento ao qual a Adriana, perita Adriana vinha
1245 falando, e o que nós identificamos? Tubos de spray de pimenta de posse de agentes
1246 da FTIP, pelo menos quatro deles vazios, tubos vazios, sem registros do uso
1247 daquele tubo que dessem, vamos dizer, fizessem, tornassem possível a gente saber
1248 se foram utilizados de forma legal, ou ilegal esse instrumento. E aliado a isso,
1249 somam-se as queixas dos internos no sentido de que ele vem sendo empregado
1250 recorrentemente. Então, dessa forma, nós temos um campo muito aberto para
1251 tortura. Eu tenho instruído esse processo, pretendo levar inclusive ao CNDH, e eu
1252 acredito que nesse momento, em relação a administração Federal, eu já tenho um
1253 diálogo estabelecido com o departamento penitenciário nacional, e estou
1254 aguardando a resposta à um ofício que expedi para o DEPEN, mas em relação aos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1255 Estados, a coleta dessas informações é um pouco mais difícil. Então, nesse sentido,
1256 eu gostaria talvez, nesse ponto de pauta, endossar a fala do Perito Ribamar, e talvez
1257 sugerir ao plenário que fizesse um encaminhamento no sentido de requisitar as
1258 administrações dos Estados que informem sobre a existência de regulamentos
1259 disciplinando o uso de armamentos menos letais. Esse regulamento que está
1260 previsto no Artigo 9 da Portaria 4226 do Ministério dos Direitos Humanos com o
1261 Ministério da Justiça e Segurança Pública. O teor desse Artigo 9º é o seguinte: “Os
1262 *órgãos de Segurança Pública deverão editar atos normativos, disciplinando o uso*
1263 *da força por seus agentes, definindo objetivamente os tipos de instrumento e*
1264 *técnicas autorizadas, as circunstâncias técnicas adequadas a sua utilização, o*
1265 *conteúdo e a carga horária mínima para delitação e autorização periódica do uso*
1266 *de cada tipo de instrumento, a proibição do uso de arma de fogo e munições provoca*
1267 *lesões desnecessárias, e o controle sobre a guarda e utilização de armas e*
1268 *munições para o agente de segurança pública.” Nós temos algumas forças de*
1269 *seguranças que talvez ainda não tenham editado esse regulamento, e é importante*
1270 *que a gente saiba, como eu digo, e como ressaltou também o Mecanismo, foram*
1271 *feitas já em diversos Estados, desde 2016 pelo menos, o Mecanismo está*
1272 *trabalhando em um levantamento para a gente sobre as recomendações, já foram*
1273 *feitas, mas recomendações para que os Estados editem protocolos do uso da força,*
1274 *e essas recomendações, elas precisam ser levadas em conta, inclusive pela*
1275 *administração do DEPEND, do momento de oferecer ou franquear esses Estados às*
1276 *verbas do FUNTEN, uma matéria que também já foi contada algumas vezes pelo*
1277 *Mecanismo. Então, eu acharia de bom tom, que nesse momento, embora a gente*
1278 *ainda não tenha uma discussão madura para recomendar providências específicas,*
1279 *mas que o comitê demonstrasse a sua preocupação com esse ponto, ou seja,*
1280 *relativo ao uso de armamento menos letal, e requisitasse dos Estados que forneçam*
1281 *cópias dos seus instrumentos, dos seus normativos que atendem esse previsão do*
1282 *item 9 da Portaria n º 4226, ou enfim, que regulamenta o protocolo do uso da força*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1283 e dos armamentos menos letais nesses Estados. Seria uma proposta de
1284 encaminhamento que eu entendo pertinente nesse momento.

1285

1286 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Dr. Alexandre, isso porque
1287 tu só tens voz aqui. Gente, espetacular tudo o que ele falou, e de uma forma bem
1288 didática, mas os demais, vamos ter **(ininteligível)** tempo ao tempo. Doutor, eu sei
1289 que a Luciana vai pedir isso, coloca aqui no bate-papo seus encaminhamentos, está
1290 bem? E para gente voltar, mas parabéns aí pela forma didática como o Senhor
1291 colocou.

1292 **Sr. Alexandre Kaiser** – Obrigado Ministra, eu vou repetir a minha proposta aqui no
1293 chat.

1294 **Sra. Luciana** – Obrigada Alexandre, está inscrita a Isabel, próxima a falar, depois
1295 dela não tem nenhuma inscrição, se alguém quisesse, ok, a Márcia. Ok, Isabel.

1296 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Bom dia. Eu queria primeiro também
1297 parabenizar o Mecanismo Nacional por esse excelente trabalho de documentação,
1298 de monitoramento dos Estados de privação de liberdade nesse contexto com
1299 restrição de visita, com a impossibilidade de fazer (ininteligível) as unidades. E
1300 mesmo assim, com tantos obstáculos, produzir tanta informação qualificada e um
1301 mapeamento da situação das unidades de privação de liberdade no país, nesse
1302 contexto tão difícil, tão duro. Então, parabenizar o Mecanismo por esse excelente
1303 trabalho fundamental. E eu queria retomar, só para lembrar assim, alguns
1304 encaminhamentos, porque é importante que a gente não deixe ficar pelo caminho,
1305 encaminhamentos de reuniões anteriores, porque os temas voltam, e a gente
1306 precisa lembrar que a gente já tratou de algumas questões, já produzimos
1307 encaminhamento, importante memorar e trazer novamente. Então, na nossa 24^a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1308 reunião, a Adriana trouxe, falou bastante da situação do Pará, queria lembrar que
1309 na 24ª reunião, que foi em outubro de 2019, a gente tirou como encaminhamento,
1310 enviar um ofício para o Estado do Pará com um relatório do Mecanismo, e com um
1311 pedido de informação sobre as recomendações, sobre o cumprimento das
1312 recomendações do Mecanismo Nacional. Não sei, não lembro, acredito que a gente
1313 não teve um retorno sobre isso, não sei se um calendário chegou a ser feito, mas
1314 queria lembrar. E na 25ª reunião, a gente também tirou um encaminhamento com
1315 relação a FTIP. Então, lembrar que a gente, que o encaminhamento foi solicitar ao
1316 DEPEN a cópia do protocolo de uso da força, e do material didático da formação da
1317 FTIP, que eu acho que também, como já foi relatado aqui as forças, outras forças
1318 especiais tem seguido esse modo operante, e é importante, seria muito interessante
1319 que a gente pudesse conhecer o conteúdo dessa formação que tem sido feita. Então
1320 esse também foi o nosso encaminhamento da nossa reunião de novembro, a 25ª
1321 reunião, e que eu queria retomar. E por último, eu acredito que já esteja
1322 contemplado na sugestão do Alexandre, mas incluir no Mecanismo, sugerir um
1323 encaminhamento sobre pedido de normativas que regem o uso da força, dessas
1324 forças especiais de intervenção, e enfim, acho importante que a gente solicite
1325 também informações da existência ou não, e se tiver, quais são as normativas que
1326 existem nas unidades prisionais que regem o uso da força dos agentes prisionais
1327 dessas unidades. É isso. Obrigada.

1328 **Sra. Luciana** – Obrigada Isabel. A próxima seria a Márcia Lustosa.

1329 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – Ok. Bom dia a todos e a todas, o som está ok?
1330 Está ok o som? Ok, então. Primeiramente parabenizar o trabalho do Mecanismo,
1331 assim, o esforço do meio desse contexto tão desfavorável, tão difícil, e conseguir
1332 exercer esse processo de monitoramento nos Estados não é fácil, não tem sido fácil,
1333 ao mesmo tempo, as informações extremamente importantes relatadas aqui e na
1334 reunião anterior também, hoje de uma forma onde a gente realmente pode ter uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1335 oportunidade de conhecer e se apropriar melhor dessas informações. Mas a minha
1336 fala, é muito no sentido, acho que do que a Isabel inclusive, já trouxe. Eu acho que
1337 algumas questões em relação ao sistema de privação de liberdade, no contexto da
1338 COVID, nós iniciamos essa discussão na reunião passada, alguns
1339 encaminhamentos foram aprovados. E como processo de acompanhamento desse
1340 monitoramento, é um papel nosso, inclusive do comitê, um processo de organização
1341 de acompanhamento desses ofícios, dessas requisições aos Estados, das
1342 instituições e entidades. Então, eu lembro que dentre as informações que
1343 solicitamos, inclui também a questão de alguns dados epidemiológicos dos Estados
1344 em relação ao acompanhamento da COVID, como dados relacionados aos casos
1345 suspeitos, casos confirmados, óbitos. Então, eu não recebi essas informações, a
1346 resposta, o retorno em relação a essas requisições, recebi apenas do hospital
1347 psiquiátrico, li o material, é muito, assim, ofício, com vários anexos, em relação ao
1348 hospital psiquiátrico, onde houve um surto de COVID com mais 200 pessoas
1349 contaminadas, mais de 10 óbitos, enfim, uma situação bem grave, inclusive foi
1350 incidência do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a denúncia à órgãos
1351 internacionais no que diz respeito aos hospitais psiquiátricos do Rio Grande do Sul,
1352 mas é importante esse retorno para que a gente possa tomar conhecimento, e a
1353 partir disso providenciar o processo de encaminhamento em relação a essas
1354 informações. Então, eu tenho uma proposta que eu acho que é interessante, talvez
1355 para coordenação executiva, um processo de acompanhamento a essas questões
1356 relacionadas aos ofícios e requisições que encaminhamos na reunião passada, e
1357 vamos encaminhar hoje também. Então, a partir do envio de ofícios aos órgãos,
1358 entidades e demais instituições, é necessário um acompanhamento dessas
1359 respostas e das devidas requisições através de um cronograma, sabe? Um
1360 cronograma, a gente enquanto membro do comitê tenha conhecimento dos ofícios
1361 que foram encaminhados, das respostas que não foram enviadas, para que a gente
1362 possa, você apresentou no início da reunião, falando que tinham sido encaminhados



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1363 os ofícios, mas nós não tivemos as respostas de muitos deles. Então, é importante,
1364 como membro do comitê esse acompanhamento. Então, eu sugiro um cronograma
1365 onde a gente possa ter conhecimento das entidades que responderam, você já
1366 manda ofício para gente, mas das que não responderam? É importante reiterar
1367 esses ofícios, eu acho que aqui a gente vai sair, precisa sair com a proposta de
1368 acompanhamento desse monitoramento. Então, a minha sugestão é que a
1369 coordenação executiva crie esse cronograma de acompanhamento a essas
1370 requisições que vamos encaminhar, inclusive da reunião passada e de hoje, isso é
1371 um ponto. A outra questão é de tudo o que foi colocado pelo monitoramento, tudo
1372 muito grave, assim, é difícil a gente de repente apontar um dado específico, tendo
1373 em vista a gravidade do todo, é um contexto extremamente difícil, inclusive para o
1374 monitoramento das ações relacionadas à prevenção à tortura. Mas tem uma
1375 questão que me é muito, me afeta demais, que é muito grave ao meu ver, é essa
1376 questão da gestão da água. Isso não é comum em um determinado Estado, isso é
1377 algo que é recorrente em todos os Estados. É absolutamente inviável a gente,
1378 enquanto órgão de monitoramento em relação a prevenção e combate à tortura, ter
1379 o conhecimento de que a água é liberada 15 minutos durante três vezes por
1380 semana. Isso é algo que acontece em vários Estados, e é algo grave, é considerado
1381 sim um vetor de tortura, assim como alimentação. Então, eu acho que é um ponto
1382 que a gente vem debatendo, o Mecanismo vem apresentado essa informação em
1383 várias reuniões, todos os monitoramentos isso é apresentado, inclusive, os
1384 monitoramentos que tivemos das inspeções de 2019 do Ceará, do Pará que tivemos
1385 encaminhamentos, mas também, muitas vezes eu não tive resposta de alguns
1386 encaminhamentos que tiramos da inspeção que houve do Ceará e do Pará essa
1387 questão da água. Então, eu acho importantíssimo a manifestação desse comitê em
1388 relação a esses pontos específicos, teria que ser um encaminhamento relacionado
1389 a todos esses pontos, mas para que a gente possa pensar em algo específico desse
1390 vetor de tortura que é a questão da limitação da água. Em algumas reuniões com o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1391 Executivo que eu tenho a oportunidade de participar em relação a monitoramento
1392 do sistema prisional, é impressionante como os órgãos de direitos humanos, parece
1393 assim, uma situação assim, de: “Olha, 15 minutos, vamos dar mais cinco minutos,
1394 não é 15 não, são 20 minutos de liberação da água.” Isso para mim é um absurdo,
1395 é um total absurdo, é violação de direito, e é vetor de tortura, e a gente precisa se
1396 posicionar em relação a isso, no caso esse comitê através de uma recomendação
1397 ou uma nota técnica para os Estados em relação a essa questão da água,
1398 especificamente da água e da comida também. É isso.

1399 **Sra. Luciana – Obrigada Márcia.**

1400 **Márcia Lustosa (RENILA) – Obrigada.**

1401 **Sra. Luciana – Obrigada Márcia.** Em resposta, nós não temos outra inscrição aqui,
1402 se alguém quiser inscrever fiquem à vontade.

1403 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) – Luciana, eu quero me**
1404 **inscrever, posso?**

1405 **Sra. Luciana – Claro Ministra.**

1406 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) –** A manifestação da Isabel
1407 e da Márcia, soou como um soco no estômago aqui da Presidência, e eu acho que
1408 da coordenação também, e eu acho que eu quero trazer para uma reflexão para
1409 todo o comitê. E começou lá atrás quando o Alexandre disse assim: “Vou levar para
1410 o CNDH.” Eu disse: “Meu Deus, por que CNDH, aqui é o comitê de tortura.” Talvez,
1411 a sensação que todos nós estamos tendo aqui, é que o comitê existe, e a gente
1412 está como se enxugando gelo, e temos que recorrer ao CNDH porque a gente não
1413 está conseguindo avançar, eu não sei se é essa a sensação que você teve
1414 Alexandre, quando você disse: “Vou levar para lá também.” E aí, vem a Isabel,
1415 depois vem a Márcia na sequência dizendo, a Isabel até citou: “Reunião 24, reunião



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1416 25, aprovamos as mesmas coisas, mandamos ofício, mandamos documento,
1417 fizemos encaminhamento, e cadê? Cadê? Aí hoje a gente vai aprovar de novo,
1418 envio de ofício, envio de documentos, e cadê?” E aí, eu fico aqui realmente em uma
1419 angústia muito grande, é isso, é realmente só isso? A gente vai o tempo todo ficar
1420 só mandando ofício? E primeiro, a nossa falha de não mandar aos membros do
1421 comitê a resposta de todos os documentos, e aí, eu quero inclusive, Luciana,
1422 conversar com a coordenação, quero conversar com o Secretário, urgente, a
1423 Secretária adjunta está aqui, mas quero uma reunião com a coordenação e o
1424 Secretário, o que está acontecendo é extremamente, soa muito estranho a Márcia
1425 falar que não teve acesso às respostas, e me parece que vai ser unânime se eu
1426 perguntar aos demais. Quero uma reunião com a coordenação, mas mais que isso,
1427 que respostas mesmo que estamos recebendo, e se estamos recebendo resposta,
1428 são as respostas que a gente esperava, e fica aqui gente, essa reflexão. E aí, vem
1429 uma questão tão básica, água, e a Márcia tem muita razão em dizer: “Vamos ficar
1430 aqui o tempo todo mandando ofício para falar de água.” É uma das maiores
1431 violações de direito, e a gente vai ficar apenas mandando ofício e nos manifestando.
1432 Fica aqui a reflexão para o comitê como um todo, da gente começar a pensar em
1433 alguns outros avanços dessa limitação do envio do ofício. Eu quero refletir com o
1434 comitê, eu quero caminhar com o comitê além disso, eu estou realmente muito
1435 preocupada, só respondo para vocês Isabel e Márcia, internamente a gente vai
1436 conversar sobre esses encaminhamentos e as respostas à vocês, para você
1437 Alexandre, esse comitê vai dar as respostas, eu quero encaminhar a minha resposta
1438 para você não ficar na angústia de correr lá para o CNDH, que aqui também seja
1439 um lugar de respostas, um lugar de retornos, um lugar de avanços também esse
1440 comitê. Fica aqui essa minha reflexão neste momento de discussão, eu acho que a
1441 gente pode ir para os encaminhamentos, e votação dos encaminhamentos que
1442 foram apresentados, e das propostas.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1443 **Sra. Luciana** – Ok. Ministra, a título de informação para todos os representantes
1444 aqui presentes do comitê. A coordenação tem planejado todos os
1445 encaminhamentos de todas as reuniões, inclusive as que a Isabel citou, da 24^a ou
1446 da 25^a que ela citou as duas, em relação a todos os pontos, o que a gente tem de
1447 perspectiva, é de que muito pouco se responde aos ofícios do comitê, por mais que
1448 a gente reitere inclusive o pedido de resposta, resposta em geral temos como
1449 recebido, mas não tem os encaminhamentos solicitados, ou as informações
1450 solicitadas, os relatórios solicitados. Nesse sentido, o que a gente pode propor
1451 também, enquanto coordenação aqui de apoio ao comitê, é inclusive, estar
1452 repassando essa planilha para todos os presentes, planilha inclusive, de todos os
1453 ofícios, o que foi encaminhamento de cada ofício, como ele se deu, quem recebeu, o
1454 recebido ou não, e a resposta ou não, e todas as resposta que nós temos, é
1455 encaminhado, e está tudo via o âmbito do ser. O que pode constatar na verdade, é
1456 que a gente tem baixa frequência de resposta aos ofícios do comitê, talvez agora
1457 que tenha uma prática maior do ofício ser encaminhado por meio do gabinete da
1458 Ministra, enquanto Presidente desse comitê, talvez a gente tenha uma aderência
1459 maior nas respostas, como foram, o encaminhamento da última RO, que a Ministra
1460 assinou enquanto Presidente os ofícios, os diversos ofícios que a representante da
1461 RENILA solicitou, mas ainda não tivemos a resposta, porque o ofício também, ele
1462 tem o encaminhamento os ofícios, tem uma hierarquia interna no Ministério para ser
1463 encaminhado, então foi encaminhado há pouco tempo, e a gente está monitorando
1464 a resposta, então a gente tem planejado, está monitorando toda a resposta, mas
1465 realmente tem uma baixa aderência de resposta dos órgãos a quem nós solicitamos
1466 informações. Mas o que eu posso tentar retomar, e eu acredito que seja bastante
1467 profícuo, e até para dar mais transparência, é um informe da coordenação de apoio,
1468 a todos os membros CNPCT de 15 em 15 dias, apontando o que tem sido feito,
1469 como tem sido encaminhado esse informe já era enviado presencialmente, ele foi
1470 interrompido em algum momento, e aí, eu estou retomando com a coordenação,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1471 com o pessoal da coordenação, porque a gente tem baixo recurso humano mesmo
1472 às vezes, mas eu estou retomando esse informe de 15 em 15 dias, se for então da
1473 decisão da Presidência e do Plenário, nós podemos retomar esse informe de 15 em
1474 15 dias, incluindo, inclusive as planilhas de monitoramento das reuniões ordinárias,
1475 e agora dessa extraordinária. Em relação ao encaminhamento da última reunião
1476 para cá, dos ofícios que foram enviados, foram enviados diversos ofícios à todos os
1477 Tribunais de Justiça, à todas as Secretarias de Justiça, CNMP, CNJ, mas o ofício
1478 foi encaminhado não tem tanto tempo assim, e a gente está monitorando a resposta
1479 disso, e isso pode ser encaminhado assim que nós recebermos a resposta, isso é
1480 encaminhado à todos os membros por email, e podemos também encaminhar no
1481 âmbito desse informe de 15 em 15 dias se assim entenderem. Fora esse ponto,
1482 acho que o Alexandre.

1483 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alexandre pediu para falar.

1484 **Sr. Alexandre Kaiser** – Só a propósito da manifestação da senhora. O
1485 encaminhamento da CNDH não é exatamente em razão da minha insatisfação com
1486 a eficiência aqui desse comitê, pelo contrário. Eu realmente acho, que nós ficamos
1487 muito tempo presos em questões administrativas nas reuniões passadas, mas pelo
1488 que eu tenho acompanhado, acho que nós estamos nos encaminhando para um
1489 ciclo mais positivo agora com, essa reunião, por exemplo, muito positiva no sentido
1490 de deliberar exatamente sobre aspectos importantes da prevenção e combate à
1491 tortura, mas o CNDH tem uma comissão permanente dos direitos das pessoas
1492 privadas de liberdade, e aí, a matéria tem pertinência, eu acho que é uma questão
1493 que a gente já vislumbrava, e eu resolvi encaminhar a matéria, enfim, com enfoques
1494 diferentes, mas pelas duas vias, pelos dois comitês, é uma questão, enfim, na
1495 verdade de ampliar o espectro, há muitas organizações nas sociedades Rio também
1496 representadas no CNDH, e eu achei importante pautar a matéria, devido inclusive
1497 à sua relevância nos dois comitês, enfim, nas duas instâncias. Eu gostaria de,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1498 vamos dizer assim, talvez endossar a proposta da Luciana, no sentido desses
1499 informes, até porque a gente talvez inclua, numa próxima reunião ordinária, uma
1500 proposta de deliberação quanto ao que fazer sobre os encaminhamentos que ainda
1501 não foram, os ofícios que não foram respondidos, enfim, de que forma, quais os
1502 instrumentos que vamos utilizar para que a voz do comitê seja mais ativa nas
1503 instâncias governamentais, etc. para que a gente consiga incidir, eu acho que a
1504 partir de um informe da Secretaria Executiva sobre quais os ofícios que foram
1505 respondidos ou não, enfim, a gente talvez poderia, para uma próxima reunião
1506 ordinária, inclusive colocar esse ponto específico de pauta, o que fazer com aqueles
1507 tópicos que não estão sendo atendidos, mas eu gostei da ideia Luciana.

1508 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – Em resposta à questão da Ministra, é Márcia que
1509 está falando. Eu tenho acordo com a proposta do Alexandre, eu acho que é
1510 importante, a gente na reunião ordinária, a gente, na apresentação da Luciana, da
1511 pauta específica do administrativo, a gente possa ter essas informações em relação
1512 ao recebimento ou não de resposta dos ofícios, e aí sim, a gente tira
1513 encaminhamento a partir disso. Isso é um ponto de acordo. O outro, seria, eu
1514 concordo com a Luciana, para que a gente possa receber a cada 15 dias essas
1515 informações relacionadas às requisições que foram encaminhadas a partir das
1516 reuniões para os membros do comitê, importante a gente acompanhar também,
1517 certo? Para que no dia da reunião, a gente já tenha uma análise do que tem
1518 acontecido, um diagnóstico, e a partir disso, a gente se prepara melhor para reunião,
1519 para outras deliberações. É isso.

1520 **Sra. Luciana** – Ok, Vitória estava inscrita.

1521 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Obrigada Luciana. Eu na verdade,
1522 aproveito esse ponto, inclusive a presença da Ministra para pontuar que o problema
1523 do comitê também é a falta de recurso humano para a nossa coordenação de apoio.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1524 Então a gente sabe que a coordenação de apoio que se confunde nesse comitê
1525 com a coordenação geral não consegue fazer milagre, então, além das
1526 competências que eles já têm enquanto coordenação geral de combate à tortura,
1527 eles fazem o nosso papel de Secretaria Executiva, já tive diversas reuniões com o
1528 Lucas sobre isso de disponibilidade de mais pessoas para nos ajudar no comitê,
1529 porque assim como o Alexandre colocou, o CNDH funciona muito bem porque tem
1530 servidores específicos para isso, não sei se são servidores, não sei o cargo deles
1531 lá dentro, mas eles têm um pessoal destacado especificamente para auxiliar no
1532 CNDH, nós não temos. Então nós temos já há muito tempo essa demanda de falta
1533 de gente para nos auxiliar, e fora isso Ministra, que eu acho que é um ponto que,
1534 claro, caberia a senhora nos ajudar, não tenha menor dúvida, você e Maíra, também
1535 seria interessante pontuar, ou esclarecer se há previsão para nomeação do nosso
1536 Secretário Executivo ou Secretária Executiva do comitê, porque atualmente nós
1537 estamos sem essa pessoa, e sabemos que ela é essencial para tocar o nosso
1538 trabalho, que seria a pessoa que faz todo esse controle de ofícios, etc. obrigada.

1539 **Sra. Luciana** – Em não tendo mais inscrições, eu até me inscrevi rapidamente, só
1540 para colocar a título informativo.

1541 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu posso falar depois.

1542 **Sra. Luciana** – Desculpa Ribamar, está bom. A título informativo, isso que foi
1543 pontuado enfim, pela Vitória a coordenação geral, e assim, coloco para todos, a
1544 coordenação geral, ela é dividida, inclusive nós apresentamos isso nas reuniões
1545 dos comitês estaduais, que entendeu como funciona a estrutura do Governo Federal
1546 nesse ponto, a coordenação geral, ela é mais ampla do que a coordenação de apoio
1547 do CNPCT. Então, ela está exercendo o Secretariado Executivo do CNPCT por
1548 meio da sua coordenação de apoio ao CNPCT, mas também tem a sua
1549 coordenação de apoio ao SNPCT, ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1550 à Tortura. Contudo, todos os servidores e os técnicos que estão hoje na
1551 coordenação geral, todos estão destacados para os encaminhamentos hoje do
1552 CNPCT para tentar dar vazão a todos os pontos, então essa demanda do CNPCT,
1553 como ela é muito maior para gente, envolve também diversos pontos específicos e
1554 também o gabinete da Ministra, nós damos prioridade dentro da nossa coordenação
1555 geral, de exercer o Secretariado Executivo do CNPCT. Nós somos maiores do que,
1556 depois, se vocês assim entenderem, o que a gente pode fazer para a próxima
1557 reunião ordinária é apresentar a estrutura de como está a coordenação geral, e
1558 assim, eu fico até um pouco, às vezes, com vontade de tentar avançar em alguns
1559 outros pontos da coordenação geral, e que não é possível justamente porque a
1560 gente faz o secretariado do CNPCT, e eles se confundem dentro da coordenação
1561 geral, mas eu queria colocar e deixar claro aqui a todos e todas, e à nossa Ministra,
1562 de que todo o pessoal da coordenação geral está destacado, hoje, por exemplo
1563 estão todos participando dessa reunião plenária, a reunião extraordinária, e dos
1564 encaminhamentos, sempre é dado prioridade a isso. E enfim, em relação ao
1565 informe, então se assim entenderem, a sugestão que, juntando a sugestão do Dr.
1566 Alexandre, da Márcia, da Vitória, talvez a gente possa colocar como sugestão para
1567 encaminhamento dessa plenária a retomada dos informes a cada 15 dias, e também
1568 a disponibilização dessa planilha que nós já temos internamente disponibilização
1569 para todos em relação ao controle das demandas do CNPCT que temos, e que
1570 podemos colocar à disposição de todos de forma transparente, assim como todos
1571 os processos SEI que tem uma caixa específica do CNPCT, não sei, que é o
1572 Sistema Eletrônico de Informação, ele é transparente, está aberto a todos que
1573 quiserem consultar também. Acho que não tem nenhuma outra...

1574 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT) – Posso?**

1575 **Sra. Luciana – Ah, Ribamar, desculpa. Ribamar.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1576 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Então, diversos aspectos. Primeiro
1577 no que diz respeito a esse nosso poder de requisição. Diversos dos órgãos que aqui
1578 estão dignamente representados, inclusive o Mecanismo tem poder de requisição,
1579 e é triste ver como é baixa a execução até mesmo desse volume de informação,
1580 ocorre muito de a gente visitar unidades, nós acabamos de sair lá do (ininteligível),
1581 nós estávamos com o Promotor de Justiça da Execução Penal, se não bastasse o
1582 nosso poder requisição, estávamos com o Procurador Federal, PRDC, Procurador
1583 Regional do Direito do Cidadão, e mesmo assim, entrevistamos, flagramos diversas
1584 violações, entrevistamos os dois diretores que lá se subdividem, e saímos de lá sem
1585 os documentos essenciais para dar um relatório consubstanciado. Isso aconteceu
1586 também no Ceará, isso não é para nos arrefecer, mas é para dizer da importância
1587 de nos empoderarmos nesse sentido, é fundamental, aliás, nós consideramos isso
1588 uma obstrução de prerrogativa de não ter essas informações. Sintonizado com o
1589 Dr. Alexandre, eu queria só lembrar que desde a primeira inspeção que fizemos
1590 aqui, se não me falhe a memória, 10 de julho de 2015, recém instalado no
1591 Mecanismo, eu fui instalado em março de 2015, na penitenciária feminina, nós já
1592 pedimos o protocolo de uso da força naquela unidade, e isso até hoje ainda não nos
1593 foi respondido. Isso, insisto, não é para nos arrefecer, mas é para fortalecer a
1594 necessidade que nós temos de nos empoderar nessa direção. Finalmente, queria
1595 lembrar que aqui, dignamente representado, está a Adriana que conseguiu
1596 conquistar a representação do Mecanismo no Comitê Técnico do GMF do Estado
1597 do Maranhão, é aquele grupo criado por força de lei para monitorar as
1598 recomendações de 62 do CNJ, nem todos nós conquistamos, mesmo monitorando
1599 os Estados o assento, a Adriano conseguiu conquistar lá no Maranhão, ela que nos
1600 representa no monitoramento do Maranhão. A Márcia faz parte desse Comitê
1601 Executivo no GMF, não sei se mais alguém aqui, não sei se a Cândida também
1602 participa desse Comitê Executivo nos Estados. E mesmo esse comitê formado por
1603 Juiz, Defensora Pública, Sociedade Civil, e tal, tem dificuldade de ter as informações



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1604 nas unidades. Quer dizer, é uma cultura de não ter transparência, e essa cultura de
1605 não ter transparência favorece o tratamento cruel, desumano, degradante e tortura,
1606 e conseqüentemente precisa ser enfrentada por nós. Finalmente, dizer que quando
1607 nós estamos propondo ali, e eu não consegui estratificar, mas já mandei a
1608 (ininteligível) à Luciana, mandei por *e-mail*, a página 51, as outras nós vamos
1609 atualizar ainda, porque nós recebemos informações até hoje ainda, precisa
1610 atualizar, fala dessas recomendações. E quando a gente fala da regularização das
1611 inspeções, a gente está sonhando e falando também da regularização das
1612 inspeções conjuntas com o CNPCT, que é um ciclo virtuoso que nós precisamos
1613 reestabelecer, aliás, foi vivido ao final do ano passado, em dezembro, quando, se
1614 não me falha a memória, a Vitória e o Caio fizeram parte de uma missão conjunta
1615 em Porto Alegre, não é isso? No Rio Grande do Sul. Isso tudo nós precisamos
1616 reestabelecer, (ininteligível) voltando a falar do Distrito Federal, a gente possa fazer
1617 uma missão conjunta, e teremos muito prazer de fazer uma missão conjunta, que é
1618 uma missão de monitoramento, todo lugar que não é visita regular, porque não é a
1619 primeira vez que a gente vai, a gente vai também monitorar a nossa recomendação.
1620 Entre as missões precípuas desse comitê, está o monitoramento do cumprimento
1621 das recomendações do Mecanismo, e ali está a nossa missão comum. Então oxalá
1622 que a gente possa reinaugurar esse replanejamento do Distrito Federal, ou em São
1623 Paulo, onde nós planejamos ir ainda, possivelmente esse ano (ininteligível). Muito
1624 obrigado.

1625 **Sra. Luciana** – Ok Ribamar. Alguém gostaria de pedir a palavra? Silvia.

1626 **Sra. Silvia** – Oi, bom dia a todos e todas. Desculpa, me ausentei alguns minutos,
1627 então, peço desculpas se isso foi trazido à baila, mas eu escutei agora o Ribamar
1628 falar da prática das inspeções, monitoramento conjunto feito pelo Mecanismo, e
1629 Comitê Nacional, é de ir aos Estados conjuntamente, fazer um monitoramento da
1630 incrementação, das recomendações do Mecanismo, e eu lembrei também que uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1631 prática que estava sendo adotada, mais nesse ano passado, nos anos anteriores
1632 também, de se convidar representante dos Estados, dos diferentes poderes dos
1633 Estados, Poder Executivo, e outros para comparecer às reuniões também do
1634 CNPCT para trazer informação sobre, ou informação que foi solicitada, ou sobre
1635 recomendações, e agora que a gente está usando tanto, por razões de força maior,
1636 essa questão, tudo online, remoto, eu acho que até seria uma coisa, seria até mais
1637 fácil, porque antes eles iam até presencialmente, teve reuniões, se não me engano,
1638 que foram presencialmente autoridades de outros Estados, e a gente poderia
1639 também começar a retomar isso, acho com mais afinco, com mais ênfase, e os
1640 representantes dos Estados compareçam à reunião do CNPCT e tragam respostas
1641 à todas as provocações, ofícios, e recomendações (ininteligível). Então, era isso a
1642 minha contribuição. Obrigada.

1643 **Sra. Luciana** – Ok Silvia. Algum outro ponto? Não temos mais nenhuma inscrição
1644 Ministra, a gente pode encaminhar para as votações?

1645 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu creio que sim.

1646 **Sra. Luciana** – Ok. Temos aqui alguns, eu coloquei, me corrijam, quem fez
1647 solicitação de encaminhamento se eu estiver errada, tivemos alguns pedidos de
1648 encaminhamento, tivemos da Adriana no chat, tivemos dois pedidos de
1649 encaminhamento do Alexandre Kaiser, tivemos do Ribamar que nos encaminhou
1650 por *e-mail*, tivemos solicitação de encaminhamento do Pedro Paulo, da RENILA, e
1651 da Isabel, da Márcia, da RENILA e da Isabel. Eu vou pegar um a um aqui, e aí a
1652 gente vê se é o caso de fazer votação por bloco, ou coa juntamente. Vamos pegar
1653 aqui. Ok, o encaminhamento da Adriana do Mecanismo Nacional de Prevenção e
1654 Combate à Tortura. Ponto 1: *“Contribuir com o monitoramento da implementação*
1655 *das recomendações do Mecanismo, retomar as deliberações após a apresentação*
1656 *do relatório Pará no comitê.* Esse foi um ponto. Outro encaminhamento sugerido:



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1657 *“Manifestação sobre a Portaria após o início da rebelião, situação coletiva que ela*
1658 *representa.”* Ponto 3: *“Reiterar a necessidade de atenção aos presos feridos,*
1659 *familiares daqueles que vieram a óbito, integridade física e psicológica daqueles*
1660 *que permanecem nos estabelecimentos prisionais.”* Esses foram os pontos
1661 solicitados, encaminhados aqui no chat pela representante Adriana, como
1662 representante do MNPCT. Em relação ao Pará também foi feita a solicitação do
1663 Alexandre Kaiser, não sei se é o caso de a gente debater, não sei se é o caso talvez
1664 de congregar as informações, as recomendações que são específicas do Estado do
1665 Pará, que são três. Essa da Adriana que eu acabei de ler, e mais outras duas
1666 também do...

1667 **Interlocutora não identificada** – Luciana, eu acho que podemos fazer como
1668 geralmente é feito, de você projetar a sua tela aqui, pode ser *word*, que aí a gente
1669 trabalha na redação das recomendações?

1670 **Sra. Luciana** – Pode ser assim.

1671 **Interlocutora não identificada** – Porque aí se tiver mais de uma parecida, a gente
1672 junta em uma só.

1673 **Sra. Luciana** – Eu não coloquei todas aqui no *word*, porque eu fui anotando
1674 algumas, porque algumas pessoas que fizeram encaminhamento de recomendação
1675 não colocaram no *chat*. Então, acho que talvez, podemos inclusive fazer em
1676 conjunto, mas eu vou projetar aqui sim. Só um instante que eu estou fazendo a
1677 projeção. Ok, todos veem. Enfim, eu estava fazendo de uso interno, mas eu fiz cópia
1678 e cola aqui do chat, o encaminhamento sugerido do Adriano. O primeiro: *“Contribuir*
1679 *com o monitoramento da implementação das recomendações do mecanismo,*
1680 *retomar as deliberações após apresentação do relatório do Pará no Comitê.”*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1681 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Acho que isso não é uma proposta de
1682 encaminhamento, não é?

1683 **Sra. Luciana** – Adriana, podemos, não sei se Adriana nos ouve, podemos tirar isso
1684 Adriana como proposta de encaminhamento para votação?

1685 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Sim, com certeza,
1686 tudo o que a gente colocou era a título de sugestões e reflexões, enfim, na
1687 perspectiva de contribuir, fiquem à vontade.

1688 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Só uma dúvida. Mas a questão nesse
1689 ponto, não é justamente a gente retomar os encaminhamentos aos quais a
1690 apresentação do relatório do Pará, e ver então, isso que a Luciana já se
1691 comprometeu de compartilhar com a gente, informes, então a gente retomar com
1692 relação ao Pará, o que foi feito, o que teve resposta, o que não deve.

1693 **Sra. Lucina** – Eu acho que são duas coisas...

1694 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Eu coloquei, não,
1695 eu acho, só para dizer. É exatamente isso Isabel, eu acho que foi muito na linha do
1696 que depois você e a Márcia também trouxeram, que tem coisas que já foram
1697 apresentadas, deliberadas, talvez era ver como que ficou isso, lembro até que tinha
1698 uma reunião, uma agenda de reunião com a 7ª Câmara também, logo depois da
1699 apresentação do relatório do Pará, porque a gente está falando de situações que
1700 são reiteradas, não são novas essas coisas que a gente está trazendo, claro que
1701 com a pandemia se complexifica um pouco mais, mas é isso.

1702 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Luciana, a gente pode então fazer uma
1703 proposta de pedir para a nossa coordenação de apoio fazer um levantamento de
1704 todos os encaminhamentos das últimas, não sei quantas reuniões, para gente
1705 começar, porque eu vejo que essa questão que a Adriana coloca é uma retomada



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1706 de coisas que estão soltas, inclusive essa reunião com a 7ª Câmara, eu lembro que
1707 ficou de ser marcada e não foi. Então talvez, a proposta de encaminhamento, vá
1708 mais no sentido de que a coordenação de apoio faça esse levantamento dos
1709 encaminhamentos desse biênio, de todas as plenárias e gestão diárias desse biênio
1710 para que me mande por *e-mail*.

1711 **Sra. Luciana** – 2019 e 2020.

1712 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Isso.

1713 **Sra. Luciana** – Ok.

1714 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – E mande por *e-mail* para gente, na
1715 próxima reunião ordinária consiga fazer essa retomada que a Adriana propõe.

1716 **Sra. Luciana** – Ok, mas eu vejo que são diferentes, são dois encaminhamentos,
1717 um é esse mais amplo, e outro é o específico do Pará, que vocês falaram...

1718 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Mas aí a gente fica dependendo do
1719 Mecanismo apresentar o relatório do Pará, não é? Ou já foi...

1720 **Sra. Luciana** – Eu não estava aqui, então não posso. Esse é o da 24ª e 25ª que a
1721 Isabel colocou, não é? Que foi a 24ª e 25ª, então a gente vai fazer, a gente já tem,
1722 na verdade, essa planilha com os encaminhamentos das reuniões e o que foi dado
1723 de encaminhamento, e onde estão as ausências de deficiências, isso já tem na
1724 coordenação, o que a gente vai fazer é disponibilizar todos, e incluir dessas últimas,
1725 essas últimas reuniões virtuais, e colocar aqui...

1726 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Então a proposta seria para enviar para
1727 a mesa diretora esse pedido para que na pauta da nossa próxima reunião ordinária,
1728 sejam retomados especificamente as deliberações do relatório do Pará.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1729 **Sra. Luciana** – Ok, então vou colocar aqui o que para votação. Ou não precisa
1730 colocar para votação esse encaminhamento?

1731 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Põe para votação, acho importante.

1732 **Sra. Luciana** – Ok, encaminhamentos aqui sugeridos, pelo que eu estou
1733 entendendo, é.

1734 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – Luciana, só um instante. Quando eu propus
1735 exatamente esse processo de cronograma das requisições, dos ofícios e das ações
1736 que já tinham sido encaminhados, que não tivemos resposta, o encaminhamento é
1737 que sejam enviados para os membros do comitê, entendeu? Vai ser caminhado
1738 para a mesa diretora...

1739 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Mas é esse o
1740 encaminhamento Márcia, são dois encaminhamentos diferentes. Um vai ser
1741 enviado para todos os membros do comitê, o outro nós estamos falando
1742 especificamente do Pará, só para colocar na pauta da próxima reunião.

1743 **Sra. Luciana** – Ok. Aqui então é: “*A coordenação de apoio encaminhará pedido de*
1744 *inclusão na pauta...*” não é isso? “*à mesa diretora...*”

1745 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Não, não é coordenação de apoio
1746 Luciana, aqui é o CNPCT mesmo estar encaminhando essa plenária, não
1747 coordenação de apoio.

1748 **Sra. Luciana** – Não não, o que eu ia falar, era que a coordenação de apoio iria
1749 encaminhar à mesa o planilhamento com a solicitação de informe a cada...

1750 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Ah está bom, mas isso é uma questão
1751 administrativa, o encaminhamento que a gente vota, é que a plenária está



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1752 encaminhando à mesa diretora, o pedido de inclusão na próxima reunião ordinária
1753 das deliberações decorrentes da apresentação do relatório do Pará.

1754 **Sra. Luciana** – Ok. Mas eu entendo que é um pouco mais amplo também Vitória, é
1755 de todas, não é?

1756 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Isso, e aí o próximo ponto é que a
1757 coordenação, são dois encaminhamentos diferentes.

1758 **Sra. Luciana** – Isso.

1759 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – O próximo ponto é que a coordenação
1760 de apoio encaminhará a todos os membros do CNPCT, aí esse, é uma tabela, o
1761 que é Luciana?

1762 **Sra. Luciana** – Planilha.

1763 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Essa planilha de acompanhamentos.
1764 Isso. Perfeito. Esses são os dois encaminhamentos que eu tirei das falas, dessas
1765 últimas falas.

1766 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Deixa eu fazer só
1767 uma observação, acho que atende, viu Vitória, Márcia e Adriana, é só um ponto
1768 específico, mas essa situação, nós temos em vários documentos que o CNPCT tem
1769 mandado, então não é um caso específico, nós temos um problema geral, porque
1770 está na nossa competência do CNPCT trabalhar com esse monitoramento dessas
1771 recomendações. Então eu creio que o que está faltando para a gente é fazer uma
1772 resolução, aí já de uma forma ampla, geral, um protocolo com relação a essas
1773 recomendações, por exemplo, mandou o documento hoje, daqui um mês nós vamos
1774 reiterar, daqui dois meses nós vamos reiterar novamente. Então, passaram duas
1775 reiterações, aí nós vamos, qual que é a próxima medida? Nós vamos marcar a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1776 reunião com as autoridades locais, Estaduais? Então nessa resolução, a gente pode
1777 construir um protocolo geral. Essa é minha leitura, outra leitura que eu tenho, eu
1778 acho que nós temos que diminuir o número de documentos que a gente expede,
1779 por mais que a Luciana tenha colocado que nós temos um controle adequado dessa
1780 documentação, eu acho que nós temos que sempre objetivar mais, expedir menos
1781 documentos, e controlar esses documentos de forma efetiva. Então, essa é a minha
1782 segunda sugestão.

1783 **Sra. Luciana** – Sávio, então vou colocar aqui como terceiro ponto. Resolução, aí
1784 seria no caso, uma resolução para ser trabalhado no âmbito da mesa diretora, a
1785 mesa diretora deveria apresentar uma minuta de resolução ao CNPCT, talvez seria
1786 o caso.

1787 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Uma resolução
1788 simples, curta, mas colocando um procedimento a se seguir, mandou o ofício, que
1789 seja, um mês reitera se não teve resposta, com dois meses, nova reiteração. E aí,
1790 e demais medidas, enfim, com autoridades locais. Apenas para a gente ter esse
1791 norte de atuação que não existe hoje.

1792 **Sra. Luciana** – Ok. Então, se você puder me ajudar aqui com a redação, seria:
1793 *“Mesa diretora apresentar minuta de resolução...”*

1794 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Relacionado aos
1795 procedimentos de monitoramento das comunicações do CNPCT.

1796 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Fluxo de procedimentos.

1797 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É, fluxo de
1798 procedimentos. Exato.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1799 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Isso é mais que
1800 necessário.

1801 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito.

1802 **Sra. Luciana** – “*Apresenta minuta de resolução relacionada aos fluxos de*
1803 *procedimentos de monitoramento...*” não só das recomendações, eu entendo a dos
1804 atos, não é? Das recomendações e atos em geral do comitê.

1805 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exato.

1806 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Todos os atos, isso.

1807 **Sra. Luciana** – Ok. Podemos votar, acho que um por vez, ou em bloco nesse ponto.
1808 Acho que é algo que está um pouco mais uniforme, talvez seja o caso para não
1809 tomar tanto tempo, colocar em bloco porque a gente tem outras, muitos outros
1810 encaminhamentos, colocar os três pontos em bloco, poderia talvez Ministra?

1811 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu acho que facilita, eles
1812 estão claros, facilita.

1813 **Sra. Luciana** – Ok, vou colocar...

1814 **Interlocutora não identificada** – Luciana, só um minutinho que eu preciso que a
1815 Adriana peça a palavra para ela explicar direito qual é essa questão do Pará, porque
1816 aqui no meu *inbox* ela está falando uma coisa, não sei se está, se esse
1817 encaminhamento é o que ela deseja.

1818 **Sra. Luciana** – Ok. Adriana.

1819 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Só uma licença
1820 rápida de vocês para esclarecer. Eu acredito que nós estamos com uma situação



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1821 grave, urgente, e não seria o caso, pelo menos nesse tópico, nesse item de
1822 aguardar uma próxima reunião para apresentar o resgate do que foi deliberado até
1823 hoje em relação ao Pará, da mesma forma vale para o Ceará. O que eu estou
1824 dizendo é, já tem vários encaminhamentos que estavam em curso, e a gente precisa
1825 saber o nível de execução disso, e eu acho que se não foram executados, é dar
1826 seguimento e executar, porque já ajuda nesse momento. Nós tivemos, depois da
1827 apresentação do relatório do Pará, e do Ceará, alguns encaminhamentos que a
1828 gente tem aí o vácuo de informações, não sabemos se esses encaminhamentos
1829 foram dados, eu sei que a reunião da 7ª câmara não foi porque inclusive eu e Daniel
1830 estávamos com um ponto focal do mecanismo, e não fomos convocados, então eu
1831 acredito que essa não ocorreu. Mas eu acho que isso tudo não saiu da pauta, só
1832 ficou esquecido. Então, nesse ponto, eu acho que não valeria a pena a gente
1833 resgatar para apresentar em uma outra reunião, eu acho que é saber o que foi feito,
1834 e o que não foi feito, talvez apresentar por *e-mail*, e partir para as questões mais
1835 amplas na próxima reunião. Eu acho que essa discussão sobre uma Portaria, sobre
1836 essas outras coisas, todas valem, mas o que já poderia ter sido feito, e não foi feito,
1837 eu acho que isso a gente precisaria correr para executar, e com licença a permissão
1838 de vocês para liberdade de dizer isso, mas eu acredito que não devemos aguardar
1839 uma próxima reunião para tomar ciência do que foi deliberado e a partir disso
1840 executar, eu acho que o que foi deliberado é porque era importante e precisa se
1841 executado, sem prejuízo de outros encaminhamentos que estão surgindo hoje, de
1842 coisas inclusive mais gerais.

1843 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Então Adriana, você acha que ficaria,
1844 que a sua proposta de encaminhamento ficaria ok, se nós disséssemos que a nossa
1845 coordenação de apoio já a partir dessa reunião de hoje, retomar o envio das
1846 cobranças, e ofícios e marcações de reunião decorrentes da reunião do relatório do
1847 Pará?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1848 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Entendo que sim,
1849 e sem prejuízo a outros encaminhamentos que tenham sido apontados aqui pelo
1850 Dr. Kaiser, e por todas as pessoas também.

1851 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Então, Luciana eu vou propor a retirada
1852 da minha primeira proposta, que é o CNPCT encaminhará pedido de inclusão de
1853 pauta, esse eu retiro, que fui eu que propus, e aí o encaminhamento mais correto
1854 seria, na verdade é quase uma decorrência do segundo, não sei se é só um
1855 compromisso que vocês assumem de a partir dessa reunião fazer o levantamento
1856 específico do Pará, e mandar novamente os *e-mails*, e se tiver proposta de reunião,
1857 marcar reunião, tudo isso, tipo reforçar aqueles encaminhamentos.

1858 **Sra. Luciana** – Então não seria aqui: “*O CNPCT encaminhará o pedido de inclusão*
1859 *a mesa...*” é isso, não é Vitória? A coordenação...

1860 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – A coordenação de apoio deve tomar as
1861 medidas, assim, não sei se é uma coisa que a gente tem que votar aqui na plenária,
1862 mas “*A coordenação de apoio do CNPCT retomar o envio dos ofícios decorrentes*
1863 *da reunião da apresentação do relatório do Pará.*” É porque é uma tarefa da nossa
1864 Secretaria Executiva, que inclusive atualmente não temos.

1865 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Está em fase de
1866 nomeação, está bom Vitória?

1867 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bom Ministra, agradeço muito.

1868 **Sra. Luciana** – “*A coordenação de apoio do CNPCT retomar o envio dos ofícios e*
1869 *marcações de reuniões decorrentes da apresentação do relatório do Pará.*” Isso
1870 então não seria votado? Não seria objeto de votação, somente encaminhamento.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1871 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – É, não sei Luciana, se é necessário votar,
1872 o que vocês preferirem.

1873 **Sra. Luciana** – A gente só executa aqui, vocês que decidem, na verdade. Então
1874 primeira: *“A coordenação de apoio encaminhará aos membros do CNPCT planilha*
1875 *de acompanhamento dos encaminhamentos da reunião do colegiado, bem como*
1876 *apresentará informe ao colegiado a cada 15 dias.”* *“A coordenação de apoio do*
1877 *CNPCT retomar o envio dos ofícios e marcações de reuniões decorrentes da*
1878 *apresentação do relatório do Pará.”* *“Apresenta minuta de resolução relacionada*
1879 *aos fluxos de procedimentos e monitoramento dos atos do CNPCT.”* Na próxima
1880 reunião ordinária ou, pode colocar aqui na próxima?

1881 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Acho que sim.

1882 **Sra. Luciana** – Que será no dia 30 de setembro. Acho que como são três questões
1883 um pouco mais administrativas, poderiam ser votas em bloco. Duas relacionadas a
1884 coordenação de apoio, e uma relacionada a apresentação de minuta pela mesa
1885 diretora, de trabalho de minuta pela mesa diretora. Podemos colocar em votação os
1886 três pontos? Alguém se obsta?

1887 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Em blocos, acho que não
1888 iria ter nenhum problema.

1889 **Sra. Luciana** – Ok. Então, votação em bloco das três propostas seguintes. Como
1890 eu já li, todos estão lendo vou partir para a votação para não demorar muito, porque
1891 ainda tem outros encaminhamentos. Primeira votação relacionada a votação em
1892 bloco dos três pontos administrativos. Ministério da Mulher Família Direitos
1893 Humanos.

1894 **Sra. Damares Regina Alves (Ministério da Mulher Família Direitos Humanos)**
1895 – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 1896 **Sra. Luciana – SNPG.**
- 1897 **SNPG – Sim.**
- 1898 **Sra. Luciana – SNPIR.**
- 1899 **SNPIR – Sim.**
- 1900 **Sra. Luciana – CEGOV**
- 1901 **CEGOV – Sim.**
- 1902 **Sra. Luciana – SG. Ministério da Justiça e Segurança Pública. DEPEN. Ministério**
1903 **da Cidadania, Ministério da Saúde.**
- 1904 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde) – Sim.**
- 1905 **Sra. Luciana – MEC.**
- 1906 **MEC – Sim.**
- 1907 **Sra. Luciana – Ministério da Defesa.**
- 1908 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Sim.**
- 1909 **Sra. Luciana – Ministério das Relações Exteriores. Eles não podem votar hoje.**
1910 **Secretaria de Governo. Ministério da Justiça e Segurança Pública.**
- 1911 **CEGOV – CEGOV votou sim.**
- 1912 **Sra. Luciana – Ok. Secretaria Geral, desculpa. OAB.**
- 1913 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**
- 1914 **Sra. Luciana – CFP.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 1915 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP) – Sim.**
- 1916 **Sra. Luciana – CONECTAS, CONECTAS.**
- 1917 **Sr. Rafael Carlsson Gaudio Custodio (CONECTAS) – Sim.**
- 1918 **Sra. Luciana – Justiça Global.**
- 1919 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Sim.**
- 1920 **Sra. Luciana – RENILA.**
- 1921 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA) – Sim.**
- 1922 **Sra. Luciana – UBM.**
- 1923 **UBM – Sim.**
- 1924 **Sra. Luciana – EDUCAFRO.**
- 1925 **EDUCAFRO – Sim.**
- 1926 **Sra. Luciana – MNU.**
- 1927 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – Sim.**
- 1928 **Sra. Luciana – SOMOS.**
- 1929 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – De acordo.**
- 1930 **Sra. Luciana – CUT.**
- 1931 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**
- 1932 **Luciana – COAD. UFRN.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 1933 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim.
- 1934 **Sra. Luciana** – COAD. Ok. Então, passou a votação em bloco dos três pontos
1935 administrativos. Passarei para a terceira pontuação da Adriana em relação a
1936 manifestação de Portaria após o início da rebelião, sanção coletiva que ela
1937 representa. Esse ponto da Portaria também é objeto aqui, não, não, seria...
- 1938 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Dr. Kaiser, eu acho
1939 que o Dr. Kaiser trouxe uma...
- 1940 **Sr. Alexandre Kaiser** – Exatamente o mesmo objeto Luciana.
- 1941 **Sra. Luciana** – Ok, mas não é dessa Portaria 4226, seria...
- 1942 **Sr. Alexandre Kaiser** – A mesma, eu só não nomeei a Portaria porque não tinha o
1943 número, a Adriana tinha o número, se quiser colocar onde está escrito Portaria,
1944 colocar Portaria tal, pode colocar.
- 1945 **Sra. Luciana** – Não não, estou falando e aqui tem três encaminhamentos seus, que
1946 seria o para juízo, o para Governo do Estado do Pará aqui recomendando, aí seria
1947 essa aqui, ah está bom, a Portaria mencionada pela Adriana. Então eu vou tirar aqui
1948 Adriana.
- 1949 **Interlocutor não identificado** – Pode, se puder incluir a Portaria 771 de 2020, de
1950 26 de agosto de 2020.
- 1951 **Sra. Luciana** – Ok, Portaria 7...
- 1952 **Interlocutor não identificado** – 71 de 2020, de 26 de agosto de 2020.
- 1953 **Sr. Alexandre Kaiser** – É porque aí, na verdade, na hora de elaborar esse ofício,
1954 até o ofício para o judiciário, essa Portaria tem que ser mencionada, aí quem for



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1955 fazer o ofício precisa contextualizar a situação, claro, enfim. Se for o caso, é porque
1956 assim, não é usual, mas se for o caso, eu até me desponho a auxiliar na redação,
1957 vai ser só uma colaboração, digamos assim, com o comitê, se houver necessidade,
1958 se entenderem que é pertinente, mas enfim.

1959 **Sra. Luciana** – Ok. Estou só colocando, votação dois então seria: *“Ofício do CNPCT*
1960 *ao Governo do Estado do Pará, recomendando a revogação dos pontos específicos*
1961 *da Portaria 771 de 2020, de 26 de agosto de 2020, afim de que sejam retomadas*
1962 *as visitas em todo o sistema prisional estadual, salvo eventuais restrições*
1963 *específicas devidamente fundamentadas em relação a cada interno. Bem como*
1964 *recomendando que o Estado se abstenha de editar novas Portarias que determinem*
1965 *a restrição geral e abstrata do direito a visitas.”* Podemos partir para a votação?
1966 Alguém quer trazer algum ponto em relação a esse encaminhamento.

1967 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que com
1968 relação a essa sugestão, talvez tenha que ser mais objetiva. Me parece, viu
1969 Alexandre? Se eu entendi errado, salvo eu ter me equivocado, é que esse
1970 precedente de restrição em todo o Estado estaria equivocado, então a gente faria o
1971 pedido nesse ofício de que a recisão fosse específica, porque eu estou lendo aqui
1972 a Portaria, e a Portaria faz uma situação sobre questões de segurança, inclusive fala
1973 que essa ocorrência, ela foi orquestrada organização criminosa de atuação
1974 nacional. Então, a minha preocupação, porque se a gente fragiliza essa segurança
1975 orgânica também, nós vamos estar manifestando aqui, talvez até para um
1976 desencadeamento de ações relacionadas à tortura porque nós temos exemplos em
1977 outros Estados já o que uma segurança fragilizada, ela pode desencadear. Então,
1978 a minha ponderação aqui é que o Governo reavalie a restrição em todo o Estado, e
1979 que as medidas sejam aplicadas em unidades específicas que tenha
1980 fundamentação apresentada na Portaria. Só isso.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1981 **Sr. Alexandre Kaiser** – Eu vou até colocar, porque essa discussão é exatamente
1982 a mesma. O Ezequiel com o microfone aberto outra vez. Essa discussão é
1983 exatamente a mesma que nós tivemos quando eu elaborei aquela ação civil pública
1984 que eu fiz menção nessa proposta de encaminhamento, e o ponto é exatamente
1985 esse, o que acontece? Você tem, por exemplo, um princípio de indisciplina de
1986 determinada unidade, e aí você tem algumas lideranças criminosas, supondo do
1987 PCC, do Comando Vermelho, quem for, vamos dar nome aos bois, e essas pessoas
1988 começam a incitar os demais internos, é mais ou menos esse o caminho que é
1989 percorrido. O que eu entendo que é uma atuação legítima do Estado, é identificar
1990 essas lideranças, se for o caso, transferi-las para presídios federais, ou restringir as
1991 visitas em relação a essas lideranças, enfim para que as sanções sejam
1992 individualizadas, o que eu acho que não pode acontecer, é em virtude de um
1993 princípio de indisciplina que ocorra, seja por membro de facção, seja por qualquer
1994 outra pessoa, é você restringir, aplicar uma sanção coletiva em todo o Estado. Essa
1995 é a argumentação central da nossa ação civil pública, e o que o Estado do Pará vem
1996 fazendo reiteradamente, é sempre que eles têm alguma questão de indisciplina,
1997 suspender as visitas em todo o Estado, o argumento utilizado nessa Portaria 771, é
1998 exatamente o mesmo argumento que foi utilizado na Portaria que nós questionamos
1999 na ação civil pública lá em fevereiro, e que já havia sido utilizado em 2019 em outra
2000 Portaria lá atrás. Então, o que eu entendo também é o seguinte, aí se alega, por
2001 exemplo, uma situação de precariedade na segurança, e tudo mais, o Estado do
2002 Pará precisa estruturar os seus serviços de polícia penal, enfim, de gestão da
2003 segurança dos estabelecimentos penais. Não pode alegar a questão da
2004 insegurança, por exemplo, para fazer uma sanção coletiva em todo o Estado. Então
2005 nós, como órgão de prevenção e combate à tortura, o que nos cabe, ao meu ver,
2006 no entender da defensoria, por isso a proposta de encaminhamento, é estabelecer
2007 a nossa opinião, a nossa posição contrária às restrições gerais e abstratas. Se o
2008 Estado tiver uma fundamentação concreta em relação a determinados internos, ou



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2009 até em relação a determinada unidade, ainda vá lá, mas nunca em relação ao
2010 sistema penitenciário como um todo. Não faz sentido isso, não é lícito dentro do
2011 quadro da legislação brasileira, enfim, do Estatuto dos Direitos Humanos que exige
2012 no Brasil, não é lícita essa postura. Então a proposta é para recomendar ao Governo
2013 do Pará que reconheça essa ilicitude e revogue ou determine anulação da sua
2014 própria Portaria nesse sentido, no ponto em que estabelece (ininteligível), e para o
2015 juízo daquela ação civil pública é para que ele tenha ciência das recomendações
2016 que estamos pedindo ao Governo do Estado, para que ele tenha ciência da postura
2017 do comitê no sentido de reconhecer a ilegalidade dessa sanção geral e abstrata.
2018 Então essa que é a, esse é o arrocio por trás dessa proposta de encaminhamento.

2019 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Se atende aqui a
2020 redação que foi feita, a ponderação está adequada. Aí eu retomo só aquele ponto,
2021 eu acho que esse diálogo é Governo Federal com Governo Estadual. A partir do
2022 momento que o Governo Federal, se a gente começa a fazer uma manifestação no
2023 processo, eu até entendo a ponderação da BTU, porque ela atua na CP de forma
2024 específica, mas nós vamos, o CNPCT está dentro da estrutura do Ministério de
2025 Mulheres Família Direitos Humanos dentro do Governo Federal, nós vamos
2026 começar a atuar quase como Amicus Curiae, nós vamos começar a fazer
2027 manifestações pontuais. Então, a minha sugestão é, vamos dialogar com o Governo
2028 Estadual até para evitar um rompimento, porque o Governo Federal vai atravessar
2029 numa ação que o Governo Estadual está manifestando lá também. Então, eu acho
2030 que a gente tem que abrir esse diálogo com o Governo Estadual e ponderar sobre
2031 essa restrição geral, não como no processo, é lógico respeitando a posição do
2032 colega Alexandre Kaiser.

2033 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alexandre, dá para a gente
2034 encontrar o meio termo, a gente cumpriu o nosso papel sem causar, quem sabe até
2035 uma provocação no rompimento de fato com o Estado do Pará. O Estado do Pará



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2036 não está em uma fase muito boa com a gente, e indo uma recomendação dessa
2037 assinada pela Ministra pode entender que é uma provocação e uma situação lá na
2038 ponta do preso que é pior do que a gente possa imaginar, se a gente puder
2039 encontrar um meio termo na redação da nossa recomendação, e a gente fazer o
2040 acompanhamento de perto, eu acredito que a gente teria mais sucesso, vamos
2041 pensar juntos Alexandre, em uma redação meio termo agora, sem a gente se
2042 acovardar, a gente cumprindo o nosso papel, mas que seja uma redação
2043 imponderada.

2044 **Sr. Alexandre Kaiser** – Essa questão de redação de ofício é bastante delicada, o
2045 tom que você vai utilizar, a linguagem que vai ser usada, enfim. Eu não acho que
2046 seja possível a gente determinar na reunião agora, a redação, vamos dizer, como
2047 ela vai ficar ao tom, essas coisas são muito difíceis da gente aprovar, o que precisa
2048 ser aprovado, assim, o CNPCT, ele tem uma prerrogativa legal de expedir
2049 recomendações, não é isso? Então, no momento em que eu utilizo essa redação
2050 recomendando a revogação ou anulação daquele ato, aí sim eu acho que é uma
2051 deliberação do comitê entender se vai se valer daquela prerrogativa legal de expedir
2052 a recomendação, porque para o Governo do Estado do Pará, eu entendo que é o
2053 cabível nesse ponto. Enfim, o tom que você vai utilizar, vamos dizer assim para
2054 suavizar e evitar um ataque político que eu também nunca, a nossa postura nunca
2055 é essa, nossa postura sempre é técnica, mas tecnicamente falando, eu entendo que
2056 o que cabe aqui da parte do comitê seria uma recomendação para que se reconheça
2057 a impossibilidade das restrições abstratas. Depois, a questão do tom, de como se
2058 vai expedir essa recomendação, eu acho que é uma questão, vamos dizer,
2059 secundária, que eu também, normalmente nos meus ofícios, Ministra, eu costumo
2060 suavizar, e vamos dizer assim, não carregar nas tintas e nos adjetivos para evitar
2061 inclusive, vamos dizer assim uma, que se encare essa recomendação como algo
2062 político ou como uma perseguição como a senhora mesma mencionou, só uma
2063 questão de a gente aprovar talvez, se o comitê vai se valer da prerrogativa de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2064 recomendar, e acho que isso aí seria importante. Em relação ao juízo, seria uma
2065 mera comunicação ao juízo de que o comitê está fazendo essa recomendação para
2066 o Estado do Pará, e se posiciona contrariamente às restrições abstratas. É uma
2067 comunicação, ele não é um pedido, ele não ingressa, como ponderou o Dr. Sávio,
2068 não ingressa na ceara de um Amicus Curae, uma manifestação do processo, é uma
2069 comunicação sobre uma recomendação que você vai fazer para o Estado do Pará.
2070 Enfim, mas são propostas, eu acho que eu já falei demais, eu vou deixar aberto
2071 para o debate, porque tem inscrições aí dos membros que vão votar essa matéria,
2072 e vou deixar aberto aqui.

2073 **Sra. Luciana** – Ok Alexandre. São duas questões diferentes, a gente estava falando
2074 da Poetaria, agora vocês já trouxeram a questão do juízo, então eu coloquei aqui
2075 as duas em conjunto para serem analisadas em conjunto na votação dois. Silvia.

2076 **Sra. Silvia** – Obrigada Luciana. Não, só queria fazer, não sei se é um
2077 esclarecimento, mas em relação a um ponto que o Sávio mencionou na fala dele,
2078 assim, claro, eu acho que como, tem que ser discutida exatamente qual vai ser o
2079 conteúdo dessa comunicação, e acho que isso tem que ser votado e deliberado
2080 como CNPCT. Agora, só ficar claro que o CNPCT, ele não é o Governo Federal, o
2081 CNPCT é um órgão colegiado, o que sai exatamente da deliberação do CNPCT é
2082 votado como órgão colegiado, e que tem representação de ministérios, do Governo
2083 Federal, e da sociedade civil, e o que sai é uma deliberação desse colegiado. Então,
2084 não é uma questão se o Governo Federal está se posicionando contra ou a favor
2085 daquele Estado, ou Estado Y, X, Z, porque isso aí, se a Ministra assina, porque ela
2086 está assinando como na qualidade de Presidente do CNPCT, que é um órgão do
2087 sistema nacional de prevenção e combate à tortura, ele está vinculado
2088 administrativamente ao Ministério, porque ele tinha que ficar vinculado em algum
2089 lugar, como os colegiados, eles todos tem que estar, digamos assim,
2090 institucionalmente vinculados para existirem no ordenamento administrativo político,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2091 jurídico do poder público, mas ele não é um órgão do Governo Federal, senão qual
2092 seria o sentido disso aqui? A gente está aqui exatamente porque isso aqui é um
2093 colegiado de debate e deliberações. Então, eu só queria fazer esse comentário,
2094 porque aí, assim, eu não tenho essa preocupação que o Sávio tem, porque não é
2095 algo que a Ministra está fazendo como Ministra representando o Governo Federal,
2096 ela está assinando, qualquer encaminhamento que sai daqui, sai como
2097 encaminhamento deste colegiado, que é algo diverso e distinto do Governo Federal.
2098 Só queria colocar esse pequeno esclarecimento. Obrigada.

2099 **Sra. Luciana** – Ok Silvia. Caio pediu a palavra. Caio, da SOMOS pediu a palavra.

2100 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Oi Luciana, voltei aqui. A Silvia acabou
2101 praticamente esgotando o que eu tinha para falar, o meu ponto também é no sentido
2102 que eu não concordo que a gente tenha que ter tantos dedos para simplesmente
2103 recomendar algo, porque nós somos um órgão de Estado, e nós não temos nenhum
2104 tipo de compromisso dessa forma como o Sávio está colocando, eu entendo a
2105 importância da gente sempre cultivar uma diplomacia política entre os entes que
2106 participam da prevenção e combate à tortura, mas eu acho que a gente não tem
2107 esse nível de compromisso. A minha sugestão, que o Kaiser acabou colocando já,
2108 era no sentido de a gente expedir a recomendação ao Governo Estadual, e ao
2109 mesmo tempo enviar a cópia disso ao judiciário. Eu acho que é imprescindível que
2110 a gente comunique isso ao poder judiciário se já existe um processo discutindo esse
2111 ponto. Mas só frisando, nós somos um órgão de Estado, nós não temos vinculação
2112 com compromissos do Governo, nós recomendamos questões ao Governo, e o
2113 Governo deve, sempre que possível acatar as nossas recomendações.

2114 **Sra. Luciana** – Ok. Não tem mais inscrições, eu não estou conseguindo ver o chat,
2115 então minha equipe está mandando as inscrições aqui pelo *whatsapp*, então se eu
2116 deixar de falar de alguém pode fazer o pedido verbal, porque uma vez que eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2117 compartilho a tela, eu não tenho acesso ao chat. Ok? Vamos trabalhar então em
2118 relação a votação dois. O primeiro e o segundo ofício proposto pelo Alexandre
2119 Kaiser. Primeiro ofício, aí eu pediria ao Alexandre e o Sávio que estavam debatendo
2120 para que a gente possa tentar enxugá-lo ou manter como está, enfim, fazer uma
2121 proposta conjunta, que seria um ofício ao CNPCT, do CNPCT ao Governo do Pará,
2122 recomendando a revogação do pontos específicos na Portaria, afim de que sejam
2123 retomadas as visitas em todo o sistema prisional Estadual, salvo eventuais
2124 restrições específicas devidamente fundamentada em relação a cada interno, bem
2125 como recomendando que os Estados, eles tenham que editar novas Portarias que
2126 determinem a restrição geral e abstratas do direito a visitas. Vamos colocar para
2127 votação como está, ou querem reformular?

2128 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) – Dr. Sávio.**

2129 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Pronto Ministra.**

2130 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) – Quer fazer uma proposta**
2131 **ainda?**

2132 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Assim, eu entendi**
2133 **a ponderação dos colegas, eu acho que talvez apenas na parte final. Eu estou com**
2134 **a Portaria aberta aqui, eu acho que os colegas não tiveram acesso, porque a**
2135 **fundamentação dessa Portaria para recessão, como eu já coloquei, é a questão da**
2136 **segurança orgânica. Então, revogação dos pontos específicos da Portaria 771, afim**
2137 **de que sejam retomadas as visitas. Eu tiraria todo, no Sistema Prisional Estadual,**
2138 **porque se a gente coloca todo, a gente não vai particularizar aquelas situações. No**
2139 **Sistema Prisional Estadual, salvo eventuais restrições específicas devidamente**
2140 **fundamentadas. Aí, colocar cada interno...**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2141 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, pela ordem, são propostas
2142 alternativas, não mexer na redação original...

2143 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode copiar e colar,
2144 e colocar na parte de baixo, não é Vitória? Eu acho que porque aí fica...

2145 **Sra. Luciana** – Só um instante, vou fazer isso.

2146 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Copiar e colar, e aí
2147 coloca...

2148 **Sra. Luciana** – Ok.

2149 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aí tira em todo o
2150 sistema prisional Estadual, salvo eventuais recessões específicas devidamente
2151 fundamentadas, aí eu tiraria em relação a cada interno, porque se aquela unidade,
2152 ela está com problema, você particularizar um interno, você inclusive, pode até gerar
2153 uma situação, enfim, que eu acho que pode desencadear até, vai ficar específico
2154 aquele interno se está em uma situação de rebelião, mas só para terminar aqui a
2155 redação para a gente objetivar. São eventuais, devidamente fundamentadas, bem
2156 como recomendação que o Estado se abstenha de editar novas Portarias que
2157 determinem a gestão geral e abstrata. Perfeito, seria só isso, para não, dentro
2158 daquela ideia de suavizar a redação aqui para o Estado fazer as ponderações lá
2159 que ele acha adequada.

2160 **Sr. Alexandre Kaiser** – Sávio, só para a gente avançar, eu acho que da forma como
2161 está, esse ofício para o Governo do Estado do Pará está preservado, vamos dizer...

2162 **Sra. Luciana** – Eu posso retirar a primeira Alexandre?

2163 **Sr. Alexandre Kaiser** – Não, aí eu não sei, a não ser que, porque eu vou dizer de
2164 novo, eu não voto, eu não se os outros membros vão querer votar.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2165 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, as duas propostas ficam
2166 mantidas.

2167 **Sra. Luciana** – Ok, eu entendi Vitória, eu entendi. Só que o Alexandre fez essa
2168 proposta, eu estou perguntando se ele gostaria de mesclar a proposta...

2169 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Então está bom, se o Alexandre quiser
2170 tirar a proposta dele, eu apresento ela como minha.

2171 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – De qualquer forma
2172 eu já me sinto contemplado, viu Dr. Alexandre? Pela sua observação que a segunda
2173 proposta, ela não perdeu a essência, então já sinto contemplado de qualquer forma.

2174 **Sr. Alexandre Kaiser** – Maravilha.

2175 **Sra. Luciana** – Ok. Vitória, quer apresentar a primeira proposta como sendo sua?

2176 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Pode deixar como minha.

2177 **Sra. Luciana** – Ok. Primeira, você não quer manter a segunda? Quer fazer a
2178 votação separada, porque entende que a primeira que deve ser votada, é isso? Ou
2179 também estaria contemplado conforme o Dr. Alexandre colocou para fazer uma
2180 votação só? Porque o Dr. Alexandre entendeu que estava contemplado na redação
2181 que o Sávio colocou retirando em todo o sistema prisional, passando para no
2182 sistema prisional, e também colocando, retirando de cada interno, em relação a
2183 cada interno, são retiradas fundamentadas, ponto, não precisava ser em relação a
2184 cada interno. Dr. Alexandre entende que mantém o teor original. Você quer manter
2185 isso como sua proposta para fazer as duas votações ou...

2186 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu não estou entendendo a diferença
2187 das duas, apenas isso, o nível de preciosismo dessa reunião chegou nesse ponto.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2188 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É um preciosismo,
2189 mas nós estamos comunicando com o Estado, nós temos um pacto federativo em
2190 que pesa a ponderação dos colegas, nós estamos comunicando, está saindo um
2191 documento oficial do Governo Federal. Então, nós não podemos perder o norte que
2192 a tortura está relacionada também a segurança orgânica. Então, o que eu estou
2193 tirando, é algumas situações específicas, se aquela unidade tem um problema e
2194 fez-se a leitura que aquela unidade está com problema, e vai ter uma restrição
2195 temporária, outra coisa que eu vejo é aqui na Portaria é um equívoco, não colocou
2196 prazo para essa restrição, a Portaria 771, ela não colocou prazo, ela poderia ter
2197 colocado um prazo de 15, 30 dias e depois caso necessário, uma nova Portaria,
2198 uma revisão. Então, é só apenas essa observação com relação a redação.

2199 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bom. Então pode tirar a primeira
2200 Luciana, e a gente fica só com a segunda.

2201 **Sra. Luciana** – Ok.

2202 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agradeço viu
2203 Vitória?

2204 **Sr. Alexandre Kaiser** – A gente passar, o cerne, o importante dessa mensagem é
2205 passar a preocupação do comitê com as vedações gerais abstratas, e eu até
2206 colocaria aí sem prazo determinado, o Sávio bem observou, essa questão do prazo
2207 é importantíssima, sem prazo determinado, exatamente. Então assim, é importante
2208 inclusive, se a gente aprovar isso aqui por unanimidade, a mensagem que a gente
2209 passa é muito mais forte, questão de um detalhe de redação, a preocupação, com
2210 certeza a formulação a partir de duas cabeças é melhor do que uma só. Então estou
2211 satisfeito, e quem for redigir o ofício pode cuidar da linguagem dentro do que está
2212 aprovado aqui para que a mensagem saia como uma mensagem técnica mesmo,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2213 um posicionamento técnico do comitê no sentido prevenção da tortura que é a nossa
2214 função.

2215 **Sra. Luciana – Ok...**

2216 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) –** Gente, vamos incluir na redação então, a questão
2217 do prazo?

2218 **Sra. Luciana –** Já incluí Caio, está aqui. Que o estado se abstenha no final de editar
2219 novas Portarias que determinem a restrição geral abstrata do direito a visitas sem
2220 prazo determinado. Foi isso que o Alexandre colocou.

2221 **Sr. Alexandre Kaiser –** E sem prazo determinado.

2222 **Sra. Luciana –** E sem prazo, ok.

2223 **Sr. Alexandre Kaiser –** Senão fica a impressão que só o prazo já resolveu.

2224 **Sra. Luciana –** Ok, senão tiver alguém que seja contrário a essa redação, vou
2225 colocar em votação. Essa seria então a votação dois, do encaminhamento dois.
2226 Alguém contrário? Posso colocar em votação? Colocando em votação. MMFDH,
2227 gabinete da Ministra.

2228 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) –** Sim.

2229 **Sra. Luciana –** SNPG.

2230 **SNPG –** Sim.

2231 **Sra. Luciana –** SNPIR.

2232 **SNPIR –** Sim.

2233 **Sra. Luciana –** CEGOV.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2234 **CEGOV** – CEGOV sim.
- 2235 **Sra. Luciana** – Ministério da Justiça. Ok, CEGOV sim.
- 2236 **CEGOV** – CEGOV sim, obrigada.
- 2237 **Sra. Luciana** – De nada. Ministério da Justiça e Segurança Pública. DEPEN.
2238 Ministério da Cidadania.
- 2239 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Sim.
- 2240 **Sra. Luciana** – Ministério da Saúde.
- 2241 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.
- 2242 **Sra. Luciana** – MEC.
- 2243 **MEC** – Sim.
- 2244 **Sra. Luciana** – Ministério da Defesa.
- 2245 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – De acordo.
- 2246 **Sra. Luciana** – Ok. Relações Exteriores não estão votando nessa plenária. OAB.
- 2247 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim.
- 2248 **Sra. Luciana** – CFP.
- 2249 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 2250 **Sra. Luciana** – CONECTAS. Henrique da CONECTAS. Justiça Global.
- 2251 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2252 **Sra. Luciana – RENILA.**
- 2253 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA) – Sim.**
- 2254 **Sra. Luciana – UBM.**
- 2255 **UBM – Sim.**
- 2256 **Sra. Luciana – EDUCAFRO.**
- 2257 **EDUCAFRO – Sim. EDUCAFRO sim.**
- 2258 **Sra. Luciana – MNU.**
- 2259 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – De acordo.**
- 2260 **Sra. Luciana – SOMOS.**
- 2261 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – De acordo.**
- 2262 **Sra. Luciana – CUT.**
- 2263 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**
- 2264 **Sra. Luciana – UFRN.**
- 2265 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) – Sim.**
- 2266 **Sra. Luciana – COAD.** Ok, então votação favorável à apresentação da proposta do
2267 Caio e Alexandre e Vitória. A próxima votação diz respeito ao ofício do CNPCT ao
2268 juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Belém em razão de pendência
2269 da ação civil pública número tal, afim de comunicar a posição do comitê no sentido
2270 da ilegalidade das Portarias que suspendem geral e abstratamente o direito a visitas
2271 em todo o Estado, editados em pastas de problemas disciplinares pontuais em



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2272 determinados presos, determinadas unidades prisionais. O Sávio tinha uma
2273 ponderação Sávio, sobre isso?

2274 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A minha única
2275 observação é que o comitê não deve, é uma leitura que eu tenho por questão formal,
2276 o comitê não deve buscar essa manifestação processual específica, eu acho que a
2277 própria DPU que vai ter acesso a esse documento, pode juntar essa comunicação
2278 do Governo Federal no processo, não depende do CNPCT, a gente, o Caio fez uma
2279 sugestão de encaminhar uma cópia, eu acho que atende também, mas a própria
2280 DPU pode juntar essa manifestação aqui que vai ser franqueada ao acesso do
2281 processo. Então é o caso do CNPCT entrar em questões processuais.

2282 **Sra. Luciana** – Ok. Alexandre.

2283 **Sr. Alexandre Kaiser** – Por favor, então. Assim, uma questão específica, a gente,
2284 eu participei inclusive, da elaboração dessa ação civil pública durante o mutirão do
2285 programa defensoria sem fronteiras, e aí, pelo nosso próprio acordo de cooperação,
2286 a gente assina as petições, agora quem toca a CP lá no Estado do Pará, é a
2287 defensoria pública do Estado do Pará. Então, só para esclarecer um pontinho, eu
2288 não estou processualmente hoje como parte naquele processo, sentido de estar
2289 acompanhando, de peticionar, até porque a gente atua na justiça federal,
2290 excepcionalmente então durante o mutirão, a gente propôs a ação civil pública, e
2291 eles assinam junto, então a legitimidade mesmo da defensoria pública do Estado do
2292 Pará, isso é uma questão específica, mas só para noticiar que eu não teria como
2293 fazer isso pessoalmente. Então, enfim, ficaria um encaminhamento para acionar a
2294 defensoria do Estado do Pará, enfim. Outra coisa que eu entendo, como eu disse,
2295 é que o Estado do Pará é reincidente nesse ponto, eu reitero isso, é uma questão
2296 que já aconteceu em 2009, em 2020 mais de uma vez, então, e como já existe uma
2297 ação civil pública em andamento, e aqui se trata de uma mera comunicação, mas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2298 eu acredito que é um ato importante, de alguma forma esse comitê, ele externa para
2299 o poder judiciário o seu posicionamento, e nós estamos nada mais do que
2300 agregando uma informação ao processo. Então não é uma atuação, não é um
2301 pedido, não é postulação, o teor do ofício deve contemplar, vamos dizer, essa
2302 redação para que seja informado: “Olha, comunicamos, o comitê comunica que
2303 recomendou formalmente ao Estado do Pará a revogação ou anulação da Portaria
2304 771 no ponto que permite a restrição geral e abstrata das visitas, e tudo mais,
2305 entendendo que essa restrição é ilegal.” Enfim, a redação, quem for fazer, de novo,
2306 já disse que é necessário cuidar dos detalhes, mas eu acho, sim, eu acho importante
2307 que a gente faça comunicação para o Poder Judiciário, inclusive também porque
2308 aqui o Ribamar, o perito Ribamar já ponderou. O judiciário não pode se omitir desse
2309 tipo de situação, a gente aciona muito o Poder Executivo, mas o processo está na
2310 mão do juízo, ele tem a possibilidade até pelo poder geral de cautela que ele tem
2311 de expedir uma liminar, reconhecendo a ilegalidade desse ato que nós aqui
2312 reconhecemos como abusivo, e até o momento não fez. Então, é importante, que a
2313 gente dentro do nosso escopo de atuação, a gente provoque também no judiciário.

2314 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – É, eu estou de acordo com o Alexandre, e eu
2315 relembro que segundo o nosso regimento é uma das nossas atribuições ao
2316 acompanhamento de procedimento judiciais. Então eu acho que o mínimo que a
2317 gente deve fazer, é enviar a cópia do documento que a gente está remetendo ao
2318 Poder Executivo que a gente envia pelo menos o mesmo ao poder judiciário.
2319 Pessoalmente, eu acho que deveria inclusive haver um ofício específico ao poder
2320 judiciário, mas se for o caso, eu acho que só o encaminhamento já supre essa
2321 informação.

2322 **Sra. Luciana** – Ok.

2323 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Põe para votação Luciana.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2324 **Sra. Luciana** – Ok. Alguém tem algo contra em relação...

2325 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Deixa eu ver se eu entendi.
2326 Então seria um ofício ao judiciário, comunicando que nós mandamos uma
2327 recomendação ao Governo de Estado, então somente isso, não é?

2328 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – O ofício Ministra é o teor está aqui.
2329 Comunicar a posição do comitê no sentido da ilegalidade das Portarias, que
2330 suspendem geral e abstratamente, etc. esse é o conteúdo.

2331 **Sr. Alexandre Kaiser** – Esse ofício Ministra, ele poderia vir com essa, mais ou
2332 menos essa linha, é porque, de novo, não tem como aqui na reunião, a gente
2333 aprovar redação final do ofício. Mas então veja, a proposta que foi feita no sentido
2334 de que o comitê externa sua posição, o ofício vem dizendo que: “Olha, o comitê, na
2335 reunião plenária nº, aprovou por unanimidade uma recomendação para o Estado do
2336 Pará que segue em anexo, reconhecendo a ilegalidade das Portarias que
2337 suspendem geral e abstratamente o direito a visitas, enfim, no sistema prisional.”
2338 Entende?

2339 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, novamente...

2340 **Sra. Luciana** – Eu sei Vitória, calma, não precisa, eu já sei que eu tenho que copiar
2341 e colar, calma, eu estou só colocando aqui e já vou trazer.

2342 **Sr. Alexandre Kaiser** – Essa formulação, eu vou formular um pouco diferente, o
2343 importante aqui é que a gente aprove os pontos centrais do que está sendo feito,
2344 ou seja, nós vamos mandar um ofício não meramente encaminhando a
2345 recomendação, mas afirmando no ofício que o comitê deliberou na plenária do dia
2346 tal, no sentido de que são ilegais essas Portarias que restringem geral e
2347 abstratamente o direito de visitas em vazão de problemas pontuais. Então, esse é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2348 o cerne, é o que a gente precisa demonstrar para o juízo, é que esse comitê está
2349 ativo na...

2350 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Alexandre, só um minuto então, só para
2351 gente ajeitar e conseguir votar isso de uma vez. Então, é comunicar a posição que
2352 o comitê, deixa eu pensar. Comunicar a posição do comitê no sentido de...

2353 **Sr. Alexandre Kaiser** – Aprovada na reunião nº tal, no sentido da ilegalidade, e
2354 encaminhar, a lei pode agregar, e encaminhar a cópia da recomendação expedida
2355 no Estado do Pará nesse sentido.

2356 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Então põe ali Luciana: *“Comunicar a*
2357 *posição do comitê deliberada na reunião tal...”*

2358 **Sra. Luciana** – Só um instante. *“... afirm de comunicar a posição do comitê que*
2359 *aprovou recomendações, aprovada na 13ª reunião ordinária...”*

2360 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu acho que não, não é nesse sentido.
2361 Depois da palavra comitê.

2362 **Sr. Alexandre Kaiser** – E vírgula, *“aprovada na 13ª reunião...”* essa é a 13ª reunião
2363 extraordinária, é isso?

2364 **Sra. Luciana** – Isso.

2365 **Sr. Alexandre Kaiser** – Então pronto. *“Aprovada na 13ª reunião extraordinária que*
2366 *reconheceu a ilegalidade das Portarias que suspendem geral e abstratamente...”* e
2367 reconheceu, reconhece, isso, reconheceu na verdade, porque é passado, já
2368 passou. Reconheceu a ilegalidade.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2369 **Sra. Luciana** – Não, na verdade, não, porque a gente não teve essa recomendação,
2370 é na mesma, essa recomendação é no sentido da mesma reunião, eu entendo que
2371 é reconhece.

2372 **Sr. Alexandre Kaiser** – Não, reconheceu na 13ª reunião, a gente está
2373 reconhecendo agora, mas como o ofício vai ser expedido amanhã, então
2374 reconheceu, se refere a essa reunião.

2375 **Sra. Luciana** – Não, isso é outra questão gente, só para vocês saberem, existe um
2376 trâmite interno, o ofício não vai ser expedido amanhã, o ofício vai ser feito pela
2377 comissão, só para entender, o ofício vai ser em média daqui a 15 dias, em geral é
2378 isso. Só para saber.

2379 **Sr. Alexandre Kaiser** – É porque se refere a essa reunião, então quando ele for
2380 expedido, a nossa reunião já ficou no passado. Então na 13ª reunião o comitê
2381 reconheceu a ilegalidade das Portarias que suspendem geral e abstratamente o
2382 direito de visitas em todo o Estado do Pará, e aí a gente tem que falar porque é no
2383 Pará, porque a gente analisou o caso do Pará a propósito, inclusive da narrativa do
2384 mecanismo, nós deliberamos sobre um tópico específico, editadas em
2385 **(ininteligível)** pontuais, determinados presos, determinadas unidades prisionais. E
2386 encaminhar, comunicar, e encaminhar cópia da recomendação expedida ao
2387 Governo do Estado do Pará, no sentido da revogação da Portaria 771.

2388 **Sra. Luciana** – Então, isso é outra questão, olha são questões administrativas que
2389 vocês estão pautando que às vezes depois embola tudo, o administrativamente para
2390 gente dar encaminhamento, eu sei que está avançada a hora, mas a gente precisa
2391 saber isso para dar o encaminhamento correto. Não é uma recomendação que vai
2392 ser publicada no diário oficial. Essas duas aqui que está recomendando,
2393 recomendando é um ofício, está recomendando por meio de um ofício, não é uma
2394 recomendação de um texto aprovado, porque não foi encaminhada uma minuta,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2395 não foi aprovado um texto de recomendação no DOU. Estou só tratando isso,
2396 porque aí eu acho que é mais fácil trocar, então é a cópia do ofício que recomenda.

2397 **Sr. Alexandre Kaiser** – Pronto, perfeito. Do ofício nº tal, já coloca, expede primeiro
2398 o outro, e depois, o que trata do assunto, não precisa nem repetir que recomenda,
2399 que trata, que dispõe sobre o assunto.

2400 **Sra. Luciana** – Ok. Nesse sentido, essa primeira, posso retirar essa segunda aqui
2401 atrás, que foi feito cópia e cola, que a Vitória pediu para marcar, que foi inclusive
2402 sua redação também, e está praticamente igual?

2403 **Sr. Alexandre Kaiser** – A gente só aperfeiçoou.

2404 **Sra. Luciana** – Só aperfeiçoou na primeira, posso retirar? Ok. Vou colocar para
2405 votação, eu não vou fazer a leitura novamente, porque eu acho que todos tem aqui,
2406 mas a votação relacionada a ofício do CNPCT, encaminhado a 5ª Vara da Fazenda
2407 Pública da comarca de Belém.

2408 **Sra. Luciana** – Gabinete da Ministra.

2409 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2410 **Sra. Luciana** – SNPG. Ela falou sim? Não ouvi.

2411 **SNPG** – Ouviu Luciana?

2412 **Sra. Luciana** – Não, não ouvi. Sim?

2413 **SNPG** – Sim.

2414 **Sra. Luciana** – Ok. SNPIR.

2415 **SNPIR** – SNPIR Sim, de acordo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2416 **Sra. Luciana – CEGOV.**
- 2417 **CEGOV – CEGOV sim.**
- 2418 **Sra. Luciana – Secretaria Geral. MJSP.**
- 2419 **MJSP – Sim.**
- 2420 **Sra. Luciana – Cidadania. Ministério da Saúde.**
- 2421 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde) – Sim.**
- 2422 **Sra. Luciana – MEC.**
- 2423 **MEC – Sim.**
- 2424 **Sra. Luciana – Ministério da Defesa.**
- 2425 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Sim.**
- 2426 **Sra. Luciana – MRE.**
- 2427 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania) – Cidadania sim.**
- 2428 **Sra. Luciana – Ok. OAB.**
- 2429 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**
- 2430 **Sra. Luciana – CFP.**
- 2431 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP) – Sim.**
- 2432 **Sra. Luciana – CONECTAS.**
- 2433 **Sr. Rafael Carlsson Gaudio Custodio (CONNECTAS) – De acordo.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2434 **Sra. Luciana** – Justiça Global.
- 2435 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.
- 2436 **Sra. Luciana** – RENILA.
- 2437 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – Sim.
- 2438 **Sra. Luciana** – UBM.
- 2439 **UBM** – Sim.
- 2440 **Sra. Luciana** – EDUCAFRO.
- 2441 **EDUCAFRO** – Sim.
- 2442 **Sra. Luciana** – MNU.
- 2443 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – De acordo.
- 2444 **Sra. Luciana** – SOMOS.
- 2445 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – De acordo.
- 2446 **Sra. Luciana** – COAD. CUT.
- 2447 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Sim.
- 2448 **Sra. Luciana** – UFRN.
- 2449 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim.
- 2450 **Sra. Luciana** – Ok, votação unanimidade dos presentes, passarei para o
2451 encaminhamento solicitado ainda pela Adriana, que foi reiterar a necessidade de
2452 atenção aos presos feridos, familiares daqueles que vieram a óbito e integridade



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2453 física e psicológica daqueles que permanecem nos estabelecimentos prisionais.

2454 Adriana do mecanismo está aí? Adriana.

2455 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Sim.

2456 **Sra. Luciana** – Esse aqui você tinha feito, esse encaminhamento você tinha feito

2457 em relação a quais órgãos?

2458 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Esse aí era em

2459 relação às autoridades que vocês acharem que devem, nós do mecanismo

2460 (ininteligível), se vocês quiserem, a gente pode compartilhar o ofício, o conteúdo do

2461 ofício e dizer quem foram as autoridades que nós encaminhamos.

2462 **Sra. Luciana** – Aí fica para o plenário, não sei se vai dar tempo para essa reunião

2463 agora de colocar todos esses, enfim, só se vocês tiverem em mãos para quais

2464 órgãos vocês encaminharam esse ofício Adriana.

2465 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Eu tenho, te falo

2466 já, um minuto.

2467 **Sra. Luciana** – Ok. Então, enquanto isso, se você puder colocar no chat, vou deixar

2468 essa em *standby* está bom?

2469 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Certo.

2470 **Sra. Luciana** – Ok, a proposta de encaminhamento do Dr. Alexandre novamente.

2471 *“Ofício, essa é a votação três, quatro, quer dizer. Ofício do CNPCT aos 26 Estados*

2472 *e do DF, esboçando preocupação com o uso da força, em especial com o emprego*

2473 *de armamentos menos letais, e requisitando cópias dos atos normativos em vigor*

2474 *que discipline o protocolo do uso de força pelos policiais penais, e demais agentes*

2475 *de segurança no sistema prisional, em especial quanto ao que dispõe o item 9º do*

2476 *anexo da Portaria interministerial 4226 de 31 de dezembro de 2010.”*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2477 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – De quem foi essa proposta Luciana?

2478 **Sra. Luciana** – Do Alexandre.

2479 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Ah, está bom.

2480 **Sra. Luciana** – É sobre a questão do uso da força.

2481 **Sr. Alexandre Kaiser** – Devo fazer algum esclarecimento de novo, a gente falou
2482 antes, mas só para reiterar, é porque a Portaria interministerial exige que cada força
2483 de segurança edite um ato normativo com um conteúdo específico que se refere ao
2484 uso de armamentos menos letais, eu tenho que até abrir de novo aqui, que eu
2485 acabei de fechar a aba que tinha a Portaria, mas eu acho isso aqui rápido, é aqui.
2486 Ele exige os seguintes tópicos esse normativo, então ele deve definir o tipo de
2487 instrumentos e técnicas autorizadas, então ele vai definir, por exemplo, se eu posso
2488 utilizar uma bomba de gás lacrimogênio dentro da área, como eu falei, dentro do
2489 raio onde estão as celas, o que é uma coisa que, ao meu ver preocupa, ou se eu
2490 posso disparar um projétil de bala de borracha a curta distância. Então, esse tipo
2491 de norma, ela tem que estar expressamente prevista para que o agente
2492 penitenciário tenha ali uma forma de proceder prevista em regulamento, porque se
2493 ele violar esse regulamento, ele está sujeito a sanções administrativas disciplinares,
2494 inclusive. No entanto, nem todos os Estados, aparentemente nem todos os Estados
2495 editaram os protocolos, enfim, os atos normativos que se referem, que atendem a
2496 esse item 9 da Portaria interministerial 4226. Então essa que é a nossa proposta,
2497 para que eles encaminhem cópia desses atos normativos, e aí, recebendo esses
2498 atos para a gente fazer depois do acompanhamento, a gente pode inclusive, ver
2499 sobre a adequação desses atos ao que a Portaria ministerial exige sim, inclusive ao
2500 regulamento internacional sobre Direitos Humanos, e sobre o uso da força e dos
2501 equipamentos menos letais, mas um primeiro momento, esse momento talvez, eu
2502 acho que a nossa discussão estaria madura o suficiente para que o comitê externe



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2503 a sua preocupação com esse ponto de pauta que foi trazido aqui pelo mecanismo,
2504 inclusive é uma notícia, uma possível exacerbação do uso da força durante a
2505 pandemia. E para que encaminhe os normativos para a gente ver se essa questão
2506 está bem disciplinada, futuramente, se o Estado não atender ou a gente descobrir
2507 que ele não tem um normativo adequado, aí a gente trabalha em uma
2508 recomendação específica, Estado do Pará, Estado do Acre, edite o normativo nesse
2509 sentido ou naquele, e aí a gente pode fazer esse trabalho pontual, eu acho que isso
2510 aqui é muito positivo para a gente prevenir que os armamentos menos letais sejam
2511 um vetor de tortura nos Estados.

2512 **Sra. Luciana – Ok.**

2513 **Sr. João –** A colega, ah, desculpa.

2514 **Sra. Luciana –** Pode falar João, pode por favor.

2515 **Sr. João –** Não, só para dar encaminhamento, a colega Luciana pediu para se
2516 ausentar um pouquinho, que ela foi ao banheiro. A redação proposta portanto do
2517 encaminhamento apresentado pela DPU se encontra assim: *“O encaminhamento*
2518 *de ofícios desse colegiado aos 26 Estados e ao Distrito Federal, esboçando*
2519 *preocupação com o uso da força, em especial com o emprego de armamentos*
2520 *menos letais, e requisitando cópias dos atos normativos em vigor que discipline o*
2521 *protocolo do uso de força pelos policiais penais, e demais agentes de segurança no*
2522 *sistema prisional, em especial quanto ao que dispõe o item 9 do anexo I da Portaria*
2523 *interministerial 4226 de 31 de dezembro de 2010.”* Pergunto então, acho que
2524 podemos passar a votação desse item?

2525 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) –** Eu quero, antes de votar
2526 substituto da Luciana. Eu quero parabenizar o Alexandre por essa proposta Dr.
2527 Alexandre. Isso sim é um trabalho espetacular do comitê, a gente conhecer essas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2528 Portarias, a gente acompanhar, a gente depois propor melhorias nessas Portarias
2529 nos Estados. Eu acho que o comitê vai dar um passo assim, gigante no nosso papel,
2530 no nosso trabalho. E lamento que a gente não tenha tido isso antes, a gente está já
2531 com esse material em mãos para a gente conhecer e acompanhar, e eu entendo
2532 que a gente dá um passo bem bacana aqui para nortear o nosso papel, o nosso
2533 trabalho daqui para frente, conhecendo esses instrumentos normativos de cada
2534 Estado. E eu estou muito feliz com essa proposta hoje.

2535 **Sr. João** – Ok, então sugiro que passemos a votação. Vamos a votação nominal
2536 então.

2537 **Sra. Luciana** – João, voltei.

2538 **Sr. João** – Ah, voltou. Estamos passando a votação da proposta Luciana conforme
2539 redação apresentada.

2540 **Sra. Luciana** – Ok. Obrigada João, obrigadíssima. Ok, votação da proposta.
2541 Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

2542 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2543 **Sra. Luciana** – SNPG.

2544 **Sra. SNPG** – Sim.

2545 **Sra. Luciana** – SNPIR.

2546 **SNPIR** – SNPIR Sim.

2547 **Sra. Luciana** – CEGOV.

2548 **CEGOV** – CEGOV sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2549 **Sra. Luciana** – Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 2550 **MJSP** – Sim.
- 2551 **Sra. Luciana** – Ministério da Cidadania. Ministério da Saúde.
- 2552 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.
- 2553 **Sra. Luciana** – MEC.
- 2554 **MEC** – Sim.
- 2555 **Sra. Luciana** – Ministério da Defesa. Sávio? Ok.
- 2556 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Ministério da Cidadania
2557 sim. Desculpe, é porque eu estou com um problema aqui no meu som.
- 2558 **Sra. Luciana** – Ok, Ministério da Cidadania sim, Ministério da Defesa. Ok. OAB.
- 2559 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim.
- 2560 **Sra. Luciana** – CFP.
- 2561 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 2562 **Sra. Luciana** – CONECTAS. Justiça Global. RENILA.
- 2563 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – RENILA Sim.
- 2564 **Sra. Luciana** – UBM.
- 2565 **UBM** – Sim.
- 2566 **Sra. Luciana** – EDUCAFRO.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2567 **EDUCAFRO – EDUCAFRO** Sim.

2568 **Sra. Luciana – MNU.**

2569 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – De acordo.**

2570 **Sra. Luciana – SOMOS.**

2571 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – De acordo.**

2572 **Sra. Luciana – COAD. CUT.**

2573 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**

2574 **Sra. Luciana – UFRN.**

2575 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) – Sim.**

2576 **Sra. Luciana – Ok.** Passou por unanimidade. Agora, vamos passar para os
2577 encaminhamentos do Ribamar. Vou ler para todos aqui o encaminhamento que ele
2578 mandou para a gente por *e-mail*. *“Proposta de solicitação de informações por ofício*
2579 *para o Executivo e Sistema de Justiça Estadual. Comunicação de casos de*
2580 *conflitos, tumultos, motins e rebeliões desde março de 2020, COVID-19. Casos de*
2581 *violações, relações de envolvidos, vítimas com laudo de IML, apuração da*
2582 *corregedoria, agentes e grupos especiais envolvidos, e respectivos exames de*
2583 *corpo, delito e medidas de apuração, protocolo de uso progressivo da força,*
2584 *normativas regem o funcionamento das forças especiais de intervenção FTIP, DPO,*
2585 *GOE, armamentos utilizados, avaliação das visitas e inspeções virtuais, quantas*
2586 *pessoas fizeram visita virtual, quantos familiares atendidos, cronograma, protocolos*
2587 *sanitários, e metodologia de regularização de inspeções e visita familiar presencial.*
2588 *Dados sobre óbitos: óbitos de pessoas privadas de liberdade no primeiro semestre*
2589 *de 2020 e de 2019 com causa morte, especificando se COVID ou não, regularização*



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2590 *do fornecimento de água e kit de higiene e medicamentos pelo poder público, e*
2591 *medidas adotadas em cumprimento a recomendação CNJ e nota técnica do*
2592 *MNPCT.”* Eu entendo que o dois e o três aqui são diferentes, não é Ribamar. Não
2593 sei se você está aí, porque eu não consigo ver aqui quem está agora no chat, porque
2594 eu estou compartilhando aqui, enfim. Seriam três propostas que eu estou
2595 entendendo. Uma proposta de ofício de Executivo do Sistema de Justiça Estadual
2596 com esses pontos de A à E, e uma proposta de ofício também para o Executivo que
2597 antes seria do Executivo, regularização do fornecimento de água e kit de higiene,
2598 medicamentos pelo Poder Público, isso já foi, Ribamar só para falar, se salvo a
2599 memória, isso foi um dos encaminhamentos votados na última reunião com o que a
2600 Bárbara pediu, essa questão do fornecimento de água e kit de higiene. Então já foi
2601 encaminhado esse ofício.

2602 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Seria o caso de reiterar. Nessa
2603 proposta também o A1 vai linha do que vocês acabaram de aprovar agora sobre a
2604 proposta do Alexandre Kaiser. Então aquilo que já estiver contemplado naquele
2605 ofício estaria dispensado desse pacote geral. Qual é a novidade aqui? É que a gente
2606 acha que deve a um só tempo acionar o Executivo, o Judiciário e o Ministério
2607 Público, Sistema de Justiça dos Estados.

2608 **Sra. Luciana** – Ok. Só para entender. Esse primeiro aqui, qual que estaria já
2609 contemplado? Que a gente poderia tirar? Qual letra?

2610 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu acho, perdão, A1 é...

2611 **Sra. Luciana** – Comunicação de conflitos e motins?

2612 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Não não não, é onde eu me
2613 expressei, é lá onde fala do protocolo de uso da força, aí está C, não é?

2614 **Sra. Luciana** – Isso, C.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2615 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Na matéria que rege os grupos
2616 especiais e tal. Eu acho que o único acréscimo, é que além de pedir ao Executivo
2617 Estadual, pedir também ao Sistema de Justiça, porque sobretudo o Juiz corregedor
2618 da execução penal deveria nos responder sobre isso também. O Ministério Público,
2619 controle externo da atividade policial e penitenciária também deveria nos responder
2620 sobre isso. Então, agrega a proposta agora aprovada, o mesmo nível de solicitação
2621 ao Sistema de Justiça, nessa direção.

2622 **Sra. Luciana** – Ok. Só para colocar que isso também foi solicitado anteriormente,
2623 mas a gente pode reiterar aqui. Como que você prefere? Deixar então o ponto C?

2624 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu acho que sim, e eu posso interferir
2625 sobre a metodologia, mas eu acho que por tudo que tratamos, eu acho que a gente
2626 podia aprovar isso em bloco, e depois mutuamente nos ajudarmos na formulação.

2627 **Sra. Luciana** – É porquê...

2628 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Porque tem ofícios que já foram, e
2629 que se trataria de se reiterar.

2630 **Sra. Luciana** – Ok, isso a coordenação pode fazer, ela pode ver o que já foi, para
2631 reiterar, mas às vezes não está em conformidade assim como o plenário gostaria.
2632 Então para gente fica, como coordenação de apoio, se deixar mais pontuado como
2633 deve ser feito os encaminhamentos, é melhor para que não tenha nenhuma
2634 sobreposição.

2635 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Combinado, só queria ganhar tempo.

2636 **Sra. Luciana** – Essa primeira então está ok, de A à I. Essa segunda, aí o pessoal,
2637 João, se você também quiser lembrar, da minha equipe, João Vitor, essa
2638 regularização do fornecimento de água e kit de higiene, nós solicitamos já para as



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2639 Secretarias Estaduais e para o Sistema de Justiça, para os tribunais, nós
2640 solicitamos esse ponto nos ofícios já da última reunião, então não sei se é o caso
2641 de reiterar como o Ribamar colocou, ou, como foi enviado agora, não tem tanto
2642 tempo assim, poderia reiterar o que já foi enviado, se caso eles não respondam. E
2643 ponto três, é medida adotada em cumprimento a recomendação, aqui é 62
2644 Ribamar? Do CNJ? Qual recomendação? É 62, não é? E a nota técnica, cinco. Isso
2645 também foi objeto de deliberação na última solicitação, os dois pontos foram
2646 solicitados pela Bárbara, salvo engano. Então, eu acho que a gente pode, minha
2647 sugestão, na verdade. Colocar em votação, o plenário pode acatar ou não, colocar
2648 em votação só o ponto um, e o ponto dois e três fazer uma reiteração do ofício já
2649 encaminhado. Plenário?

2650 **Interlocutora não identificada** – Tem inscrição no *chat*.

2651 **Sra. Luciana** – Desculpa, é que eu não estou vendo aqui gente, a inscrição está
2652 bom? Então, Cândida.

2653 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Não sou eu não.

2654 **Sra. Silvia** – Sou eu e a Bel.

2655 **Sra. Luciana** – Então fala o nome gente, tem que falar porque eu não, é o seguinte.
2656 Quando eu estou compartilhando documento, escrevendo aqui junto com vocês,
2657 não consigo ver o chat, não abre o chat para mim, para eu ver o chat, eu tenho que
2658 interromper o compartilhamento. Então...

2659 **Sra. Silvia** – Ah, entendi. Não sei se pode ver depois de outra forma, porque senão
2660 a gente fica sem saber, porque eu não gosto de ficar pulando, porque eu quero
2661 passar minha palavra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2662 **Sra. Luciana** – Claro, minha equipe está me mandando a inscrição aqui pelo
2663 whatsapp na verdade, mas só para que vocês saibam. Então aqui para mim está,
2664 Silvia e Isabel.

2665 **Sra. Silvia** – Isso, obrigada Luciana. Não, é só em relação ao ponto um B, não, ah,
2666 tem dois Cs, tem A, B, C, C, acho que é o D. Bom, é o protocolo de uso progressivo
2667 da força.

2668 **Sra. Luciana** – É o C.

2669 **Sra. Silvia** – Eu queria só entender, porque tem dois Cs. Eu queria só entender
2670 esse ofício para o Executivo, porque quando foi, acho que era a reunião de
2671 novembro do ano passado, inclusive foi uma representante do DEPEN, mais de um,
2672 foram dois ou três representantes do DEPEN, fazer toda uma explanação,
2673 apresentação sobre toda uma regulamentação, e na verdade até uma reforma da
2674 FTIP, que nem se chamaria mais FTIP, tem um novo nome, para uma nova força
2675 de operação, que eu nem me lembro mais qual era o nome, e que inclusive, os
2676 protocolos de uso da força já estavam para ser publicados no dia seguinte, tanto
2677 que a gente pediu acesso, naquela reunião em novembro a gente pediu acesso a
2678 esse regimento, protocolos e foi negado, porque em teoria já estava na mesa de
2679 alguém, Ministro para ser assinado, isso foi em novembro e a gente está em
2680 setembro praticamente, amanhã já é 1º de setembro, pelo que eu saiba nada foi
2681 publicado. Até hoje a gente não tem nenhuma informação sobre os regimentos
2682 (ininteligível), o protocolo do uso da força pela FTIP. Então eu não sei se a gente
2683 pode fazer algo em relação à FTIP mais específico, pedindo acesso ao documento
2684 que age, ou até que alguém do DEPEN apareça para, não sei, até para explicar,
2685 porque a gente, foi algo que a gente começou a dialogar em novembro, a gente já
2686 está em setembro, assim, então eu não sei se em relação a esse ponto D mais
2687 especificamente, a gente poderia ter um ofício específico ao DEPEN, um pouco



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2688 mais assim, não sei se é contundente, mas pedindo informações, mais específico
2689 acesso à todos aqueles documentos que eles mencionaram para gente em
2690 novembro que já estão prontos, e até hoje nada aconteceu. Inclusive, vocês
2691 poderiam até ir em uma reunião, até para explicar, e fazer um encaminhamento.
2692 Então é isso a minha proposta.

2693 **Sra. Luciana** – Obrigada Silvia. Acredito que o Sandro Abel não esteja mais na
2694 reunião. Sandro está aí, do DEPEN?

2695 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Estou, estou presente.

2696 **Sra. Luciana** – Ah, obrigada Sandro.

2697 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Pode fazer o encaminhamento, seria
2698 a transformação em FOCOPEN. Então a gente teve alguns entraves no percurso,
2699 mas pode fazer o encaminhamento sim com o DEPEN, para a gente apurar essas
2700 informações, e ver o estado atual.

2701 **Sra. Silvia** – E diria, se a gente pode pedir nesse ofício, acesso na verdade, a esses
2702 documentos, então, protocolos, porque aquele que foi pedido naquele momento, e
2703 a sinalização, foi que, assim, naquele momento, o representante do DEPEN que
2704 estava na reunião em novembro, sinalizou que não haveria nenhum problema em
2705 compartilhar, inclusive com o mecanismo, dialogar, mas que como já estava na
2706 mesa para ser assinado, estava muito, já era, digamos ultrapassado, o momento...

2707 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Eu acho que era a Cíntia e o
2708 Corregedor na época, não era?

2709 **Sra. Silvia** – Isso. Era a Cíntia e um corregedor.

2710 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Isso. Então a gente faz a solicitação,
2711 (ininteligível).



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2712 **Sra. Luciana** – Então eu coloquei aqui para votação em voto dos dois. Ofício do
2713 CNPCT solicitando informações ao DEPEN sobre o protocolo, é isso? Do uso
2714 progressivo da força, normativas que regem o funcionamento das forças especiais
2715 de intervenção e armamentos utilizados. É isso Silvia?

2716 **Sr. Alexandre Kaiser** – Eu faria só um adendo para que a redação contemple no
2717 final daquela minha proposta, especialmente em atenção ao item 9 do anexo I da
2718 Portaria interministerial 4226.

2719 **Sra. Luciana** – Ok.

2720 **Sr. Alexandre Kaiser** – Porque assim, especialmente porque não é só isso, mas
2721 essa é uma previsão da Portaria 4226 que eu entendo que a FTIP ainda não
2722 atendeu. Então...

2723 **Sra. Luciana** – Silvia, contempla fazendo nesse formato. Você está vendo aí?

2724 **Sra. Silvia** – Sim, eu não sei se solicitar informação é disponibilizar acesso, mas eu
2725 diria, não sei se, contempla, não sei se solicitar informação, quer dizer, por exemplo,
2726 que nos deem acesso, por exemplo, a minutas, ou que sejam que são trabalhados
2727 sobre a regulamentação da FTIP.

2728 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Só uma observação, FTIP, é porque
2729 está o DPOE, o GOE, é só FTIP.

2730 **Sra. Luciana** – Está bom.

2731 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Não sei se está errado, é só para
2732 observar.

2733 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – No caso o DPOE e o GOE é o
2734 equivalente...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2735 **Sra. Luciana** – Dos Estados.

2736 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – De alguns Estados.

2737 **Sr. Alexandre Kaiser** – Eu estou entendendo que a dos Estados já está
2738 contemplada no ofício que eu pedi.

2739 **Sra. Luciana** – Sim gente, o que está acontecendo...

2740 **Sr. Alexandre Kaiser** – Dessas forças especiais, enfim.

2741 **Sra. Luciana** – Aqui, na verdade, a gente está votando a proposta do Ribamar, e
2742 ele entende que o ponto dele tem que estar incorporado mesmo que tenha aquela
2743 outra votação lá em cima, que é uma forma de reforçar, e aqui ele pede para os
2744 Estados. Esse aqui, o ponto um de um a F, de A à F, é só para os Estados, a votação
2745 seria esse ponto um. Para os Estados e sistema de justiça do Estado, e o ponto
2746 dois que é um ofício só para o DEPEN, só sobre esse ponto.

2747 **Interlocutor não identificado** – Sim.

2748 **Sra. Luciana** – A votação vai ser em bloco de um e dois. Pro DEPEN pontualmente,
2749 e para os Estados. Aí a minha pergunta é se ok, solicitando informações está ok
2750 para a Silvia ou ela não sabe se entende que isso seria acesso à dados. Aí eu acho
2751 que talvez, o próprio Sandro pode responder, enfim, esse ponto talvez, Sandro, que
2752 é quando o comitê solicita informações é encaminhado as respostas específicas
2753 mesmo quando tem uma minuta, ou algo assim, enfim, aí não sei se querem fazer
2754 uma solicitação de acesso a dados especificamente.

2755 **Sra. Silvia** – No seu foco isso ficou como pergunta. Eu colocaria, mas eu não sei
2756 se isso abrange.

2757 **Sra. Luciana** – Não cabe a mim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2758 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Como é que ficaria?
- 2759 **Sra. Luciana** – Ofício solicitando informações ao DEPEN sobre o protocolo de uso
2760 progressivo da força, normativas que regem o funcionamento de forças especiais
2761 de intervenção e armamentos utilizados em especial quanto ao que dispõe o item 9
2762 do anexo I da Portaria interministerial 4226 de 2010.
- 2763 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Aí quer incluir mais...
- 2764 **Sra. Luciana** – Ofício do CNPCT solicitando informações e acesso a dados, é isso
2765 Silvia? A dados ou acesso aos documentos.
- 2766 **Sra. Silvia** – Sim, documento.
- 2767 **Sra. Luciana** – É isso?
- 2768 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Luciana, só para fazer um registro
2769 que a Cândida fez no chat de que todos esses ofícios devem ser com cópia para os
2770 comitês Estaduais, que é uma forma também de ativar o sistema no controle e no
2771 monitoramento.
- 2772 **Sra. Luciana** – Ok. Ficaria assim Sandro: *“Ofício CNPCT ao DEPEN, solicitando*
2773 *informações e promovendo o acesso a documentos específicos sobre o protocolo*
2774 *de uso...”*, é isso Silvia?
- 2775 **Sra. Silvia** – Sim, pode ser isso.
- 2776 **Sra. Luciana** – Contemplaria Sandro?
- 2777 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Sim.
- 2778 **Sra. Luciana** – Ok.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2779 **Sr. Sandro Abel Sousa Barradas (DEPEN)** – Se quiser fazer o convite, acho que
2780 ela citou também, a possibilidade do convite de alguém da coordenação, fazer,
2781 participar de algumas reuniões, também pode contemplar, ou deixar para a próxima,
2782 esperar o retorno, deixar para a próxima, mas fique à vontade, não tem problema
2783 não. A gente encerrou agora a FTIP no Pará, a gente só está em Roraima, então
2784 aguardar o retorno, e pedir uma solicitação depois da participação ou do Diretor
2785 (ininteligível) ou de algum dos coordenadores para esclarecimento de alguma
2786 informação, algum direcionamento de como é feito o trabalho e em que pé anda.

2787 **Sra. Luciana** – Ok. Contempla Silvia? Pode deixar assim para a votação?

2788 **Sra. Silvia** – Sim, da minha parte sim, não sei se os membros, se alguém tem
2789 alguma coisa a acrescentar, mas por mim...

2790 **Sra. Luciana** – Alguém tem mais algo a acrescentar, posso passar para a votação.
2791 Eu sugeriria fazer a votação em bloco do ponto um e dois. Um que é para os Estados
2792 e o dois que é só para o DEPEN. Pode ser Ministra?

2793 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Endosso.

2794 **Sra. Luciana** – Ok. Votação cinco. Ministério da Mulher, Família e Direitos
2795 Humanos. Gabinete da Ministra.

2796 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2797 **Sra. Luciana** – SNPG.

2798 **SNPG** – Sim.

2799 **Sra. Luciana** – SNPIR. SNPIR, Rodrigo, Ezequiel. CEGOV.

2800 **CEGOV** – CEGOV sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2801 **Sra. Luciana – MJSP.**
- 2802 **MJSP – Sim.**
- 2803 **Sra. Luciana – Ministério da Cidadania.**
- 2804 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania) – Sim.**
- 2805 **Sra. Luciana – Ministério da Saúde.**
- 2806 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde) – Sim.**
- 2807 **Sra. Luciana – MEC.**
- 2808 **MEC – Sim.**
- 2809 **Sra. Luciana – Ministério da Defesa.**
- 2810 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Sim.**
- 2811 **Sra. Luciana – CIPR. OAB.**
- 2812 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**
- 2813 **Sra. Luciana – CFP.**
- 2814 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP) – Sim.**
- 2815 **Sra. Luciana – CONECTAS. Justiça Global.**
- 2816 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Sim.**
- 2817 **Sra. Luciana – RENILA.**
- 2818 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA) – Sim.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2819 **Sra. Luciana – UBM.**
- 2820 **UBM – Sim.**
- 2821 **Sra. Luciana – EDUCAFRO.**
- 2822 **EDUCAFRO – Sim.**
- 2823 **Sra. Luciana – MNU.**
- 2824 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – De acordo.**
- 2825 **Sra. Luciana – SOMOS.**
- 2826 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – De acordo.**
- 2827 **Sra. Luciana – COAD. Não, não está. CUT.**
- 2828 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**
- 2829 **Sra. Luciana – UFRN.**
- 2830 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) – Sim.**
- 2831 **Sra. Luciana –** Ok, passou pela unanimidade dos presentes. Passarei então para
2832 a votação seis. Do encaminhamento feito pelo Ribamar sobre a regularização do
2833 fornecimento. Agora, esse aqui talvez não seja votação, a regularização do
2834 fornecimento de água e kit de higiene. As medidas adotadas para o cumprimento
2835 da recomendação 62 do CNJ em nota técnica do MNPCT já fizemos isso por meio
2836 do ofício da Presidente como encaminhamento da Bárbara na última reunião, seria
2837 votação para reforçar? Ou simplesmente como encaminhamento para que
2838 coordenação reforce esses dois pontos nos ofícios?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2839 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu acho que a reiteração dá conta.
2840 Só que, lembrando que a gente está pedindo que sempre officie o Executivo, mas
2841 também o Sistema de Justiça para ativar o controle que eles precisam exercer sobre
2842 esse ponto.

2843 **Sra. Luciana** – Sim, nós mandamos para os TJs dos Estados. Foi encaminhado a
2844 todos os TJs.

2845 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – E acolhendo a proposta da Cândida
2846 que seja sempre com cópia para os comitês Estaduais, na verdade, na concepção
2847 do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, significa ativar o sistema.

2848 **Sra. Luciana** – Ok. Então. Coordenação de apoio e reiterar ofício relativos à 28ª,
2849 desses dois pontos, encaminhando ao Ministério Público Estadual e aos comitês
2850 estaduais de prevenção e combate à tortura, é isso Ribamar?

2851 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – De acordo.

2852 **Sra. Luciana** – Ok. Se ninguém tiver oposição colocaria somente como
2853 encaminhamento, mas não como uma votação. Pode ser?

2854 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Concordo.

2855 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu só não sei a diferença Luciana, se isso pode
2856 ser um encaminhamento sem ser uma votação.

2857 **Sra. Luciana** – Não, se vocês quiserem votar, não tem problema nenhum, era só
2858 mais por causa do tempo, mas a coordenação vai reiterar os ofícios já
2859 encaminhados da 28ª para esses órgãos com cópia para MPE e CEPCTs, isso seria
2860 deliberado como encaminhamento, não como votação especificamente, mas se
2861 quiser votar, a gente coloca votação para deixar mais formalizado. No sentido, era
2862 só para encaminhar e a gente presta conta com a mesa diretora, por exemplo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2863 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Está bem, tudo bem, desde que seja cumprido,
2864 acho que a forma não interessa.

2865 **Sra. Luciana** – Tem outra questão, foi a, não sei se ela colocou no chat Adriana.
2866 Reiterar a necessidade de atenção aos presos feridos, familiares, para quais órgãos
2867 você gostaria como encaminhamento? Adriana do Mecanismo? Adriana? Vou
2868 interromper o compartilhamento aqui para ver se ela tinha mandado. Não, não
2869 mandou no chat, que ela disse que teria, vamos ver aqui. Oi, mandei. No chat
2870 Adriana? Você mandou no chat ou mandou por *e-mail*? Pode pedir a palavra
2871 Adriana. No chat.

2872 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Só um minutinho
2873 que eu vou reenviar.

2874 **Sra. Luciana** – Adriana, está bem, achei aqui. É que eu tenho que sair do chat,
2875 copiar, colar e compartilhar novamente o documento. Ok, coloquei aqui. Ofício do
2876 CNPCT para Procurador da República do Estado do Pará, Defensor Público Geral,
2877 Procurador Geral de Justiça, Desembargador Supervisor do GNF, 5ª Vara Federal
2878 do Pará. Reiterando a necessidade de atenção dos presos feridos, familiares
2879 daqueles que vieram a óbito, integridade física, psicológica daqueles que
2880 permanecem nos estabelecimentos prisionais. É isso Adriana?

2881 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Isso. Eu vou fazer
2882 um extrato aqui do que foi solicitado nesse ofício.

2883 **Sra. Luciana** – Porque está um pouco vago ainda aqui esse ponto. Se você quiser
2884 reformular melhor enquanto a gente passa para os outros encaminhamentos
2885 Adriana.

2886 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Está bom. A ideia
2887 era só que o comitê pudesse reiterar porque a gente tem encaminhado ofícios para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2888 as autoridades do Pará, e não temos conseguido obter respostas, não respondem,
2889 então era só uma forma de pressionar, nós fizemos o repasse das informações que
2890 tivemos, levantamos a preocupação referente a Portaria, e alegamos a importância
2891 de atenção às pessoas feridas no dia da rebelião e aos familiares dos que foram
2892 mortos.

2893 **Sra. Luciana** – Ok. Eu entendo que é uma questão talvez então, se é só uma
2894 reiteração de ofício encaminhado pelo MNPCT, que o MNPCT possa encaminhar
2895 para gente o número desses ofícios, o teor desses ofícios que a gente encaminhe
2896 em cópia.

2897 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Sim, sem
2898 problema, está no CEI.

2899 **Sra. Luciana** – E aí a votação seria um ofício do CNPCT reforçando, reiterando
2900 esses ofícios do MNPCT que são relacionados a, aí é isso, necessidade... é isso?

2901 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – É, ele é específico,
2902 quer dizer, ele não é específico, mas ele foi feito motivado pela questão da rebelião
2903 da quarta-feira passada, dessa Portaria que é da quarta-feira também, e onde a
2904 gente resgata os casos de violação a direitos e torturas que tivemos ciência
2905 extraoficialmente.

2906 **Sra. Luciana** – Então ficaria assim a título de votação: Ofício do CNPCT para
2907 Procurador da República do Estado do Pará, Defensor Público Gera, Procurador
2908 Geral de Justiça, Desembargador Supervisor do GMF, 5ª Vara Federal do Pará,
2909 reiterando ofícios do MNPCT, referente à necessidade de atenção aos presos
2910 feridos, familiares daqueles que vieram a óbito e integridade física e psicológica
2911 daqueles que estabelecem nos estabelecimentos prisionais. Fica assim como



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2912 votação, e aí o MNPCT encaminha para a coordenação esses ofícios, e vendo o
2913 teor dos ofícios a gente pode fazer a redação do ofício aqui que reitera.

2914 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, eu só não entendi, é para a
2915 Adriana na verdade me responder, é para Vara Federal, então a gente está falando
2916 da Defensoria Pública da União? Quem é esse Defensor Público Geral?

2917 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Nós
2918 encaminhamos tanto para órgãos do Sistema de Justiça da esfera do Estado quanto
2919 Federal, já considerando as nossas experiências anteriores. Quem nos respondeu
2920 inclusive, por conta da FTIP, quando tivemos de lá prontamente, foi o Federal, mas
2921 teve uma mudança de gestão agora na Defensoria Pública do Estado inclusive, e a
2922 Defensora que me falou semana passada, até disse que há possibilidade de
2923 fazermos uma reunião com o novo Defensor Geral. Então nós tentamos essas duas
2924 vias, a 5ª Vara foi aquele Juiz que afastou o agente da FTIP naquele período
2925 também após a missão. Então a gente imaginou que fosse estratégico mandar para
2926 ele.

2927 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Então em resumo, nós estamos falando
2928 da defensoria pública da união?

2929 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Não, a defensoria
2930 pública do Estado.

2931 **Sra. Luciana** – Não, então está errado (ininteligível) do Pará, é porque aqui está
2932 Defensor Público Geral.

2933 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Está bem. São
2934 todos do Pará, quer dizer, não não, eu acho que tem dois deles que é de órgão
2935 Federal com atuação no Pará. Eu vou checar direitinho no ofício e mando para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2936 vocês. Aliás, eu mando o número do processo porque vocês já veem tudo. Só que
2937 em relação a...

2938 **Sra. Luciana** – Só que Adriana, é difícil fazer o encaminhamento de votação em
2939 relação a esses pontos porque a gente não sabe o teor dos ofícios.

2940 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – O teor do ofício
2941 Luciana, é basicamente isso. A gente chama atenção para o fato ocorrido na
2942 rebelião, a existência de mortos e feridos e a necessidade de atenção para essas
2943 pessoas, considerando que em seguida a CEAP editou uma Portaria que inviabiliza,
2944 proíbe a entrada de qualquer pessoa dentro do sistema, inclusive os órgãos de
2945 fiscalização. Essa é a questão do ofício, e a gente pede que eles averiguem e
2946 tomem providências.

2947 **Sra. Luciana** – Então...

2948 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Mas se vocês
2949 acharem que não seria interessante para o comitê nesse momento, foi só uma
2950 sugestão.

2951 **Sra. Luciana** – Não, a gente só está tentando entender para você, para colocar
2952 para votação. Ofício do CNPCT para Procurador da República do Estado do Pará,
2953 para a Defensoria Pública do Estado, não é isso? Procurador Geral de Justiça,
2954 Desembargador Supervisor da GMF no Estado e a 5ª Vara Federal do Pará.
2955 Reiterando os ofícios do MNPCT que são, aí é isso que eu estou falando, referentes,
2956 os ofícios, referentes a necessidade de atenção aos presos feridos...

2957 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – É o único ofício
2958 Luciana, o conteúdo é o mesmo, onde a gente trata desses pontos, a nossa
2959 preocupação...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2960 **Sra. Luciana** – Eu entendi, mas aí você tem que falar aqui se é uma, é referente à
2961 recente rebelião, em especial esses pontos específicos, a necessidade de tal tal tal.
2962 Eu acho que seria isso.

2963 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Sim.

2964 **Sra. Luciana** – A recente rebelião? Como é que você quer colocar aqui?

2965 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – A rebelião do dia
2966 26.

2967 **Sra. Luciana** – De agosto?

2968 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Isso. Eu estava
2969 tentando copiar e colar aqui um extrato, mas eu estou com dificuldade, eu acho que
2970 é o meu mouse que está ruim.

2971 **Sra. Luciana** – Está bom, mas aí vai falando. Tem: Reiterando os ofícios referentes
2972 a rebelião do dia 26 de agosto, em especial a necessidade de atenção aos presos
2973 feridos, familiares daqueles que vieram a óbito e integridade física e psicológica
2974 daqueles que permanecem em estabelecimentos prisionais. Pode ser assim?

2975 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Exato. Sobretudo,
2976 considerando que as pessoas que estão privadas de liberdade no Pará estão
2977 incomunicáveis por conta da Portaria.

2978 **Sra. Luciana** – Alguém pediu a palavra, eu não consegui ver aqui quem é, não?
2979 Posso colocar em votação aqui nesse formato Presidente?

2980 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pode sim, acho que está
2981 claro.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2982 **Sra. Luciana** – Ok. Fica aí como encaminhamento para o MNPCT encaminhar para
2983 a coordenação de apoio o número desses ofícios. Votação referente ao ofício do
2984 CNPCT para esses órgãos apontados, reiterando os ofícios do MNPCT, referentes
2985 a rebelião do dia 26 de agosto, em especial a necessidade de atenção aos presos
2986 feridos, familiares daqueles que vieram a óbito, e integridade física e psicológica
2987 daqueles que permanecem nos estabelecimentos prisionais. Ministério da Mulher,
2988 Família e Direitos Humanos. Gabinete da Ministra.

2989 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2990 **Sra. Luciana** – SNPG.

2991 **SNPG** – Sim.

2992 **Sra. Luciana** – SNPIR.

2993 **SNPIR** – Sim, de acordo.

2994 **Sra. Luciana** – CEGOV...

2995 **CEGOV** – CEGOV sim.

2996 **Sra. Luciana** – SG. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2997 **MJSP** – Sim.

2998 **Sra. Luciana** – Ministério da Cidadania.

2999 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Sim.

3000 **Sra. Luciana** – Ministério da Saúde.

3001 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3002 **Sra. Luciana – MEC.**
- 3003 **MEC – Sim.**
- 3004 **Sra. Luciana – Ministério da Defesa.**
- 3005 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Sim.**
- 3006 **Sra. Luciana – OAB.**
- 3007 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**
- 3008 **Sra. Luciana – CFP.**
- 3009 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP) – Sim.**
- 3010 **Sra. Luciana – CONECTAS.**
- 3011 **Sr. Rafael Carlsson Gaudio Custodio (CONNECTAS) – Sim.**
- 3012 **Sra. Luciana – Justiça Global.**
- 3013 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Sim.**
- 3014 **Sra. Luciana – RENILA. UBM.**
- 3015 **UBM – Sim.**
- 3016 **Sra. Luciana – EDUCAFRO.**
- 3017 **EDUCAFRO – Sim.**
- 3018 **Sra. Luciana – MNU.**
- 3019 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – Sim.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3020 **Sra. Luciana – SOMOS.**
- 3021 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – Sim.** SOMOS de acordo.
- 3022 **Sra. Luciana – CUT.**
- 3023 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**
- 3024 **Sra. Luciana – UFRN.**
- 3025 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) – Sim.**
- 3026 **Sra. Luciana – Ok.** Por unanimidade. Agora, pelo que me consta aqui só falta o
3027 encaminhamento feito pela Isabel que eu acredito que já esteja contemplado, e a
3028 Isabel pode me dizer melhor sobre o cumprimento...
- 3029 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Já está contemplado.**
- 3030 **Sra. Luciana – Já está contemplado.** E também os encaminhamentos da RENILA
3031 que eu também entendo estar contemplado. RENILA? Márcia? A Márcia está? Não?
3032 Ok. Eu entendo que já está contemplado, eu não sei se algum outro membro possa
3033 ter o entendimento diverso. O encaminhamento dela era referente ao fornecimento
3034 de água, e o monitoramento da coordenação de apoio. Fora isso somente, tem o
3035 encaminhamento do Pedro Paulo, referente ao questionamento à baixa adesão da
3036 recomendação 62 do CNJ que também está talvez contemplado aqui em um dos
3037 pontos apontados pelo Ribamar, ponto três aqui de encaminhamento da
3038 coordenação dos ofícios já encaminhados da 28ª, que pede enfim, que os Estados
3039 e outros órgãos Federais façam adesão a recomendação 62. Entendo estar
3040 contemplado, não sei se o Pedro Paulo se encontra.
- 3041 **Sra. Célia Zenaide da Silva (CFP) – Pedro Paulo não está, está eu Célia Zenaide,**
3042 **mas sim, está contemplado.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3043 **Sra. Luciana** – Está joia, obrigada Célia, é que eu não consigo ver agora aqui com
3044 o compartilhamento, todos os membros. Da parte aqui da coordenação, eu não notei
3045 mais nenhum encaminhamento, não sei se todos estão contemplados, todos os
3046 encaminhamentos estão contemplados aqui.

3047 **Sra. Vitória (CFOAB)** – Luciana, eu acho que falta a questão do ponto que foi
3048 incluída a extra pauta das prerrogativas do mecanismo no DF.

3049 **Sra. Luciana** – Eu imaginei que o Ribamar fosse encaminhar. Ribamar, você vai
3050 colocar quais são os encaminhamentos da questão do DF?

3051 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Acho que muito sinteticamente por
3052 causa do tempo, eu acho que esse comitê precisa se manifestar junto ao TJDF, à
3053 vara de execuções penais, e ao DMF, já em nível de corregedoria, porque nós
3054 voltamos a viver um problema que é vivido aqui desde 2016, inclusive
3055 obstaculizando uma visita com a presença do SPT, qual seja, uma Portaria da Vara
3056 de Execução Penal que continua vigente, e que foi colocada, na verdade nós
3057 tínhamos dois tipos de problema, o GDF colocou como ponto focal, o Sr. Johnson
3058 Kennedy Monteiro que tinha sido o mesmo interlocutor que nos tratou ou destratou
3059 naquela inspeção com a presença do SPT, e ele nos destratou, colocando a
3060 supremacia dessa Portaria da VEP, ou seja, empoderado pela VEP como, em
3061 conflito com a Lei Federal. E esse problema voltou a ser colocado, por conta disso
3062 nós adiamos a missão, já tivemos interlocução com o DMF, com a 7ª câmara que
3063 tinha acompanhado toda essa discussão, eles interlocutoram junto a Juíza da VEP,
3064 que disse, e depois foi reiterado na reunião, na audiência que nós pedimos para
3065 Presidência do TJDF quando só participava um Juiz auxiliar sem nenhum
3066 demérito, um Juiz corregedor, e um Juiz auxiliar da corregedoria, nos tranquilizando
3067 de que não haveria problema, mas isso é muito pouco, até porque não somos só
3068 nós que somos obstaculizados nessa missão. Também é obstaculizado diversos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3069 órgãos de fiscalização, a própria Defensoria Pública Estadual com quem nós
3070 tivemos reunião já disse, e já contou do problema que tem também sempre de não
3071 poder recolher subsídios audiovisuais, coisa que é prerrogativas previstas na nossa
3072 Lei. Então, a proposta completa de haja uma manifestação do comitê reafirmando
3073 a nossa prerrogativa e em função dela questionando ao posicionamento TJDFT. Eu
3074 vou colocar no site aquela discussão que já travamos sobre isso.

3075 **Sra. Luciana** – Ok Ribamar. Então seria um ofício do CNPCT para os órgãos que
3076 você colocou que é o TJDFT, Varas de Execuções Penais, aí depois você me fala
3077 qual que é o número da Vara e a corregedoria, o DMF da corregedoria,
3078 reafirmando...

3079 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Acho que para única aqui Luciana, não
3080 é?

3081 **Sra. Luciana** – Não sei.

3082 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – A gente sabe quem é a Juíza, não é?

3083 **Sra. Luciana** – Reafirmando as prerrogativas do MNPCT em relação a que?

3084 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Reafirmando a Lei Federal, que nas
3085 hierarquias das novas, não se pode se submeter a uma Portaria. Eu estou
3086 mandando agora a cópia da comunicação que nós fizemos ao DME, estou
3087 mandando a cópia para vocês.

3088 **Sr. Alexandre Kaiser** – Em específico a necessidade de autorização para a
3089 realização de serviços audiovisuais, é exatamente esse ponto da prerrogativa que
3090 está sendo violada.

3091 **Luciana** – Está bem. Quem falou? Desculpa, pode repetir?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3092 **Sr. Alexandre Kaiser** – Alexandre. Eu só estou tentando colaborar para formular o
3093 encaminhamento, pelo que eu estou entendendo, o ponto que o DF violou, foi a
3094 possibilidade de o mecanismo realizar registros audiovisuais. É só isso Ribamar?
3095 Ou falta alguma coisa?

3096 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – É o respeito às nossas prerrogativas,
3097 basicamente. E eu estou encaminhando aqui...

3098 **Interlocutora não identificada** – Ribamar, só explica o que foi exatamente
3099 obstruído, foi acesso, vocês não puderam entrar? Ou foi o registro audiovisual? O
3100 que foi a obstrução exata?

3101 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – E diz também Ribamar
3102 qual o foi o período, foi no período de pandemia, ou antecede?

3103 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Foi semana passada Ministra. Eu
3104 estou colocando para vocês aqui...

3105 **Sra. Luciana** – Ribamar, seria interessante colocar no dia tal, na visita do dia tal,
3106 entendeu? Durante visita do mecanismo...

3107 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Na semana passada, de 24 a 29,
3108 seria o prazo dela.

3109 **Sra. Luciana** – Entre os dias 24 e 29 de agosto.

3110 **Sr. Daniel Melo (MNPCT)** – 25, não é Ribamar? É Daniel falando.

3111 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – 25, não é Daniel?

3112 **Sr. Daniel Melo (MNPCT)** – Isso, 25.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3113 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ribamar, tem sido
3114 recorrente no DF, isso?

3115 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Justo no DF Ministra, problemas que
3116 nós não enfrentamos nem no interior do interior do meu Maranhão, enfrentamos
3117 aqui no DF.

3118 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Acho que seria
3119 interessante agora, a coordenação pedir uma reunião minha com o Presidente da
3120 Vara de Execuções Penais, e se a gente agendar essa reunião, mais alguém do
3121 comitê ir comigo, eu acho que a gente tem que ser mais proativo, sabe Ribamar?
3122 Ficar só no ofício não, vamos lá, vamos conversar com esse povo.

3123 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu agrego aqui uma sugestão, porque
3124 nós já tivemos uma audiência com o TJDF, mas estamos a esperar a audiência
3125 que solicitamos com o DMF, ok? Entre outras, nós estávamos monitorando o
3126 cumprimento da nossa nota técnica e da recomendação 62. O Dr. Lafaiete sempre
3127 nos atendeu e responde até por *whatsapp* muito distintamente, e nós estamos
3128 aguardando a confirmação dessa audiência, talvez nessa audiência, a gente podia
3129 fazer uma audiência, minha proposta, está bom? Fazer uma audiência conjunta,
3130 CNPCT, e MNPCT, sem prestigiar a necessidade de uma audiência específica com
3131 a Dra. Leila Curi, na Vara de Execução Penal.

3132 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Ribamar, eu não entendi. Vocês já
3133 tiveram a reunião com a Leila ou não?

3134 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Não, ela não participou, era com ela
3135 também, porque ela que é a coordenadora...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3136 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bem, mas eu acho que a proposta
3137 da Ministra, é uma excelente proposta, eu não entendi porque estão dispensando
3138 essa proposta.

3139 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Eu fiz uma outra proposta agregando
3140 a essa.

3141 **Sra. Luciana** – Ok. Ribamar, vê se atende, fazer um ofício, mas para além do ofício,
3142 como diz a Ministra, esses ofícios quase sempre não estão sendo respondidos.
3143 Então a reunião da Ministra com o Presidente da Vara de Execuções Penais, é isso?

3144 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – É. Eu acho que, se vamos fazer uma
3145 audiência, podia ser uma audiência conjunta.

3146 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Faremos conjunta.

3147 **Sra. Luciana** – Ok. Então é uma audiência, não é? Não é nem reunião, é audiência
3148 da Ministra quanto Presidente do CNPCT e os membros que porventura puderem
3149 participar, é isso?

3150 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Isso, isso.

3151 **Sra. Luciana** – Vou pôr voluntários, está bom? Membros voluntários com MNPCT,
3152 é isso?

3153 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Isso.

3154 **Sra. Luciana** – *“Audiência da Ministra enquanto Presidente do CNPCT, membros*
3155 *voluntários do CNPCT, e mecanismo com o Presidente da Vara.”* Pode ser?

3156 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3157 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – É bom registrar que em último
3158 momento, ela concedeu a possibilidade de nós não sermos obstaculizados no
3159 registro. Mas nós não temos que tratar isso mais como uma concessão, reafirmar
3160 as prerrogativas é fundamental. Até porque esse problema não é só vivido por nós,
3161 é vivido por outros entes, e a própria Defensoria Pública, por exemplo.

3162 **Sra. Luciana** – Ok.

3163 **Interlocutor não identificado** – Só uma observação, Juiz da Vara, está bom? Não
3164 é Presidente da Vara não.

3165 **Sra. Luciana** – Está bom.

3166 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Juíza da Vara, e ela é a coordenadora
3167 do GMF aqui, do Grupo de Monitoramento...

3168 **Sra. Luciana** – Não sei se era Juiz, Presidente, está bom. Com o Juiz da Vara.

3169 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – É Juiz.

3170 **Sr. Alexandre Kaiser** – (ininteligível) pode colocar até no encaminhamento.

3171 **Sra. Luciana** – Ok. Então votação relacionado às prerrogativas do MNPCT no DF.
3172 Votação em bloco do ofício do CNPCT para os órgãos específico reafirmando a Lei
3173 Federal tal que aponta as prerrogativas do mecanismo, em especial no tocante a
3174 possibilidade registro audiovisuais durante visita do MNPCT entre os dias 24 e 29
3175 de agosto. Acho que a gente pode pôr aqui que foram retirados, não, não foi dado
3176 acesso a possibilidade de registro, é isso Ribamar?

3177 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Digamos que foi obstaculizado, em
3178 último momento ela cresceu, mas de princípio foi obstaculizado como foi



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3179 anteriormente. Nós estamos lidando na lógica de juricista com reincidências, nós
3180 já vivemos esse problema, estamos vivendo de novo.

3181 **Sra. Luciana** – Ok. Especial no tocante a obstacularização de registros audiovisuais
3182 durante da visita do mecanismo entre os dias 24 e 29 de agosto. Foi visitas ao
3183 sistema prisional do DF, é isso?

3184 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – (ininteligível) Isso.

3185 **Sra. Luciana** – Ou é um presídio específico?

3186 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Não não, no que tange a ela, é o
3187 sistema prisional.

3188 **Sra. Luciana** – Ok. Sobre o assunto, a coordenação marcará audiência da Ministra
3189 enquanto Presidente do CNPCT, juntamente com membros voluntários do CNPCT
3190 e o MNPCT com a Juíza da Vara de Execuções Penais. Ok? Passarei para a
3191 votação. Votação oito. Gabinete da Ministra.

3192 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

3193 **Sra. Luciana** – SNPG.

3194 **SNPG** – Sim.

3195 **Sra. Luciana** – SNPIR. CEGOV.

3196 **CEGOV** – CEGOV sim.

3197 **Sra. Luciana** – Ministério da Justiça e Segurança Pública.

3198 **MJSP** – Sim.

3199 **Sra. Luciana** – Ministério da Cidadania.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3200 **Sra. Viviane de Souza Ferro (Ministério da Cidadania)** – Sim.
- 3201 **Sra. Luciana** – Ministério da Saúde.
- 3202 **Sr. Ricardo Gadelha de Abreu (Ministério da Saúde)** – Sim.
- 3203 **Sra. Luciana** – MEC.
- 3204 **MEC** – Sim.
- 3205 **Luciana** – Ministério da Defesa.
- 3206 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.
- 3207 **Sra. Luciana** – OAB.
- 3208 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim.
- 3209 **Sra. Luciana** – CFP.
- 3210 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 3211 **Sra. Luciana** – CONECTAS.
- 3212 **Sr. Rafael Carlsson Gaudio Custodio (CONNECTAS)** – Sim.
- 3213 **Sra. Luciana** – Justiça Global.
- 3214 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.
- 3215 **Sra. Luciana** – RENILA.
- 3216 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Luciana, ela está pedindo a entrada novamente,
3217 ela está aguardando a autorização para a entrada novamente, que ela tinha caído.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 3218 **Sra. Luciana** – Deixa eu tentar aqui. Tem que sair do compartilhamento. Aqui não
3219 está me mostrando ninguém Cândida, todos estão autorizados.
- 3220 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Vou dizer para ela fazer novamente.
- 3221 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Acho que já entrou.
- 3222 **Sra. Luciana** – A Márcia está aqui. Ok, RENILA, votação. Márcia.
- 3223 **Sra. Márcia Lustosa (RENILA)** – Sim. Oi, a minha ligação está muito ruim, caiu,
3224 mas eu consegui entrar novamente.
- 3225 **Sra. Luciana** – Ok. Márcia sim. UBM.
- 3226 **UBM** – Sim.
- 3227 **Sra. Luciana** – EDUCAFRO.
- 3228 **EDUCAFRO** – Sim.
- 3229 **Sra. Luciana** – MNU.
- 3230 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Sim.
- 3231 **Sra. Luciana** – SOMOS.
- 3232 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – De acordo.
- 3233 **Sra. Luciana** – CUT.
- 3234 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Sim.
- 3235 **Sra. Luciana** – UFRN.
- 3236 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3237 **Sra. Luciana** – COAD. Não está. Ok, passou por unanimidade esse
3238 encaminhamento. Entendo que seja o último encaminhamento dado, a não ser que
3239 os membros entendem o contrário, foram oito votações referente aos
3240 encaminhamentos dados. Foram todos, vou registrar, tem que ser registrado, todos
3241 passaram com unanimidade dos presentes. Acho que isso é um grande avanço.
3242 Nesse ponto, entendo que já estamos encaminhando para a finalização da reunião.
3243 Tenho somente um informe que a coordenação geral gostaria de fazer. Fora isso, a
3244 Presidência, podemos fazer Presidência?

3245 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pode sim.

3246 **Sra. Luciana** – Está joia. Bem rapidinho. Na verdade, são dois informes pontuais.
3247 O primeiro, é em relação, nós estamos soltando, me pediram para falar porque foi
3248 bastante interessante na reunião com os comitês estaduais de prevenção e
3249 combate à tortura, nós apresentamos um primeiro levantamento que fizemos de
3250 dezembro para cá, de dezembro à março desse ano, dezembro de 2019 à março
3251 desse ano sobre como está a questão do trabalho dos comitês estaduais, quais são
3252 as lacunas, enfim, como eles estão trabalhando efetivamente, quais são os obuses,
3253 os recursos humanos, recursos materiais, como estão sendo feitos os
3254 monitoramentos das denúncias, monitoramento das recomendações dos
3255 mecanismos estaduais, ou porventura do mecanismo nacional que tenha visitado o
3256 Estado. Enfim, nós estamos fazendo esse diálogo para possibilidade de uma
3257 cooperação mais profícua com os comitês, e o que a gente, enquanto coordenação
3258 geral, pegando aí também o bonde do CNPCT que está fazendo essas reuniões
3259 bilaterais, a coordenação geral, enquanto Ministério também, como ponto focal do
3260 ministério para o tema de prevenção e combate à tortura também está se
3261 apresentando. Então a gente está se apresentando conjuntamente, o CNPCT em
3262 conjunto com a coordenação geral apontando algumas ações que nós fazemos
3263 também, algumas entregas que estão previstas ou já foram feitas para 2020, e uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3264 delas, por exemplo, duas delas, é esse primeiro relatório, esse primeiro
3265 levantamento que fizemos desse diagnóstico mais amplo com os comitês estaduais,
3266 a partir dos questionamentos, e o questionário específico que os comitês estaduais
3267 responderam. E aí, assim que a gente fazer público esse relatório que já passou por
3268 todas as instâncias internas de aprovação e está no prelo para a publicação, vamos
3269 encaminhar também aos membros do CNPCT, porque entendemos que pode ser
3270 uma ferramenta bastante interessantes para os membros do CNPCT de
3271 entenderem as dificuldades, enfim, estreitarem relações, e fomentarem a
3272 cooperação com os comitês estaduais. Aí estamos fazendo no âmbito dessas
3273 macros reuniões, essas reuniões com as macrorregiões. Junto a isso também, uma
3274 das entregas que a coordenação fez e o Ministério esse ano, foi o curso de proibição
3275 à tortura já está aberta as inscrições desde o início de agosto com a escola de
3276 governo. Então, quem tiver interesse em fazer o curso. Hoje nós já temos, eu acabei
3277 de ver aqui o dado, o último dado que a escola de governo da ENAP, que é a Escola
3278 Nacional de Administração Pública nos deu, foi um dado do dia 22 de agosto, que
3279 temos 958 inscritos já. É um curso rápido, um curso com cinco módulos, no sentido
3280 de harmonizar informações e capacitar. Não só fazer o fortalecimento institucional
3281 daqueles que trabalham com esse tema, é aberto público alvo para todos, mas
3282 também é para fazer a capacitação e treinamento, principalmente dos comitês
3283 estaduais de prevenção e combate à tortura que trabalham nisso no dia-a-dia, que
3284 foi o motivo pelo qual a coordenação trabalhou desde 2019 para cá com a formação
3285 desse curso, tendo, desses 958 inscritos, nós temos 46,5 pessoas sem vínculo
3286 institucional que não apontaram lá efetivamente, e 42,1% de servidores públicos.
3287 Então, entendemos que seja uma ação bem interessante para harmonização de
3288 informações de quem trabalha, treinamento mais específico mesmo de quem
3289 trabalha com o tema de prevenção e combate à tortura, e para o público geral que
3290 tem interesse. Acho que são esses dois informes que a gente gostaria de fazer, e
3291 passando a palavra para a presidência para fazer o encaminhamento final.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3292 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Luciana, rapidamente, acho que eu vou
3293 falar a mesma coisa que a Silvia, só pedir para a Ministra, aproveitar, claro, a
3294 presença dela aqui, para nos informar como anda o processo de condução da perita
3295 Bárbara.

3296 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu creio que, acho que a
3297 Luciana pode responder, Máira também, tudo já foi encaminhado. Tudo o que tinha
3298 sido encaminhado a nível burocrático já foi encaminhado Vitória...

3299 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Nós estaríamos aguardando agora só a
3300 publicação, é isso Ministra?

3301 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Não é Luciana?

3302 **Sra. Luciana** – Sim, foi encaminhado do Ministério para a Presidência, como é um
3303 decreto, é igual a questão da designação dos membros titulares do MRE, o membro
3304 titular e suplente, por isso q o MRE hoje não está fazendo votação, nem foi contado
3305 no quórum, porque a nomeação ainda está nos antigos. Então está lá na
3306 Presidência da República para encaminhamento para publicação da Portaria, e a
3307 gente sabe que isso demora um pouco, mas já saiu do Ministério e agora falta, a
3308 gente pode se comprometer a fazer gestões junto a Presidência da República para
3309 tentar encaminhar isso o mais rápido possível.

3310 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – A Casa Civil Vitória, está
3311 em um momento difícil porque eles estão na coordenação nacional do comitê de
3312 combate ao COVID, mas a gente está acompanhando aqui, e a gente vai monitorar.
3313 Nesse sentido, eu posso continuar a respeito do encaminhamento final, mais
3314 alguma coisa? Era isso que a Márcia queria? Bem gente, eu quero parabenizar a
3315 coordenação pelo trabalho, vamos divulgar bastante o nosso curso, o curso está
3316 muito bom, e dizer para a coordenação, hoje a gente demandou muito vocês, e



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3317 observem, quando eu comecei a contar aqui o número de ofícios, e a gente duplicou
3318 ele para os comitês, e todos os encaminhamentos, eu sei Luciana que vocês estão
3319 com pouco pessoal, e a gente hoje trouxe uma série de atribuições e de trabalho,
3320 de encaminhamentos, mas nos ajude, está bom? Vamos pensar também, Luciana,
3321 em aumentar o número de requisições, requisitar, nós temos o poder de requisição,
3322 vamos requisitar servidores, mais servidores para essa coordenação. Você vê, o
3323 Conselho Nacional de Direitos Humanos agora conseguiu requisitar 14 funcionários,
3324 Servidores Públicos de Carreira, vamos falar com o Secretário para a gente
3325 requisitar servidores. O tema, a pauta é muito boa, e muita gente na explanada que
3326 quer se dedicar a essa pauta. Vamos abrir um chamamento de requisição de gente
3327 só para essa coordenação. Então, vocês vão ter muito trabalho nos próximos dias,
3328 sucesso aí nos próximos dias, mas parabéns pela forma como vocês estão
3329 conduzindo. Eu quero aqui manifestar uma inquietação e quando a gente chegar na
3330 parte do relatório do Pará, eu estou inquieta com a informação de uma advogada
3331 ter sido agredida por agentes penitenciários. Esse Ministério da Mulher não pode
3332 se omitir com relação a isso, agora eu falo como Ministra da Mulher também, eu
3333 queria um recorte especial sobre isso, quando chegar nesse relatório, e a gente se
3334 manifestar, eu não sei o que a OAB já fez Vitória com relação a essa advogada,
3335 mas a gente acompanhar como Comitê de Tortura, e como mulheres, como
3336 advogadas, como Ministério, eu acho que isso é extremamente grave, essa
3337 informação, ela é muito grave, e a gente precisa dar uma atenção especial a esse
3338 recorte. E também Luciana, eu acho que a gente vai ter que trazer como convidado,
3339 talvez convidado permanente, a coordenação nacional das unidades
3340 socioeducativas para as reuniões, está bom? Nós falamos hoje, pelo menos três
3341 incidentes em unidades socioeducativas, e não dá para a gente ficar sem trazer os
3342 nossos coordenadores, sem a gente fazer essa interação, alguém falou sobre uma
3343 interação maior do comitê com o pessoal do SENASE, eu acho isso necessário e
3344 urgente. Então trazemos para as reuniões a interação dessa coordenação com a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

3345 coordenação socioeducativa, ela tem que ser mais afinada, mais estreita, a gente
3346 tem que trazer esse pessoal para os debates o tempo todo, todo o tempo. No mais,
3347 eu quero agradecer a todos que estiveram na reunião, uma reunião extraordinária,
3348 e que a gente produziu bastante, fico muito contente, estava faltando isso, a gente
3349 saiu um pouco do administrativo, e a gente mergulhar na pauta, eu estou muito feliz,
3350 acho que das reuniões que eu estou presidindo, essa para mim foi a mais
3351 espetacular reunião, porque a gente avançou na pauta, era isso que eu queria, a
3352 gente avançar sempre, cada vez mais na pauta. Obrigada a todos vocês, tenham
3353 uma semana feliz, lembrando ainda que estamos em uma pandemia, todos os
3354 cuidados, especialmente quem é mamãe aí, está bem Luciana? Todos os cuidados,
3355 cuidado com as grávidas, todo mundo, muito cuidado, vamos ter uma semana
3356 abençoada, e qualquer coisa, vamos demandar a nossa super coordenação, todo
3357 mundo da coordenação que está aí, parabéns, obrigada pelo trabalho e pela
3358 dedicação. Obrigada a todos que vieram a reunião.

3359 **Sra. Luciana** – Obrigada Ministra. Tchau tchau a todos.

3360 **Interlocutora não identificada** – Obrigada pessoal.